Governo do Estado do Amazonas

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

PPA 2004 -2007

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

"Crescer com trabalho e renda para todos"

Manaus, 30 de setembro de 2003

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLANO PLURIANUAL 2004-2007

MENSAGEM

VOLUME I

Manaus
2003

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANO PLURIANUAL - PPA 2004 – 2007

EDUARDO BRAGA
Governador do Estado do Amazonas

OMAR JOSÉ ABDEL AZIZ
Vice-Governador do Estado do Amazonas

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Secretário de Estado de Governo

JOSÉ ALVES PACÍFICO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

WILSON MARTINS DE ARAÚJO
Secretário de Estado Chefe da Casa Militar

REGINA FERNANDES DO NASCIMENTO
Secretária de Estado Chefe de Gabinete Pessoal do Governador

JORGE HENRIQUE DE FREITAS PINHO
Procurador Geral do Estado

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Ouvidor Geral do Estado

ALFREDO PAES DOS SANTOS
Secretário de Estado da Fazenda

JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA
Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

JORGE NELSON SMORIGO
Secretário de Estado de Administração, Recursos Humanos e Previdência

CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Secretário de Estado de Segurança Pública

ROSANE MARQUES CRESPO COSTA
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino

LENY NASCIMENTO DA MOTTA PASSOS
Secretária de Estado de Saúde

ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA
Secretário de Estado de Cultura

MARYSE MENDES PEREZ
Secretária de Estado de Assistência Social

MARCO ANTONIO SOUZA RIBEIRO DA COSTA
Secretário de Estado do Trabalho e Cidadania

JOÃO MENDES DA FONSECA JÚNIOR
Secretário de Estado da Juventude, Desporto e Lazer

VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANA
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

GEORGE TASSO CALADO
Secretário de Estado de Terras e Habitação

JOÃO BOSCO GOMES SARAIVA
Secretário de Estado de Infra-Estrutura

LUIZ CASTRO ANDRADE NETO
Secretário de Estado de Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado

MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS
Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia

MANUEL DO CARMO CHAVES NETO
Secretário de Estado Extraordinário

SEVERINO CAVALCANTE DE SOUZA
Secretário de Estado Extraordinário

ANTÔNIO DIONYSIO CARVALHO PAIXÃO
Secretário de Estado Extraordinário

MARIA DE LOURDES LOBO DA COSTA
Defensor Público Geral do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA
Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

PLÍNIO CESAR ALBUQUERQUE COÊLHO
Secretário Executivo

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

ROSINEIDE DE MELO ROLDÃO
Secretária Executiva Adjunta de Planejamento e Orçamento

SÔNIA JANETE GUERRA DOS SANTOS GOMES
Diretora do Departamento de Planejamento

LÚCIA NOGUEIRA LAMARÃO
Diretora do Departamento de Orçamento

JORGE RENATO CASTRO DA SILVA
Diretor do Departamento de Supervisão e Entidades Vinculadas

MARCELO GOMES DE OLIVEIRA
Diretor do Departamento de Controle de Contratos e Convênios

LUIZ ALMIR MENEZES FONSECA
Assessor

ETELVINA TEREZA BRAGA RODRIGUES ALVES
Assessora

JÓRIA MELO MAKAREM DE OLIVEIRA
Gerente de Políticas Públicas

MARIA DAS GRAÇAS BRANDÃO DOS REIS
Gerente de Elaboração e Avaliação do PPA

EDSON GOMES RIBEIRO JÚNIOR
Gerente de Elaboração Orçamentária

ELMA MORAIS BARBOSA DE SOUZA FRANÇA
Gerente de Acompanhamento e Controle Orçamentário

Técnicos

ARLETE NOGUEIRA VIANA

ELCY SEREJO CORRÊA

MARIA AUXILIADORA GOMES BEZERRA

MARIA CELESTE DA COSTA FREITAS

MARIA CLEÓPATRA ALEIXO ROBERT

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO REIS MACIEL

ACSA TOMÁS LITAIFF

MARCOS GÔLBERT XAVIER LIMA

PAULA FRANCINETTE DE LIMA MONARI

TÂNIA REGINA ALMEIDA DOS SANTOS

TARITA FERNANDA DE ARAÚJO BARBOSA

Equipe de Informática

ANTÔNIO CÉSAR VIEIRA DE LIMA
Consultor

HUMBERTO RIBEIRO HORTA NETO
Programador

CLODOALDO FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR
Programador

ANA CECÍLIA SERRÃO RODRIGUES
Programadora

MOACIR SILVA DE MELO
Programador

HIRLA MARIA FERNANDES BATISTA
Assistente Comercial

CLÁUDIO FELICIANO FEITOSA VALENTE
Apoio ao Usuário

WAGNER RODRIGUES CUNHA
Suporte Técnico

LARISSA KISCHENAH COSTA MAGALHÃES
Estagiária

CONSULTORES

ALEXANDRE ALMIR FERREIRA RIVAS

ERNESTO RENAM FREITAS PINTO

FRANCISCO DE ASSIS MOURÃO

JORGE ISPER ABRAHIM FILHO

RODEMARCK DE CASTELO BRANCO

SPARTACO ALTOLFI FILHO

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

VALDENEY DE MELO PARENTE

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
AVENIDA ANDRÉ ARAÚJO Nº 1500 – ALEIXO
FONE: (61) 642.8090
Site: www.seplan.am.gov.br
CEP: 69.060-000 – Manaus – AM

© 2003, Secretaria Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Normalização Bibliográfica:

Brasil. Governo do Estado do Amazonas.
Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.
Plano plurianual 2004-2007 : projeto de lei / Governo do Estado do Amazonas.
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. - Manaus : SEPLAN, 2003.

157 p. v. : I il. color

1. Plano de desenvolvimento – Amazonas. Título

Eduardo Braga

Governador do Estado do Amazonas

Centro Cultural Palácio Rio Negro, 28 de Janeiro de 2003

Governo do Estado do Amazonas
Gabinete do governador

MENSAGEM Nº 039/2003 Manaus, 29 de setembro de 2003.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados

Em obediência ao artigo 157, inciso I, da Constituição do Estado do Amazonas, encaminho, na data de hoje, para apreciação dessa douta Casa, o Projeto de Lei que dispõe sobre o Plano Plurianual do Estado do Amazonas, para o período de 2004 a 2007, cujo objetivo é a construção de uma nova e promissora realidade, que possibilite o fortalecimento de nossa economia e proporcione trabalho e renda para todos, colocando, dessa forma, o Estado na rota do desenvolvimento.

À Sua Excelência, o Senhor

Deputado Lino José de Souza Chixaro

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

NESTA

Orientado pelo Programa de Governo vitorioso nas eleições, o Plano nasce a partir de um debate com a sociedade, no qual o Governo, na condição de corpo transitório e dirigente do Estado, ao ouvir a sociedade, manifestou o reconhecimento da necessidade de completar sua função institucional, conhecendo melhor o seu campo de ação, mediante a contribuição efetiva de cidadãos e cidadãs no processo de planejamento.

Os debates com a sociedade organizada e com as estruturas de Governo, ocorridos no período de 08 a 20 de agosto, realizados por 19 técnicos da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, que percorreram 7.000 km de percurso aéreo e 580 km de percurso terrestre, registrou os problemas, as vocações e as oportunidades de desenvolvimento de cada município do Estado, manifestadas por 611 pessoas. Foram ouvidos, na consulta territorial, 40 Municípios em 12 pólos sendo colhidas 1.465 sugestões no interior, e na consulta setorial na cidade de Manaus 197, distribuídas nos segmentos do Desenvolvimento Econômico; Educação, Cultura e Esporte; Trabalho, Cidadania e Assistência Social; Saúde; Segurança e Justiça; Poder Judiciário, Legislativo, Ministério Público e Defensoria Pública.

Dessa forma, o Plano possibilita identificar os fatores impeditivos à prosperidade do Amazonas e propõe programas e ações que têm por objetivo o desenvolvimento integrado em todo o território amazonense, a inclusão social, a geração de trabalho e renda e a solução de problemas estruturais que afligem a nossa população.

Fica assim demonstrado que o mecanismo aplicado na consulta é reflexo dos compromissos assumidos durante a campanha, em que promulgava-se que a sociedade e o governo, em parceria, encontrariam os caminhos que nos levassem ao desenvolvimento social, econômico e político.

Os programas constantes do Plano Plurianual abrangem projetos integrados nas áreas de transporte e armazenagem, energia, saneamento, saúde, educação, cultura, esporte, lazer, moradia, segurança e tantos outros de igual importância, todos essenciais à democratização e modernização da gestão pública, à viabilização do acesso à cidadania e ao desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Muito mais que a discussão sobre a partilha dos recursos para os Programas e Ações aqui registrados, os respeitados membros desse egrégio Parlamento saberão discernir os anseios e as esperanças da nossa sociedade, não perdendo de vista que o desenvolvimento almejado não se constrói apenas com os investimentos previstos no orçamento do Estado.

Os programas e ações ora propostos não são peças prontas e acabadas. Existe a necessidade de aperfeiçoá-los, de forma contínua e sistemática, por meio de um diálogo franco e permanente com a Sociedade.

Diante do exposto, ao apresentar este Projeto de Lei à Assembléia Legislativa, legítima representante da Sociedade Amazonense, tenho certeza de que esta augusta Casa contribuirá para avaliar o seu conteúdo face aos anseios e às esperanças do Povo da capital e do interior do Estado.

Justificada, assim, a iniciativa, que ora transmito a essa ilustre Assembléia Legislativa, aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência desígnios de alta consideração.

Eduardo Braga
Governador do Estado do Amazonas

O Plano Plurianual- PPA- 2004/2007 surge em simultâneo à recriação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN- um de cujos propósitos é formular, anualmente, orçamentos realistas que promovam o crescimento econômico e a distribuição de renda através de dispêndios públicos voltados para o dinamismo tanto do interior quanto da capital, assim como para a continuada melhoria dos serviços públicos que elevam a qualidade de vida da população.

A promoção do desenvolvimento econômico far-se-á pela gestão da política fiscal e financeira do Estado orientada para o dinamismo do Pólo Industrial de Manaus que deve se tornar crescentemente exportador para se legitimar nacionalmente, ao contribuir para os saldos positivos do comércio exterior brasileiro, bem como para levar crescimento, geração de renda, emprego e ocupação aos amazonenses do interior do Estado cuja estagnação econômica é inadmissível.

A Seplan tem também a meta de contribuir para a reestruturação dos órgãos de Governo o que implica tanto o dinamismo organizacional propriamente dito quanto a qualificação e valorização do funcionalismo público para que tenhamos uma burocracia pública de alto nível.

No PPA ora apresentado está, portanto, um primeiro esforço no sentido de alcançarmos o que acima mencionamos. A equipe da Seplan e seus colegas correspondentes nas demais secretarias empreenderam uma tentativa de novo tipo de planejar. Desde logo, buscando responder efetivamente aos pontos do Programa de Governo eleito nas urnas em 2002 ao aprofundar a análise dos problemas e soluções nos debates com a sociedade e ao dinamizar a interação entre a Seplan e as demais Secretarias de Governo.

A Seplan do Governo do Amazonas será, com a efetivação de seus propósitos, um instrumento decisivo para a construção de uma sociedade criativa nas diversas dimensões que a vida permite.

Jose Carlos de Souza Braga

Secretario de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Sumário

Cenário Macroeconômico **03**

O Amazonas e o Macrocenário para o Brasil 05

Macrocenário para a Amazônia 13

Macrocenário para o Estado do Amazonas 17

Diagnóstico do Desenvolvimento Social do Amazonas 35

Perspectivas Econômicas do Estado do Amazonas para o PPA 2004-2007 53

Conclusão 99

O Modelo de Planejamento **103**

Gestão orientada a resultados 103

Planejamento por Programas 104

A Manutenção da Atualidade do Plano 104

O plano e a sociedade – o planejamento participativo **109**

Construindo o princípio da co-responsabilidade 109

Programas transversais: Construindo a eficácia 112

Sistema de avaliação e monitoramento: Construindo resultados 114

Orientações Estratégicas de Governo **119**

Megaobjetivo I - Desenvolvimento Econômico e Sustentável 123

Megaobjetivo II - Construção do Desenvolvimento Humano 139

Megaobjetivo III - Democratização e Modernização da Gestão Pública 151

Cenário Macroeconômico

Cenário Macroeconômico

Apresentação

O Amazonas, sendo um Estado-Continente com área de 1.570.745 quilômetros que representam 18,4% do território nacional, tem especificidades econômicas e sociais definidas, geograficamente, pelas calhas dos rios Juruá, Purus, Madeira, Negro, Solimões e Amazonas, situados em diferentes mesorregiões do Estado.

O Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, ao inaugurar uma nova fase de discussão sobre o futuro do País, de forma democrática e participativa - com consultas públicas realizadas em todas as unidades da federação -, tem buscado a construção coletiva do **Plano Brasil de Todos: Participação e Inclusão** que aponta um conjunto de problemas a serem enfrentados tais como: a concentração da renda e riqueza, a exclusão social, a baixa criação de emprego e barreiras à transformação dos ganhos de produtividade em aumento de rendimentos da grande maioria das famílias trabalhadoras.

Na busca de enfrentar esses problemas, o Plano Plurianual 2004-2007 do Governo Federal traça estratégias de longo prazo com os objetivos de: *inclusão social e desconcentração da renda com crescimento do produto e do emprego; crescimento ambientalmente sustentável; redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos e pela elevação da produtividade; e redução da vulnerabilidade externa*.

Neste novo cenário, o Governo do Estado do Amazonas, mediante o Plano Plurianual (PPA), para o período de 2004 a

2007, assume a missão de reduzir as disparidades regionais com crescimento ambientalmente sustentável dos 62 municípios do Estado do Amazonas, incluindo as comunidades tradicionais e seus atores sociais, caboclos, ribeirinhos e índios, para que possam ter uma fonte permanente de renda sem agredir o meio ambiente.

Para tanto, o Plano Plurianual, que se apresenta a seguir, estabelece os programas e ações do Executivo Estadual e dos demais Poderes, com seus respectivos objetivos, indicadores, custos e metas para as despesas de capital, e outras delas decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada. Seguindo as orientações constitucionais, ele visa ainda a orientar as proposições das diretrizes orçamentárias e a disciplinar as leis orçamentárias anuais.

Este Plano é o instrumento balizador ***das políticas públicas para o fortalecimento do mercado interno do Amazonas,*** objetivando reverter índices apontados no PIB amazonense de 2000, no qual se sobressai a diminuta participação dos setores agropecuário (2,26%) e o comércio (5,70%). Também objetiva elevar o nível de renda da população via ampliação da oferta de produtos agrícolas a preços acessíveis, por meio do Programa Zona Franca Verde, reduzindo o custo de vida e propiciando a ampliação da renda pessoal.

Tradicionalmente, as políticas públicas para o Estado do Amazonas, sejam no âmbito Federal ou Estadual, têm-se voltado para a indústria de transformação que, em 2000, teve uma participação de 44,98% no PIB Amazonense.

O fortalecimento do mercado interno, com a interiorização do desenvolvimento, deve estar em consonância com o *Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia*, contemplando três vertentes básicas: Programas de infra-estrutura, de crescimento econômico e de desenvolvimento social.

O Amazonas e o Macrocenário para o Brasil

O Documento **Política Econômica e Reformas Estruturais** do Ministério da Fazenda, de abril de 2003, mostra com clareza a agenda econômica do Governo Federal definida em três itens:

a) necessidade de retomada do crescimento sustentável da economia brasileira;
b) compreensão de que esta retomada passa por um período de transição, que inclui um processo de ajuste das condições macroeconômicas e a implementação de reformas estruturais;
c) opção por um projeto de desenvolvimento econômico que tenha a inclusão social como seu eixo central, além de, no curto prazo, enfrentar graves problemas, como a subnutrição e a extrema pobreza que atingem parcela significativa da nossa população.

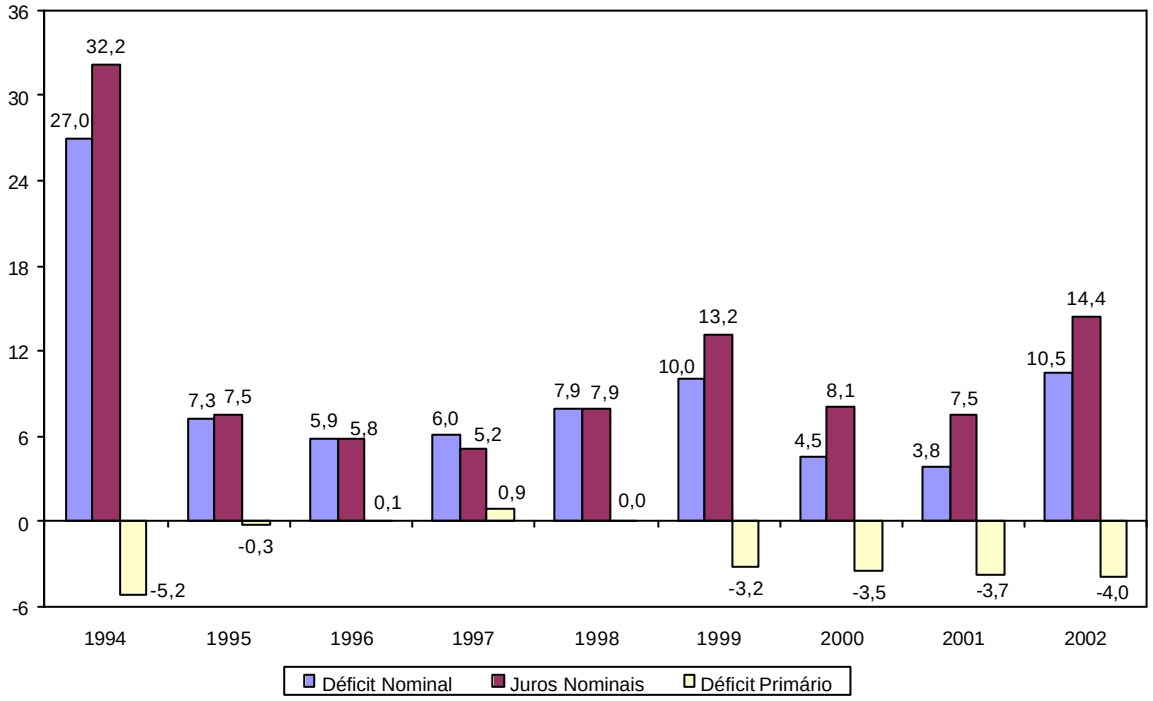
O primeiro item explicita o compromisso de campanha do Presidente empossado no limiar de 2003. O ponto seguinte reconhece que a consecução do primeiro exige uma adequação da estrutura herdada para que a expansão da economia deslanche. O terceiro item estabelece a diretriz em torno da qual a política expansionista deverá ocorrer, em conformidade com a idéia de formação de um mercado de consumo de massa no País.

Atendo-se aos dois primeiros itens, estes têm como ponto de partida a estrutura herdada do segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso. Nesse mandato, a política macroeconômica se alicerçou basicamente em três pilares: austeridade fiscal; política monetária voltada

para o sistema de metas inflacionárias; e regime cambial flexível, com intervenções pontuais direcionadas para arrefecer possíveis elevações de preços de mercadorias consumidas internamente e supridas em parte ou na totalidade pelo Exterior.

No tocante à política fiscal, os acordos firmados com o FMI estabeleceram metas de superávit primário, medidas em percentuais do PIB, objetivando dirimir as necessidades de financiamento do setor público não financeiro consolidado – que inclui as despesas líquidas com os juros nominais – e a dívida pública. Logo, os déficits primários registrados em 1996 e em 1997 foram substituídos por superávits cada vez maiores, calcados, sobretudo, nas receitas.

Necessidades de Financiamento do Setor Público (% PIB)



Fonte: Banco Central do Brasil.
Nota: Déficit (+), Superávit (-).

Em que pese a essencialidade de se conter o endividamento público, a consecução dos valores acordados impingiu uma carga tributária elevada nos anos finais da gestão Fernando Henrique: em 1999, já ultrapassava

30% do PIB, chegando a 35,6% em 2002, a mais alta carga que o País experimentou em sua história.

Com a posse do novo Governo, a instabilidade decorrente das expectativas dos mercados financeiros obrigou a nova gestão a adotar patamares mais elevados de superávit primário, 4,25% do PIB para 2003, de sorte a sinalizar a continuidade da austeridade fiscal. Embora medidas fossem necessárias em face do contexto vigente no início do ano, a elevação do superávit primário a ser perseguido contribuiu para que a economia tivesse uma performance modesta no primeiro semestre de 2003, postergando o crescimento brasileiro para os anos seguintes da atual administração.

Cabem dois apontamentos acerca desta postura fiscal. Primeiramente, como o cômputo do superávit primário inclui as receitas e despesas das empresas públicas, atingir metas mais austeras significa menos espaço para inversões das mesmas, restringindo a capacidade do poder público de induzir o crescimento econômico. Tal restrição reforça, de um lado, a necessidade de formação de parcerias entre os setores público e privado, elemento presente seja no Plano Plurianual do Governo Federal, seja no Plano Plurianual do Estado do Amazonas, e, de outro, a capacidade de planejamento e execução de políticas públicas de modo que o uso dos recursos públicos seja otimizado.

Em segundo lugar, desde a gestão anterior, o cumprimento das metas de superávit primário ocorreu via ampliação da carga tributária acompanhada de um sistema de arrecadação no qual os tributos cumulativos se destacam. Desse modo, além da redução na renda disponível para consumo das famílias em virtude do montante de impostos e contribuições, o setor produtivo vem sendo onerado pela tributação ao longo da cadeia de produção. Conseqüentemente, ou os preços tendem a subir, provocando inflação, ou as margens de lucro dos empresários tendem a ser comprimidas, desestimulando os investimentos produtivos.

A segunda característica básica da política macroeconômica do período de 1999 a 2002 repousou justamente na condução de uma política monetária por parte do Banco Central apta a fazer com que o comportamento dos preços ao consumidor convergisse com uma meta pré-

estabelecida. Entretanto sua implementação ocorreu com peculiaridades. As taxas de juros elevadas e a abertura do spread bancário provenientes da primeira gestão Fernando Henrique implicavam que, para controlar a inflação, através da contenção da demanda, aumentos da taxa de juros e do spread bancário seriam promovidos, tendo como ponto de partida níveis altos, mesmo em comparação com outros países. Com o racionamento energético em 2001, a economia brasileira pouco cresceu.

Outro fator crítico em relação ao sistema de metas se encontra no indicador usado como meta. O índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) agrega os chamados preços monitorados, que inclui aqueles referentes a tarifas de serviços de utilidade pública, como telefonia, energia elétrica etc. Como tais serviços passaram a ser executados por empresas privadas e os reajustes das tarifas foram estabelecidos contratualmente, aumento da taxa de juros, ao arrefecer a demanda, surte impacto apenas nos preços não-administrados. Assim os instrumentos típicos de política monetária passaram a ser aplicados em doses fortes para lograr uma tendência convergente entre o comportamento dos preços dos bens e serviços finais e a meta.

Tais características criaram obstáculos para que o crescimento do País em 2000 não se perpetuasse. Em 2000, o Brasil se beneficiou tanto da depreciação cambial, decorrente da mudança de regime de taxas de câmbio ocorrida no começo de 1999, que estimulou as exportações, quanto de uma política monetária expansionista. Mas, com receio de que o aquecimento da demanda doméstica significasse, de um lado, aumento de preços por causa dos níveis de uso da capacidade instalada e, de outro, crescimento das importações, o Conselho de Política Monetária (COPOM) ampliou as taxas básicas de juros no começo de 2001. Este contexto foi agravado por fatores não previstos pelas autoridades monetárias, como a crise energética pela qual o País passou e os choques externos, a exemplo dos atentados de Nova Iorque em 11 de setembro de 2002. Com o peso dos preços administrados no IPCA e metas conservadoras de inflação, a política monetária permaneceu contracionista, com taxas de juros altas, no decorrer dos dois últimos anos da gestão passada. Por conseqüência, o saldo dos juros nominais dos títulos da dívida pública brasileira cresceu a ponto de,

em 2002, o déficit nominal do setor público ter atingido 10,5% do PIB, a despeito de um superávit primário expressivo, de 4% do PIB.

A instabilidade enfrentada após a posse do Presidente Luís Inácio Lula da Silva também conduziu a administração atual a elevar as taxas de juros, provocando aumento na taxa real de juros e, por conseguinte, retraindo a economia. Todavia a redefinição da taxa meta de inflação para 2003, ficando em 5,5% ao ano, com margem de 2,5 pontos percentuais para cima ou para baixo, e a forte contração da demanda doméstica na primeira metade de 2003, provocando deflação em alguns meses, abriu espaço para reduções na taxa de juros e de ações para reduzir o spread bancário, visando reativar a economia. Dessa forma, embora o Relatório de Inflação de junho/ 2003 do Banco Central e o World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI) de setembro/ 2003 projetem uma expansão modesta do PIB brasileiro em 2003, de 1,5%, a aludida publicação do FMI prevê um crescimento de 3% para 2004.

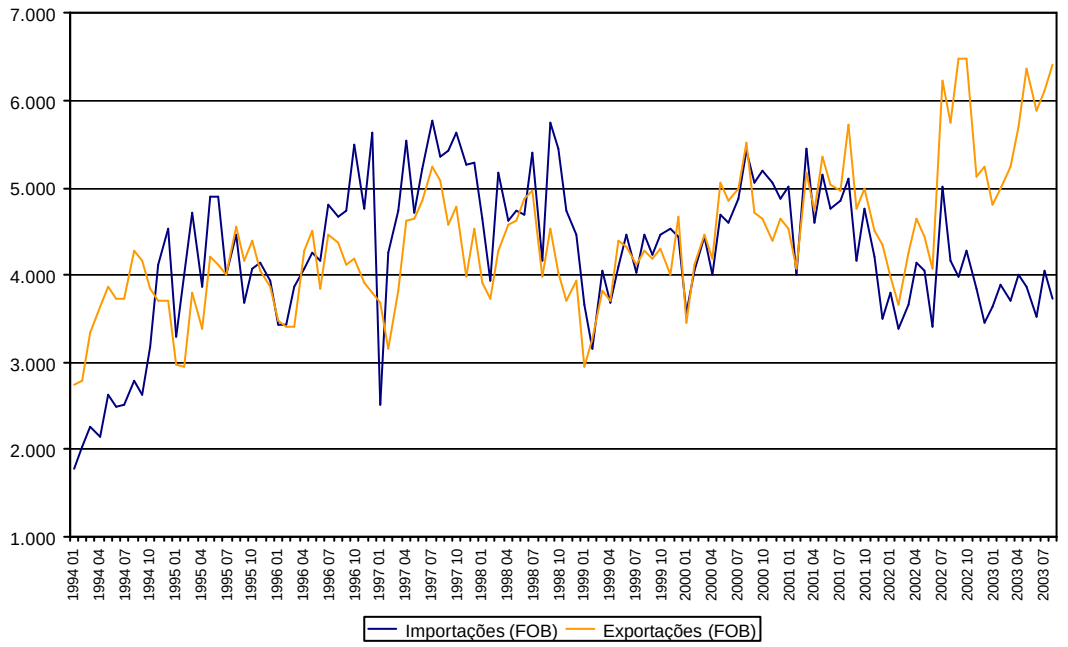
Para a produção amazonense, mormente a das indústrias da Zona Franca de Manaus (ZFM), tanto uma política monetária expansionista quanto o aumento da renda nacional são de suma relevância para a ampliação do uso da capacidade instalada, para que mais investimentos produtivos sejam atraídos – não apenas para a capital amazonense, como também para o Interior – e para que a economia do Estado gere mais emprego e renda. Nesse sentido, os programas e ações do Plano Plurianual visam não somente acompanhar a evolução do PIB do País, mas crescer a taxas maiores, contribuindo para mitigar as disparidades regionais presentes no Brasil.

Ressalte-se que o referido desempenho da economia brasileira só não foi pior no primeiro semestre de 2003 em virtude do ótimo desempenho da balança comercial. Se, por um lado, o saldo do intercâmbio de bens no período refletiu o quadro recessivo, reduzindo as importações, por outro, refletiu também o esforço exportador no qual o País começou a se engajar a partir da mudança de regime cambial em janeiro/ 1999. Com o aumento da taxa de câmbio real, a produção interna ganhou competitividade em termos de preço e melhores condições para concorrer com mercadorias congêneres importadas no mercado doméstico.

Nos oito primeiros meses de 2003, o saldo comercial atingiu US$ 15,1 bilhões, contra US$ 5,1 bilhões no mesmo acumulado em 2002. As exportações de janeiro a agosto de 2003 foram as maiores da história para o período: todas as três categorias de produtos – básicos, manufaturados e semimanufaturados – tiveram exportações sem equivalente.

Estes expressivos superávits comerciais também têm contribuído em muito para o ajuste do setor externo do Brasil, uma vez que o influxo de capital estrangeiro perdeu ímpeto após as grandes privatizações dos anos 1990 e o saldo da conta de serviços e rendas (que contém os rendimentos líquidos enviados ao Exterior) permanecem apresentando déficits substantivos. Em adição, as fontes de financiamento externo não são mais abundantes como foram em boa parte dos anos 1990.

Balança Comercial Brasileira: janeiro/1994 – agosto/2003 (US$ milhões correntes)



Fonte: MDIC-SECEX.

Nesta direção, a ambição do Governo Federal em criar um mercado de consumo de massa no Brasil se configura em objetivo coerente, mesmo sendo um grande desafio. A inclusão social – o terceiro dos grandes itens da

agenda do Governo Federal – permite o aumento do consumo agregado. Ademais, como o consumo das classes menos abastadas é composto sobremaneira de produtos oriundos do próprio mercado interno, seu impacto sobre as importações tende a ser arrefecido. Na hipótese de não haver apreciação cambial de monta, do Governo conseguir gerir as necessidades de financiamento do setor público e do setor externo e da capacidade instalada estar apta ou pelo menos crescer em consonância com o aumento da procura interna, a promoção do desenvolvimento sustentável com inclusão social se apresenta como norte consistente para balizar os programas e ações do Governo Federal.

Considerando um cenário de crescimento da economia brasileira, sem pressão excessiva sobre os preços, a inserção da Economia Amazonense, neste processo, deverá ocorrer pelo reforço do parque produtivo instalado em Manaus e pela consolidação da produção do Interior. Deste modo, a atuação do Governo do Estado do Amazonas vem estabelecendo programas para que, no período de 2004 a 2007, as exportações estaduais cresçam em termos absolutos e ampliem sua participação no montante exportado pelo País. A inclusão das atividades econômicas interioranas e das micro e pequenas empresas nos circuitos comerciais amazonenses, nacionais e internacionais visam, assim, propiciar a geração de emprego, renda e, por conseguinte, a inclusão social, constituindo também um mercado interno mais robusto dentro de suas fronteiras e contribuindo para a redução das desigualdades interpessoais e entre as sub-regiões do Amazonas.

Macrocenário para a Amazônia

O documento ***Amazônia Sustentável***, termo de referência para a elaboração e implementação de um ***Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia***, no âmbito do PPA federal, foi preparado pelos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente, com assinatura de protocolo entre o Presidente da República e os Governadores da Região Norte, contendo os seguintes eixos:

Produção sustentável com Tecnologia Avançada

A reorientação produtiva da Amazônia, em bases sustentáveis, requer três processos diferenciados, de acordo com a sua complexidade e prazo de maturação: i) a renovação tecnológica e organizacional das atividades econômicas de reconhecido impacto ambiental, combinando controle e monitoramento, e demandando a difusão rápida de tecnologias inovadoras e adaptadas; ii) a modernização e dinamização de atividades tradicionais, com prioridade para a incorporação de novas tecnologias, que assegurem qualidade e competitividade, além de garantir sustentabilidade dos recursos naturais renováveis; iii) o desenvolvimento e a implantação de novos ramos e atividades de grande potencial econômico e elevada sustentabilidade ambiental, nos quais a Amazônia pode se distinguir das demais regiões do país, a exemplo do ecoturismo, da bioindústria e da remuneração por serviços ambientais.

Novo padrão de Financiamento

O novo padrão de financiamento, crucial para a mudança do modelo econômico da Amazônia, deverá, além de se submeter a uma visão estratégica de desenvolvimento regional de médio e longo prazo, seguir os eixos temáticos expostos acima. Em primeiro lugar, deverá ser um instrumento de redução de desigualdades, tanto pessoais, ao priorizar os pequenos e médios produtores, quanto regionais, ao promover uma distribuição de recursos mais justa e equânime entre os Estados. Em segundo lugar, deverá responder às exigências estratégicas do modelo de desenvolvimento, baseado na incorporação crescente de tecnologias na produção. Isso deve ocorrer por meio de duas vertentes: apoio a setores caracterizados pela elevada agregação de valor na própria Região, como, por exemplo, as cadeias produtivas dependentes da biotecnologia e o apoio à educação e ao aprimoramento da mão-de-obra da Região. Em terceiro lugar, a distribuição dos recursos fiscais e creditícios deverá se pautar na obediência às normas de zoneamento, de uso do solo e de respeito à legislação ambiental, transformando-se, assim, em um poderoso instrumento de ordenamento e de promoção da sustentabilidade. Em quarto lugar, deverá privilegiar a criação de estímulos à formação de parcerias entre os distintos atores envolvidos na condução do desenvolvimento regional. Em quinto lugar, o novo padrão de financiamento deve favorecer a integração intra e inter-regional, especialmente, no que tange ao apoio às cadeias produtivas predominantemente amazônicas. Finalmente, deverá considerar a construção de mecanismos de articulação dos agentes de financiamento e a concertação dos eixos prioritários estabelecidos no Programa de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia.

Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial

A gestão ambiental corresponde à aplicação do conjunto de normas e procedimentos que visam a proteção dos ecossistemas e a manutenção da

qualidade ambiental. Na Amazônia, contam, essencialmente, planos de manejo para os recursos naturais (com destaque para os florestais e os hídricos), licenciamento, fiscalização, monitoramento, controle ambiental e demarcação de unidades de conservação. A definição de áreas estratégicas para conservação e uso sustentável dos recursos naturais deve considerar as condições ambientais, a dinâmica espacial e as características socioeconômicas e culturais dos diferentes ecossistemas regionais. Definidas as áreas, recomenda-se a adoção de macroestratégias de gestão ambiental articuladas e, ao mesmo tempo, diferenciadas para cada sub-espaço amazônico.

Inclusão social e Cidadania

Os dados relativos à renda per capita da Amazônia revelam que ela representa cerca de 57% da renda per capita nacional. Entre os municípios da Região, em 2000, verificou-se uma variação de R$32,00 (ou 0,21 salário mínimo de 2000) e R$777,00 (ou 5,15 nos salários mínimos de 2000). Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tem se mostrado mais baixo entre os Estados da Região Norte (0,727) do que entre o conjunto dos Estados do Brasil (0,830), em 1996. Tendo em vista o intenso e acelerado processo de urbanização verificado na Amazônia, o documento aponta como fundamental que se fortaleça a capacidade de planejamento e execução de políticas públicas relacionadas à gestão ambiental em áreas urbanas prioritárias.

O potencial de inclusão social implícito na correção dessas graves deficiências, conseguidas por meio de melhorias em infra-estrutura e serviços urbanos é significativo. Estimativas de gerenciamento de resíduos sólidos em 600 sedes municipais das cidades da Região, com menos de 25 mil habitantes indicam a possibilidade de gerar mais de 8.500 empregos nos serviços de coleta e destinação do lixo. Aliás, programas de inclusão social no meio urbano e rural, na Amazônia, devem estar diretamente associados à geração de emprego e renda e à sustentabilidade. A criação e consolidação de Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento

Sustentável e a demarcação das Terras Indígenas são iniciativas que asseguram o bem-estar social e cultural das populações tradicionais e a manutenção dos estoques florestais e de biodiversidade por eles geridos.

O controle do desmatamento pode vir acompanhado de medidas de compensação econômica como o estímulo ao manejo florestal. Pode-se alcançar a cifra de R$ 180 milhões por ano de renda e gerar 3.600 empregos para cada milhão de hectares manejados. Outra atividade geradora de emprego e renda é a recuperação econômica e ambiental de áreas desmatadas e abandonadas. Trabalhar com 10% do total dessas áreas, nos 100 municípios mais desmatados e mais pobres da Amazônia, pode representar a geração de 115 mil empregos diretos em quatro anos.

Infra-Estrutura Econômica

O novo padrão de investimentos em infra-estrutura deve reconhecer as lições do passado recente e se propor a trilhar novos caminhos. Em primeiro lugar, as decisões de investimento deverão expressar consensos regionais formados a partir da cuidadosa avaliação de alternativas. Em segundo lugar, as decisões de investimentos deverão obedecer às restrições impostas pela legislação, por um lado, e pela harmonia com os parâmetros impostos pelas demais diretrizes estruturantes, por outro. Assim, por exemplo, a decisão pela abertura ou asfaltamento de uma estrada deverá considerar, anteriormente as recomendações do Zoneamento Ecológico e Econômico (Ordenamento Territorial), os impactos econômicos para os setores que se procura alavancar (Produção Sustentável com Tecnologia Avançada), e os benefícios sociais diretos e indiretos (Inclusão Social e Cidadania). Finalmente, qualquer investimento público em infra-estrutura deverá ser precedido de medidas preventivas de ordenamento que contribuam para minimizar o custo socioambiental, acompanhado de ações mitigadoras com o mesmo propósito.

Macrocenário para o Estado do Amazonas

Diagnóstico da Economia Amazonense numa perspectiva histórica

Introdução

Com o declínio do Ciclo Áureo da Borracha a partir de 1912, a Amazônia atravessou um período de estagnação socioeconômica. Na Assembléia Nacional Constituinte de 1946, com a aprovação do art. 199 que determinava a aplicação de 3% da Renda Tributária Nacional para a Valorização Econômica da Amazônia, inaugurou-se o "Ciclo dos Incentivos" com a criação da criação da Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e da Zona Franca de Manaus (ZFM) em 1957, esta última, inicialmente, um simples entreposto comercial.

O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que vigorou de 1964 a 1967, implementou, no âmbito do desenvolvimento regional, a chamada "Operação Amazônia" que, a partir de 1966, reordenou, nos plano jurídico, institucional, político e econômico, as formas de intervenção do Governo Federal na região assentadas em três grandes mudanças. A primeira grande mudança ocorreu com a Lei nº 5.122, de 28.08.1966, que transformou o Banco de Crédito da Amazônia (BCA) em Banco da Amazônia (BASA), tornando-o um banco de investimento regional dotado de mais recursos. A segunda aconteceu logo após a Lei nº 5.173 de 27.10.1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extinguindo a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e criando a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

(SUDAM). A terceira mudança aconteceu com a edição do Decreto-Lei nº 288 de 28.02.1967, que reformulou a Zona Franca de Manaus e criou a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

Os estímulos fiscais e financeiros, criados pelo Governo Federal, a partir do final da década de 1960, inegavelmente foram essenciais para a expansão econômica da Região Norte do País, criando e consolidando focos de modernização e promovendo radical redesenho do espaço regional. Contudo, o crescimento da economia regional ocorreu de forma desigual, espacial e setorialmente, o que privilegiou determinadas sub-regiões e segmentos produtivos orientados para o atendimento do mercado extra-regional. Os investimentos se concentraram em áreas com maiores vantagens locacionais, geradas por melhores condições de infra-estrutura, dotação de recursos naturais, economias urbanas e disponibilidade de incentivos fiscais, caso de Manaus.

No Amazonas, os incentivos fiscais permitiram o rompimento da histórica dependência em relação aos produtos extrativos, cujos preços internacionais estavam em progressiva decadência. Tornava-se premente o surgimento de uma alternativa econômica que aumentasse o dinamismo da economia e da articulação comercial da região com o resto do País. Os incentivos criados em 1967 ocasionaram profunda modificação na estrutura produtiva do Estado, com a atração de ramos industriais tecnologicamente mais avançado, intimamente integrado a mercados extra-regionais.

A Operacionalização da ZFM (1967-1974)

A reformulação da Zona Franca de Manaus é explicitada no art. 1º do Decreto-Lei 288: "A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar, no interior da Amazônia, um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam o seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância em que se encontra dos centros consumidores de seus produtos".

Seus benefícios incidiam e ainda incidem, basicamente, sobre o Imposto de Importação (II), o Imposto de Produtos Industrializados (IPI) e do então Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), atual Imposto de Mercadorias e Serviços (ICMS), federais e o último, estadual. Além destes, os empreendimentos poderiam obter incentivos da SUDAM, por intermédio da aprovação de seus respectivos projetos.

Segundo a Junta Comercial do Estado do Amazonas (JUCEA), o funcionamento da ZFM estimulou, já em 1967, a abertura de 898 firmas comerciais e industriais (116 de grande porte) na capital amazonense, resultando em considerável aumento na oferta de emprego. Em decorrência, estudos realizados pela SUFRAMA e pela CODEAMA, em fins dos anos 60, constatavam um incremento real de 60% na renda média familiar em Manaus.

O setor industrial também se beneficiou com a Lei Estadual 63.105 de 15.08.1960, a qual estabelecia, em função de utilidade pública, a desapropriação de uma área de 16 km? destinada à implantação do Distrito Industrial em Manaus.

Tais iniciativas fomentaram a instalação de empresas industriais, interessadas na redução de custos e na aquisição de insumos importados. Esses empreendimentos se caracterizavam pela fabricação de produtos, cujos similares importados eram onerados por alta carga tributária, em virtude da economia brasileira se encontrar protegida por barreiras tarifárias e não-tarifárias. O mercado interno se encontrava, em boa medida, a disposição desse setor, estimulando ainda mais o deslocamento de capitais para o interior da Amazônia, a exemplo de unidades fabris das indústrias relojoeira e eletroeletrônica.

A Consolidação da ZFM (1975-1989)

A Crise do Petróleo de 1973, no entanto, desequilibrou à balança comercial brasileira, registrando, em 1974, um déficit de US$ 4,69 bilhões. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), ao prever a retomada do

processo de substituição de importações, principalmente nos setores de bens de capital - eletrônica e insumos básicos - alterou a condução da política governamental em relação à ZFM com a criação das Quotas Globais de Importação e dos Índices de Mínimos de Nacionalização. Mediante a exigibilidade desses critérios, as empresas que usufruíam dos incentivos foram impelidas a adquirir e/ou a produzir insumos, no próprio Pólo Industrial de Manaus e no restante do País, particularmente em São Paulo. Aliás, foi a partir do II PND que o pólo eletroeletrônico iniciou seu processo de consolidação como segmento mais importante da ZFM, possuindo maior número de empresas e empregados nas atividades nela estabelecida, fabricando mais de 100 produtos distintos, o que gerou grande demanda de intermediários.

Na década de 80, o perfil das importações era caracterizado por produtos de natureza industrial, dos quais se destacavam os acessórios de relógio e toca-discos, componentes para indústria eletrônica, além de videocassetes e rádios, produtos considerados de alta tecnologia. Esse volume era motivado em virtude da redução do Imposto de Importação na região, atraindo, dessa forma, turistas nacionais e estrangeiros, devido ao baixo custo das mercadorias importadas.

Visando melhorar a Balança Comercial da Zona Franca de Manaus foi utilizado o Programa Especial de Exportação (PROEX) estabelecido no Decreto nº 81.189/78 e iniciado em 1979, cujos resultados apareceram na década de 80. O PROEX, tal como ao regime de *drawback*, destina-se exclusivamente aos produtos industrializados. Sua operacionalização consiste na concessão de quota especial de importação, por parte da SUFRAMA, às empresas que pretendem trazer insumos estrangeiros destinados à industrialização de produtos para exportação. O referido Programa contribuiu para a entrada de divisas no País, favorecendo indústrias através do Crédito-Prêmio de 30% sobre o saldo líquido de divisas geradas (diferença entre o valor FOB exportado e importado). O Crédito-Prêmio trata-se de um percentual adicionado à quota normal das empresas, quando cumprem o PROEX, aumentando, assim, as disponibilidades para importação dos insumos necessários à fabricação dos produtos constantes da linha de produção. No exercício de 1990, foram

efetuadas importações no montante de U$ 9,9 milhões FOB e aS exportações totalizaram U$ 28,6 milhões FOB, gerando Crédito Prêmio às empresas no valor de U$ 5,6 milhões FOB.

Manaus transformou-se no principal Pólo Industrial do Brasil em bens eletrônicos de consumo, motocicletas, produtos óticos e relógios, ocupando ainda importante posição na produção termoplástica e de brinquedos. A concentração industrial ocorreu em setores que dependem de insumos importados, cujos produtos possuem alta relação preço de venda/ peso ou tamanho do bem, isto é, bens mais sensíveis aos custos tributários que os custos de frete. Esta característica é intrínseca à localização da ZFM, no interior da Amazônia Ocidental, distante dos principais centros consumidores.

A dinamização da economia amazonense resultou num "círculo virtuoso" com o aumento do emprego, da acumulação do capital estadual e da evolução da receita tributária, aquecendo fortemente a demanda agregada regional. Contudo, a economia manteve excessiva dependência em relação às atividades ligadas ao Pólo Industrial incentivado. O surto de expansão da atividade produtiva, nas três últimas décadas, não foi suficiente para a criação de novas fontes de crescimento, com as vocações econômicas relativas ao aproveitamento dos recursos naturais, ocupando posição marginal na estrutura produtiva do Amazonas.

Assim, ocorreram profundas transformações na estrutura produtiva estadual. A indústria passou a ser o motor do crescimento. No período de 1970 a 1990, a participação no PIB cresceu de 11,9% para 48% e no emprego formal de 38% para 55%. Entre 1970 a 1985, o produto industrial aumentou 16,4 vezes e o PIB cresceu numa média anual de 11,9%. Ademais, propiciou o surgimento de um mercado de trabalho moderno, realmente capitalista, com a ampliação da oferta de emprego industrial – com aumento em 707 entre 1970 e 1989.

A indústria tradicional, voltada ao atendimento do mercado local, também atravessou fase de forte expansão, aproveitando a ampliação do mercado consumidor com a indústria de produtos alimentares, metalúrgica,

gráfica, vestuário, moveleiro, oleiro-cerâmico, serraria, dentre outros. Em contrapartida, vários segmentos industriais tiveram diminuída a capacidade de competir com similares falsificados nos principais centros industriais do país, tendo em vista a redução relativa do custo de transporte dos centros produtores e a isenção ou suspensão de determinados impostos sobre as vendas de mercadorias para Manaus.

A Integração Competitiva e a ZFM (1990-2000)

Na década de 90, houve uma ampla transformação na economia brasileira, quanto à política de abertura econômica, iniciada em março de 1990. A economia brasileira que, na década de 80, estava calcada nos marcos da economia fechada, tem abruptamente seus produtos expostos à concorrência estrangeira, para a qual a maioria dos setores não estava preparada para essa nova realidade, causando grande reestruturação no setor produtivo, com o fechamento de muitas indústrias e, principalmente de postos de trabalho. Além disso, foi suspenso o contingenciamento de cotas para a ZFM que exigia um certo índice de nacionalização para utilização de insumos.

A abertura econômica, no caso específico da ZFM, eliminou as barreiras não-tarifárias, reduziu as alíquotas *ad-valorem* sobre vários produtos ainda não produzidos internamente e introduziu um cronograma de reduções adicionais das referidas alíquotas entre o período 1991 a 1993, situando a alíquota média para 17% com a queda das alíquotas de importação. A abertura sem critérios associados à ausência de políticas setoriais compensatórias lançou o Estado do Amazonas, de 1990 a 1993, em uma das mais profundas crises, comparada apenas ao *débacle* da borracha no início do século XX.

A proposta de modernização industrial e comercial, com base na crescente capacitação tecnológica, teve como alicerce o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP). Com a publicação da Lei 8.387 de 30 de Dezembro de 1991, ocorre uma flexibilização na sistemática de concessão de incentivos fiscais à produção industrial, considerando a não

exigência dos índices mínimos de nacionalização. A nova modalidade de fruição de incentivos foi estabelecida pelo Processo Produtivo Básico (PPB), representado por "um conjunto mínimo de operações no estabelecimento fabril, que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto".

A partir de 1990, o setor industrial da Zona Franca de Manaus sofreu profunda reestruturação, como reflexo do aumento do grau de abertura da economia brasileira - com a redução das alíquotas de importação e das barreiras não-alfandegárias. As transformações ocorridas no ambiente macroeconômico, aliadas ao processo de reestruturação produtiva das empresas, permitiram, no entanto, que o setor industrial local aumentasse a produtividade e, conseqüentemente, a capacidade competitiva no mercado brasileiro. Comparando os anos 1990 e 2000, a relação faturamento/ empregado aumentou 116%, a quantidade de empregos diretos gerados pelo Pólo Industrial Incentivado reduziu em 42% e o faturamento aumentou 23% em termos reais – após o Plano Real alcançar a expansão de 53% em relação ao início da década.

A quantidade de postos de trabalhos gerados pela indústria incentivada, teve forte redução. Entre 1988 e 1994, o índice de emprego foi reduzido em 36,1%, enquanto o faturamento real cresceu 68,3% e o número de empresas diminuiu 14,2%, demonstrando expressivos ganhos de produtividade e ampla reestruturação do Pólo Industrial local. Parcela expressiva do desemprego, que assolou a Zona Franca de Manaus na década de 90, diz respeito *à reorganização da produção, acompanhada da introdução de novas tecnologias de processo e de produto*. Como reflexo, a relação custo de pessoal/faturamento, em 1990, era de 4,4%; em 2000, atingiu 2,31%.

Como a indústria incentivada determina o padrão de crescimento na economia, a variação em seus níveis de atividades e nas remunerações de seus trabalhadores influencia, decisivamente, a situação da oferta de emprego das demais atividades produtivas. A queda de empregos, nos setores mais dinâmicos, estendeu-se por toda a economia, promovendo o desemprego estrutural. Ademais, após a expansão do consumo, derivado da estabilização de preços e das melhores condições de crédito promovidas

pelo Plano Real e o miniciclo de investimentos de 1995 a 1997, as políticas econômicas restritivas do consumo afetaram o Pólo Industrial manauara, em especial, fabricantes de bens de elevada elasticidade-renda, aumentando o desemprego, agora também conjuntural.

Em médio prazo, o emprego industrial, por montante investido, não retorna aos níveis existentes em 1990. A produtividade tem evoluído em proporções superiores ao incremento da produção, fazendo com que a oferta de emprego cresça lentamente enquanto ocorre o aumento das quantidades produzidas. Essa tendência mundial se aprofunda à proporção que as empresas utilizam tecnologias de processo e de produtos mais avançados. ***Nesse contexto, o programa de governo da gestão iniciada em 2003 já deu início a políticas públicas no Amazonas que contemplam a expansão do emprego e da renda como valores estratégicos.***

Numa visão planejada do processo de desenvolvimento do Amazonas, a indústria deve atingir novo patamar de vantagens competitivas. Nesse sentido, a política industrial delineada pelo Governo do Amazonas vai além das ações voltadas, prioritariamente, aos pólos incentivados de Manaus, adotando uma postura de inserção de segmentos produtivos integrados aos recursos naturais da Amazônia e daqueles destinados ao atendimento do mercado regional.

A década de 90 mudou significativamente o perfil das importações e exportações da ZFM. Entre 1990 e 1999, as importações de insumos do mercado externo cresceram 200%, passando de US$ 715.117, em 1990, para US$ 2.140.469 em 1999. Por outro lado, a importação de insumos oriundos do mercado interno, no mesmo período, decresceu 52,3%, passando de U$ 3.326.726 para U$ 1.740.137. Essa mudança é reflexo da abertura econômica que introduziu os conceitos de padronização, normatizados pela série ISO (International Standarzing Organization), além da mudança de critério para o usufruto dos incentivos fiscais da ZFM, de índices mínimos de nacionalização para o processo produtivo básico (PPB), seguindo critérios internacionais. Tais conceitos ampliaram o grau de

presença do insumo importado no produto final. A partir de 1990 a 1999, 80% das indústrias da ZFM adquiriram a certificação ISO 9000.

Em 1998, foi criado o Programa Especial de Exportação da Amazônia Ocidental (PEXPAM), visando reduzir o déficit na Balança Comercial da ZFM no setor externo. Esse programa representa um regime especial de incentivo às exportações, utilizando-se de incentivos destinados à importação de matérias-primas, insumos e componentes para industrialização de bens voltados, exclusivamente, à exportação. O PEXPAM também contempla as seguintes isenções e incentivos como do I.I.; I.P.I.; I.E.; ICMS; Isenção do pagamento de taxas, preços públicos e emolumentos devidos a quaisquer órgãos da administração pública; e incentivos de Inexigibilidade do cumprimento de Processo Produtivo Básico - PPB; Autorização de importações extra-quota; Concessão de quota-prêmio; Crédito prêmio para equalização locacional.

Após um ano de implantação do PEXPAM, a exportação da ZFM para o mercado externo cresceu 65%, passando de US$ 227.483,7, em 1998, para US$ 375.593,2 em 1999. Já as importações da ZFM, no mercado externo, decresceram 0,7%, passando de US$ 2.303.390,9 para U$ 2.140.468,8, no mesmo período.(Tabela 06) Segundo dados parciais apurados até Agosto/2000 (Tabela 06), as exportações para o mercado externo somaram US$ 471.866,6, para uma projeção de US$ 800 milhões. A Argentina é o maior mercado importador de produtos da ZFM, seguido da Austrália, cujos produtos mais procurados são concentrados para elaboração de bebidas (refrigerantes).

As novas políticas e estratégias para o crescimento industrial, no entanto, não podem ficar restritas aos mecanismos fiscais. Devem contemplar fatores sistêmicos de competitividade, com ênfase na superação de gargalos de infra-estrutura física, logística, produção e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, sinergia empresarial e qualidade dos recursos humanos. A estratégia de aumento do valor agregado regional, com o fortalecimento da cadeia produtiva, deve ser elemento central na conquista de patamar maior de competitividade. Na última década, os ganhos de competitividade foram basicamente intra-empresas.

Para avanços mais significativos, é necessário que o setor público construa ou induza o surgimento de novas vantagens competitivas.

Em um contexto no qual o Brasil tem perseguido a redução da vulnerabilidade externa como condição essencial para o crescimento econômico sustentável, o Governo do Amazonas vem priorizando a elevação do coeficiente de exportação dos produtos fabricados na ZFM. Reduzir o déficit comercial do Amazonas com o Exterior é basilar para a defesa dos mecanismos de incentivos fiscais e conquista de espaço dentro da política industrial nacional de viés setorial/regional para os segmentos concentrados em Manaus.

Nos últimos anos, as exportações tiveram forte evolução, alcançando, em 2002, US$ 1,06 bilhão. O déficit comercial do Amazonas com o exterior reduziu, tanto pelas exportações quanto pela queda das importações, o baixo crescimento da economia nacional que afetou, de forma negativa, a demanda de bens de consumo duráveis fabricados em Manaus. Contudo, com a retomada do crescimento econômico do país, rompendo a estagnação econômica dos últimos anos, a tendência é de incremento do déficit. A reversão desse quadro exigirá políticas públicas que reduzam notórias deficiências infra-estruturais prejudiciais às exportações e estimulem estratégias empresariais voltadas para a conquista do mercado externo e reduza a relação insumo importado/produto.

As empresas transnacionais instaladas em Manaus deverão desempenhar importante papel no esforço de redução do déficit comercial com o Exterior, no aumento das exportações, pois atores importantes do comércio internacional, como indutoras da implantação em Manaus, de fornecedores nacionais e mundiais de componentes. Caberá ao setor público criar fatores de competitividade que favoreçam as exportações, mas sem olvidar a necessidade de criar mecanismos na política de incentivos fiscais que gerem condicionantes indutores de vendas externas.

Balança Comercial da Zona Franca de Manaus

ANO	MERCADO EXTERNO			MERCADO INTERNO			SALDO
	EXPORTAÇÃO A	IMPORTAÇÃO B	SALDO C=A-B	EXPORTAÇÃO D	IMPORTAÇÃO E	SALDO F=D-E	FINAL G=C+F
1990	61.775,70	715.117,90	-653.342,20	8.317.439,00	3.326.726,00	4.990.713,00	4.337.370,80
1991	62.457,10	728.983,10	-666.526,00	5.915.437,10	2.208.352,50	3.707.084,60	3.040.558,60
1992	115.131,80	672.750,50	-557.618,70	4.432.374,70	1.460.347,80	2.972.026,90	2.414.408,20
1993	97.272,70	1.275.980,10	-1.178.707,40	6.544.781,80	1.650.406,50	4.894.375,30	3.715.667,90
1994	114.570,70	1.841.545,30	-1.726.974,60	8.701.214,80	2.557.553,30	6.143.661,50	4.416.686,90
1995	101.764,50	2.823.262,00	-2.721.497,50	11.662.782,30	3.116.779,90	8.546.002,40	5.824.504,90
1996	105.308,70	3.186.856,20	-3.081.547,50	13.153.651,10	3.627.963,50	9.525.687,60	6.444.140,10
1997	149.656,30	3.386.727,40	-3.237.071,10	11.581.024,10	3.362.524,00	8.218.500,10	4.981.429,00
1998	227.483,70	2.303.390,90	-2.075.907,20	9.700.677,00	2.624.397,80	7.076.279,20	5.000.372,00
1999	375.593,20	2.140.468,80	-1.764.875,60	6.804.056,50	1.740.137,10	5.063.919,40	3.299.043,80
2000(*)	471.866,60	1.952.047,80	-1.480.181,20	5.914.102,00	1.540.950,20	4.373.151,80	2.892.970,60

Fonte: SAP / DEMOI / COISE / SUFRAMA **(*) Até Agosto(dados parciais)**

As Propensões da ZFM

O Pólo Industrial de Manaus, na década de 90, sofreu uma profunda reestruturação. O modelo que estava alicerçado no mercado interno muda seu perfil, orientando-se para o mercado externo. Desse modo, ocorrem mudanças na origem dos investimentos, onde o capital japonês lidera os investimentos na ZFM com 44,2%, seguidos por empresas de capital norte-americano com 27,2%, além de capital sul-coreano com 13,8%.

A estratégia da ZFM, adotada nessa década, foi a diversificação com re-especialização dos setores, privilegiando a interligação de processos produtivos (Integração Competitiva), modificando as plantas industriais com a incorporação intensiva de capital fixo e a redução de capital humano. Entre 1990 e 1993 a massa de salários do Pólo Industrial de Manaus apresenta uma redução de 45% e os encargos e benefícios sociais, uma redução de 43%. (Tabela 07)

O crescimento da massa de salários e dos benefícios sociais a partir

de 1994, acontece sob os auspícios do Plano Real, com o aquecimento da demanda de bens eletrônicos de consumo, em especial, televisores até 1997. Entre 1998 e 1999, a recessão econômica renova a compressão da massa salarial, agravada pela desvalorização cambial, com decréscimo na aquisição de insumos e de faturamento.

Grande parte das alternativas econômicas passíveis de implementação no Amazonas mostra-se viável apenas em médio e longo prazo. Num espaço temporal menor, a indústria incentivada será o elemento mais dinâmico da economia estadual, sendo componente fundamental de qualquer estratégia de desenvolvimento do Amazonas. Nos últimos 30 anos, a acumulação no setor produtivo industrial incentivado comandou o crescimento econômico, impulsionando a expansão dos serviços, do comércio, da agricultura e da base tributária pública.

É essencial a preservação dos mecanismos de incentivos fiscais existentes em Manaus, enquanto instrumentos de desenvolvimento regional dificilmente substituíveis, em médio prazo, por outras alternativas como principal motor do dinamismo econômico estadual.

A construção de estrutura industrial mais competitiva para o Pólo Incentivado, de modo que no futuro seja menos dependente dos estímulos fiscais, exigirá nova postura do setor público. Torna-se necessário substituir a atitude passiva em relação ao ingresso de capitais, dependente da demanda espontânea dos investidores, por outra pró-ativa. Urge o uso de novos instrumentos que transcendam os incentivos fiscais, numa abordagem setorial seletiva, focada no alcance de maiores encadeamentos horizontal e vertical intrapólo industrial, no aumento da capacidade de exportação e na atração de investimentos estratégicos para a consolidação do Pólo de componentes.

Essa nova postura exige reestruturação do sistema de planejamento estadual, a fim de formular, implementar e avaliar estratégias para o desenvolvimento regional. O resgate do planejamento estadual é básico, dentre outros objetivos, para implementação de ações articuladas

entre governo estadual e iniciativa privada, capazes de assegurar novos investimentos em infra-estrutura e cadeias competitivas.

No Amazonas, a política estadual de incentivos fiscais tem sido um dos principais instrumentos de política industrial. Desde 1968, foram realizadas seis alterações profundas e várias outras de menor impacto, que, de certa forma, permitiram a manutenção das vantagens tributárias, criadas pelos incentivos federais, em relação às demais unidades federativas - generalizada no país com a concessão de incentivos na esfera do ICMS.

Em contrapartida, tais alterações criaram distorções competitivas, com produtos similares, quanto à obtenção de níveis diferenciados de restituição de ICMS, dificultando a administração dos incentivos fiscais e gerando diferenciais competitivos em produtos similares. Torna-se necessário maior seletividade na concessão de incentivos, de modo a graduá-los: níveis mais elevados para os segmentos produtivos estratégicos ao alcance do cenário pretendido; bens de consumo duráveis considerados estratégicos; bens de elevado impacto exportador; bens que aumentem o grau de beneficiamento dos recursos naturais da região; e bens produzidos no interior do Amazonas. Desse modo, os incentivos fiscais do Amazonas devem ser aperfeiçoados para adequá-los ao *novo desenho* da estrutura industrial do Amazonas.

As políticas públicas delineadas pelo Governo têm priorizado avanços dos diversos fatores de competitividade: empresariais, estruturais e sistêmicos. Novas vantagens comparativas estruturais devem ser construídas, exigindo parceria de investimentos públicos e privados, com ênfase naquelas capazes de reduzir os custos de produção e distribuição dos produtos, cuja condição estratégica, em segmentos produtivos como o eletroeletrônico, é a predominância de produtos com características de *commodities, no qual* o preço é fator básico na concorrência.

O aumento da competitividade do Pólo Industrial de Manaus exige a ampliação e consolidação da indústria de componentes para redução dos custos de produção – a proximidade de fornecedores-clientes reduz o ciclo operacional da empresas e facilita uma maior sinergia empresarial. A

atração de fabricantes de componentes de maior densidade tecnológica exige, quase sempre, a disponibilidade de forte demanda industrial: são bens intermediários que exigem elevada escala de produção. Daí a importância da concentração em Manaus dos produtores, nacionais e mundiais, dos principais bens de consumo duráveis, como fator de atração desses fornecedores.

É importante considerar também que, em setores globalizados como os principais da ZFM, o novo padrão industrial impôs como fator básico para a competitividade uma nova forma de relacionamento interfirmas. Está ocorrendo, mundialmente, uma desintegração vertical das empresas pertencentes aos setores mais dinâmicos (caso do eletroeletrônico e duas rodas), que passam a utilizar empresas autônomas de partes e de componentes, integrando-as no processo de montagem através da subcontratação. Esse é um dos pontos que devem ser fortalecidos no Pólo Industrial de Manaus, pela excessiva dependência que se encontra em relação a fornecedores localizados fora da região. Em 2002, dos insumos utilizados, 52,5% foram oriundos do exterior e 19,8% do resto do país. É premente definir que, os insumos, numa visão estratégica do desenvolvimento regional, sejam induzidos à fabricação local.

O Governo do Amazonas adotará postura ativa na captação de investimentos destinados à fabricação de bens intermediários. Nesse contexto, além das ações do governo estadual, buscar-se-á políticas industriais de cunho nacional que fortaleçam a concentração de determinados segmentos produtivos em Manaus, criando condições para o surgimento ou fortalecimento de vários *clusters.*

Existem ainda oportunidades na indústria incentivada para a expansão de segmentos industriais, com reduzida participação no valor da produção, mas que possuem sinergia com as principais indústrias locais. É o caso do setor de informática que, pela convergência tecnológica existente com os demais setores integrantes do complexo eletrônico, como a eletrônica de entretenimento, deve ser fortalecido no Pólo Industrial de Manaus. Outros segmentos: instrumentos médicos, eletrônicos, software e ótico.

A configuração do novo padrão de desenvolvimento industrial do Amazonas não pode ser concebida apenas na ótica dos segmentos produtivos incentivados. Os segmentos produtivos, que beneficiam insumos regionais e os que estão voltados ao mercado regional de consumo, devem desempenhar papel relevante. Geralmente, são intensivos em trabalho, de forte impacto na economia interiorana e predominância de capital regional. São portadores de grande dinâmica econômica, reflexo de seus elevados linkages "para frente" e "para trás".

Devem-se desenvolver indústrias que permitam o beneficiamento de matérias-primas regionais (madeireiro, dendê, pescado, produtos medicinais, cosméticos, aromáticos, corantes e inseticidas naturais). Existe grande potencial no mercado externo para produtos certificados com selo ambiental, mas o aproveitamento exige o ingresso de capitais privados no negócio, para a superação de deficiências tecnológicas e de produção, design, marketing e novos canais de distribuição.

As políticas públicas visam a implantação ou expansão de novos Pólos Industriais, cuja criação e difusão tecnológica serão peças centrais, pois as características de clima e solo da Amazônia exigem tecnologias apropriadas ao desenvolvimento da agricultura e ao uso sustentável dos recursos naturais. Serão priorizados estudos que permitam melhor conhecimento do mercado consumidor, de modo a ofertar produtos adequados às suas exigências, buscando criar diferenciações que agreguem valor ao produto amazônico.

Esses complexos industriais devem integrar estratégia mais ampla de exploração dos recursos naturais do Amazonas numa ótica ecologicamente sustentável. Serão envidados esforços para reorientação tecnológica e organizacional de setores industriais tradicionais (caso da construção naval) com elevada experiência acumulada na região e disponibilidade de demanda regional de seus produtos.

As políticas industriais implementadas pelo Governo do Amazonas devem criar ambiente propício ao fortalecimento e expansão das micro e pequenas empresas. Existe um amplo campo de atuação para esse

segmento empresarial, particularmente, no beneficiamento de insumos regionais e no atendimento ao mercado consumidor regional. As economias de aglomeração em Manaus criaram oportunidades de investimentos que permitiram o surgimento de centenas de pequenos negócios industriais na região.

A maioria das micro e pequenas empresas industriais têm reduzido ciclo de vida, em decorrência de fatores como: deficiências gerenciais, insuficiência de recursos financeiros, desconhecimento do mercado, custos tributários elevados, reduzida produtividade, dificuldades tecnológicas etc. São problemas estruturais que podem ser reduzidos ou eliminados mediante a criação ou aperfeiçoamento de mecanismos que gerem um ambiente propício a essas empresas e à realização de investimentos. Na área tecnológica - um dos fatores limitantes ao sucesso das empresas -, serão priorizadas as incubadoras tecnológicas, em parceria com institutos regionais de pesquisa e universidades. No mercado, as compras governamentais serão utilizadas como instrumento de fomento desse segmento empresarial.

As micro e pequenas empresas se constituem em variável-chave nas políticas e estratégias do novo Governo, que assume papel crucial na geração de emprego e renda, na desconcentração espacial da indústria e no fortalecimento do capital privado amazonense.

A Política Industrial do Amazonas, fortemente integrada às políticas nacionais, está comprometida com importantes mudanças, que propiciarão o surgimento de novas soluções para gargalos que limitam a modernização e expansão do setor secundário.

Principais Custos de Produção X Faturamento e Receita Total – Pólo Industrial de Manaus (US$)

ANO	SALÁRIOS (A)	ENCARGOS E BENEF. SOCIAIS (B)	ICMS RECOLHIDO (**) (C)	AQUISIÇÃO DE INSUMOS (D)	TOTAL (A+B+C+D) (E)	FATURAMENTO (F)	(%) (E/F)	RECEITA TOTAL (G)	(%) (E/G)
1990	372.414.397	455.413.480	233.090.893	4.041.843.952	5.102.762.722	8.379.214.721	60,90%	10.084.036.128	50,60%
1991	247.901.404	308.122.182	156.657.731	2.965.027.475	3.677.708.792	5.984.256.053	61,46%	7.129.616.433	51,58%
1992	152.512.838	211.605.397	114.328.415	2.124.451.284	2.602.897.934	4.542.763.908	57,30%	5.713.868.560	45,55%
1993	168.598.000	261.588.931	111.941.985	3.026.047.924	3.568.176.840	6.635.721.158	53,77%	8.698.110.058	41,02%
1994	213.209.360	313.335.868	145.591.653	4.270.417.960	4.942.554.841	8.818.200.378	56,05%	11.067.004.081	44,66%
1995	306.477.423	411.209.397	207.187.750	5.969.777.658	6.894.652.228	11.759.763.493	58,63%	13.636.350.756	50,56%
1996	342.655.159	488.756.830	248.111.272	6.817.884.256	7.897.407.517	13.266.059.377	59,53%	15.422.373.629	51,21%
1997	370.034.238	488.201.139	184.622.460	6.749.252.024	7.792.109.861	11.730.680.363	66,43%	13.014.035.278	59,87%
1998	331.332.696	396.533.485	139.519.097	4.928.015.050	5.795.400.328	9.928.987.915	58,37%	13.269.762.524	43,67%
1999	186.320.633	289.588.064	99.137.363	3.880.605.870	4.455.651.930	7.179.649.664	62,06%	8.733.553.072	51,02%
2000(*)	157.267.533	196.606.420	62.414.440	3.492.997.964	3.909.286.357	6.385.968.606	61,22%	7.138.847.227	54,76%

Fonte: SAP/DEMOI/COISE/SUFRAMA

(*) Até Agosto(dados parciais)
(**)Tributação efetivada sobre os valores faturados na saída dos produtos

Diagnóstico do Desenvolvimento Social do Amazonas

A questão do desenvolvimento social do Amazonas deve considerar dados, estudos e programas de âmbito mundial que incluem a região Norte do Brasil como um dos espaços críticos e problemáticos do ponto de vista dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Reconhecendo, portanto, que o IDH, combinado com outros parâmetros de abordagem desenvolvimento social, é elemento que deve ser considerado de forma sistemática para desenhar, não apenas os diagnósticos setoriais, com a questão social, mas subsidiar os programas de ação governamental que poder?o ser propostos para implementar o desenvolvimento do Estado do Amazonas, que tem como principal objetivo transformar a crítica situação social presente.

O Pacto do Milênio para o desenvolvimento e a Situação da Amazônia

"Em setembro de 2000, os dirigentes do mundo, reunidos sob a égide das Nações Unidas, adotaram a Declaração do Milênio, engajando, assim, os países a envidar esforços mais importantes no plano internacional, em vista a reduzir a pobreza, melhorar a saúde e a promover a paz, os direitos do homem e um meio ambiente estável. Os Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento (OMD), frutos dessa declaração, são específicos e mensuráveis. Um dentre os demais visa reduzir até 2015, a extrema pobreza que atinge mais de um milhão de pessoas no mundo".

O documento, ao indicar que o Pacto do Milênio para o desenvolvimento deve concentrar-se prioritariamente, sobre os países que enfrentam maiores obstáculos para a realização de seus objetivos, onde o nível de desenvolvimento humano é o mais fraco e cujo progresso ao longo dos últimos dez anos, tem se apresentado como os mais lentos. Para esses países, as reformas políticas e ajudas para o desenvolvimento são consideradas como essenciais. Da mesma forma, ressalta-se que "economias fortes e em expansão como o Brasil, a China, a Índia e o México, possuem regiões extremamente pobres, pouco integradas ao crescimento nacional. O progresso econômico e social freqüentemente esquece as minorias étnicas e raciais e mesmo as maiorias – em particular as meninas e as mulheres, vítimas da discriminação sexual, fator que restringe acesso à escola, aos serviços públicos, ao emprego e à propriedade privada".

Devem ser destacadas no documento as enumerações das diferentes categorias de ações consideradas necessárias aos países que objetivam vencer a pobreza e sintetizadas em seis tipos sugeridos além das habituais recomendações referentes a administração econômica e política. São elas:

- Investir no desenvolvimento humano – alimentação, saúde (inclusos os cuidados ginecológicos e obstétricos), educação, água e infra-estruturas sanitárias – a fim de favorecer a emergência de uma mão-de-obra produtiva capaz de participar ativamente da economia mundial;

- Ajudar os pequenos agricultores a melhorar sua produtividade e a sair da agricultura de subsistência e da carência, em particular nos países com população majoritariamente rural;

- Dotá-los de infra-estruturas, eletricidades, estradas, portos e comunicações – a fim de atrair investimentos nos setores não tradicionais;

- Elaborar políticas de desenvolvimento industrial que reforcem as atividades do setor privado não tradicional, dando ênfase especial aos

pequenos e médios negócios. Essas políticas podem englobar a criação de zonas francas de exportação, incentivos fiscais e outras iniciativas destinadas a encorajar o investimento e recursos públicos em pesquisa e desenvolvimento;

- Dar destaque aos direitos humanos no que se refere à justiça social a fim de promover o bem-estar de todos e garantir dos membros das categorias sociais pobres e marginalizadas – incluindo meninas e mulheres – meios e liberdade de se fazer ouvir a fim de participar das decisões que afetam suas existências;

- Promover a durabilidade dos recursos ecológicos e promover a melhoria do urbanismo. Todos os países, *a fortiori* os mais pobres entre eles, têm necessidade de proteger a biodiversidade e os ecossistemas necessários à vida (propriedade do ar e da água, nutrientes do solo, florestas, zonas de pesca e outros ecossistemas indispensáveis). Eles devem igualmente fazer com que suas cidades sejam administradas de modo a fornecer a seus habitantes instrumentos essenciais 'a existência e um meio-ambiente preservado.

O documento assinala também que "os países de desenvolvimento humano médio são diversos a ponto de incluírem o Brasil, a Malásia, Maurício ou o México. Eles são portadores de importantes ensinamentos para aqueles que se encontram ainda prisioneiros da pobreza".

Cabe finalmente destacar em relação ao desenvolvimento regional e, em particular, o desenvolvimento do Estado do Amazonas os seguintes aspectos:

O papel da sociedade civil na definição das ações públicas e na redução da pobreza. Um dos avanços significativos dos últimos dez anos é a crescente influência das organizações e das redes da sociedade civil nos níveis local, nacional e mundial, para a realização de mudanças políticas, sendo três as situações que indicam a importância do funcionamento da sociedade civil: "Ao participar na concepção de estratégias, ao fornecerem serviços através de organizações comunitárias e de ONGs nacionais, e

observadores vigilantes, fiscalizando os processos em que estejam envolvidas as autoridades nacionais".

Os papéis do setor privado, "essenciais ao crescimento induzido pelas forças do mercado, em particular no que diz respeito à criação de empregos e aumento de investimentos".

O papel da comunidade científica para apresentar respostas às necessidades das populações pobres.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o IDH do Brasil passou de 0,772 para 0,777, tendo-se em vista que, quanto mais próximo de 1, melhor é o desenvolvimento humano das situações estudadas.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2003, a única região do País a experimentar aumento da pobreza entre 1990 e 2001 foi a região Norte: em 1990, a pobreza atingia 36% da população da região, percentual que saltou para 44%, em 2001. Como agravante, as informações são retiradas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo IBGE, que, no caso da região Norte, estão limitadas à área urbana.

Ao destacar que o Norte do país está esquecido, o relatório afirma ainda que, além da pobreza, o IDH da região não tem evoluído o suficiente, ao contrário do que se observa no Nordeste e no Sudeste. O relatório propõe que sejam enviados mais recursos ao Norte, devido à tendência negativa do IDH, e ao Nordeste, em razão do índice baixo.

Adicionalmente, conforme o Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, os sete únicos municípios cujo valor do IDH Municipal retrocedeu entre 1991 e 2000 pertencem à região Norte: Uiramutã (RR), Amajari (RR), Lajeado (TO), Mucajaí (RR), Silves (AM), Uarini (AM) e São Sebastião do Uatumã (AM). Ou seja, desses sete, três pertencem ao Estado do Amazonas.

Para o PNUD, é preciso discutir um "cronograma realista". Em pelo menos três setores – erradicação da pobreza, acesso ao saneamento básico

e água potável – o desempenho do país, na última década, não garante a consecução das "metas de desenvolvimento do milênio até 2015".

Os desafios do desenvolvimento brasileiro estão, portanto, fortemente relacionados com as regiões que apresentam índices mais problemáticos. O que significa reconhecer que o progresso dos municípios deve ser a base para a formulação de políticas e programas de crescimento para o País, em particular, o das regiões que apresentam os maiores e mais concentrados níveis de baixo desenvolvimento, sendo esta a situação da Amazônia. Na consulta ao IDH-AM de 2000, verifica-se que se encontra em anexo, verificamos que o Amazonas apresenta uma participação significativa entre os municípios brasileiros que apresentam baixos índices de desenvolvimento. Os dados apresentados, associados a um conjunto mais amplo e detalhado de informações sobre o desenvolvimento humano do Estado, devem ser interpretados com o objetivo de ampliar o conhecimento da realidade atual do Amazonas. Isso implica reconhecer a importância da formação de uma base de dados suficientemente completa e atualizada que fundamente com segurança os diagnósticos e propostas de ação voltadas ao desenvolvimento do Estado.

Os dados relativos à situação do desenvolvimento humano nos Estados do Norte do Brasil apontam fundamentalmente, que o desenvolvimento implica na interiorização ampla e efetiva das ações de governo e, por indução do setor privado, o que se tem feito perde o seu efeito potencial de vetor de desenvolvimento municipal e local, em razão de ser necessária uma estratégia de investimentos, ações e iniciativas integradas. Quando se interioriza a Universidade, por exemplo, essa ação deveria ser acompanhada, no mesmo grau de intensidade, de investimentos na área de saúde, habitação, urbanização e saneamento, transporte (eficiente, moderno e barato), abastecimento, comunicações, lazer, equipamentos e oportunidades culturais, serviços fundamentais como apoio a todo esse conjunto de novos setores, assim como a melhoria dos já existentes. Todas as ações e programas estão orientados pela meta principal da geração de emprego e renda e pela garantia de nova dinâmica econômico-social voltada para os municípios e suas cidades.

Para tanto, o Governo do Estado do Amazonas tem a convicção de que elaborar, aprimorar, sistematizar e divulgar dados e informações sobre o desenvolvimento humano do Amazonas, lacunas que devem ser supridas, a fim de que seja possível a produção de diagnósticos e programas de ação consistentes, capazes de se tornarem instrumentos reais de mudança da situação presente.

A reestruturação da capacidade de planejamento, no sentido de implantar e manter um sistema de informações sociais e econômicas como instrumento principal de organização, análise e aplicação dos dados existentes a serem produzidos com vista à elaboração e execução de planos e programas de governamentais é uma tarefa que o Governo assume.

Outros aspectos devem ser considerados para a formulação dessas ações. Entre eles, o processo de urbanização no Brasil que apresenta uma particularidade que não pode deixar de ser considerada. Trata-se do papel que as cidades capitais da Amazônia vêm desempenhando no âmbito dos movimentos populacional brasileiros, representado pelo fato de que são essas as capitais que têm apresentado os maiores índices de crescimento populacional do país nas três últimas décadas, segundo os três últimos Censos do IBGE. Na verdade esse importante fato do crescimento da população brasileira não mereceu, até o momento por parte de pesquisadores e governantes da Amazônia a necessária atenção para uma compreensão adequada de suas possíveis significações. Nelas o crescimento é mais acelerado do que as médias regionais e nacionais.

Outro aspecto a ser apontado é que, apesar de existir uma capacidade implantada para a realização de estudos e pesquisas nas diferentes áreas em que se tornam necessárias ações apoiadas em informações e diagnósticos precisos e os mais completos possíveis, não se dispõe de uma articulação satisfatória entre essa capacidade (Universidades, Institutos de Pesquisa etc.) e as ações de governo. Com a criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas e da Fundação de Amparo a Pesquisa, importante passo sendo dado nessa direção.

As Metas do Governo para o Desenvolvimento Social

As metas a serem fixadas em relação ao desenvolvimento social do amazonas devem tomar como parâmetro principal o fato de que o Estado, por estar entre os únicos que apresentaram decréscimo no ranking nacional (da 14ª posição para a 17ª), indica ao mesmo tempo a situação de ausência ou inadequação de políticas públicas e de ações orientadas para modificar o quadro crítico da quase totalidade de seus municípios, em especial, daqueles que apresentam as posições mais baixas no Atlas de Desenvolvimento Humano Brasileiro mais recente.

Esses dados põem também em evidência outro fato igualmente grave que é o da pouca eficácia das políticas e ações governamentais destinadas a estimular o desenvolvimento do Estado, em particular, o conjunto de incentivos que compõem a base de existência e funcionamento da Zona Franca de Manaus, quando se toma o desenvolvimento da totalidade do Amazonas.

A mulher e seu papel numa nova estratégia de desenvolvimento para o Amazonas

Em todos os diagnósticos relacionados com o desenvolvimento humano no plano mundial e nacional têm sido constantes e presentes as referências à condição da mulher como um elemento estratégico a ser considerado nos programas de estímulo ao desenvolvimento.

A mulher tem sido considerada como o principal agente da sustentabilidade e da garantia de que programas voltados para as populações e comunidades locais terão sua aplicação melhor assegurada.

Chama a atenção, nesse sentido a situação da mulher em praticamente todos os municípios que compõem a imagem da sociedade e da economia do Estado.

Em primeiro lugar, o fato de que em praticamente todos os municípios do Estado, com exceção de sua capital, a população feminina é significativamente menor do que a masculina, indicando, à primeira vista, a existência de processos migratórios que envolvem, de forma evidente, a maior migração de mulheres.

Como ilustração, dados referentes a alguns municípios situados entre os de melhor e pior posição no ranking do IDH dos municípios do Amazonas de 2000, onde é possível perceber essa situação:

Município	Homens residentes	Mulheres residentes
Manaus	685.444	720.391
Parintins	46.165	43.985
Manacapuru	37.815	35.880
Itacoatiara	37.095	35.010
Tabatinga	19.297	18.622
Humaitá	17.133	15.663
São Gabriel da Cachoeira	15.455	14.492
Barreirinha	11.935	10.644
Presidente Figueiredo	9.452	7.942
Pauini	8.780	8.312
Ipixuna	7.708	7.051
Uarini	5.305	4.949
Atalaia do Norte	5229	4.820
Silves	4.179	3.606
São Sebastião do Uatumã	3.777	3.383

Fonte: IBGE Cidades, 2003.

Os dados acima indicam, portanto, um desequilíbrio e conseqüências quando reconhecemos ser a mulher o agente fundamental para o desenvolvimento dos programas de desenvolvimento humano. Isso implica em que várias ações devem ser orientadas no sentido de valorizar o papel na sociedade e nas comunidades que a constituem. Os programas de emprego e renda, que estarão presentes em todas as ações de governo, deverão considerar de forma permanente essa necessidade.

Entre essas ações devem ser mencionadas a Merenda Escolar e a implementação de diferentes programas de saúde e outros aspectos que devem incluir a participação de mulheres e meninas mencionadas em diversos itens de programas como Educação, Turismo, Desenvolvimento Sustentável, Saúde e Emprego.

Educação: desenvolvimento humano comunitário, Aprimoramento da educação indígena, adequação contínua da infraestrutura escolar;

Saúde: Entre os programas da área de saúde nos quais deve ser destacada a participação da mulher estão as amplas ações de interiorização da saúde, a atenção à saúde de populações estratégicas, os recursos humanos para o SUS, o fortalecimento da Atenção Básica, Campanhas Preventivas e de Educação Sanitária e outras, Vigilância e Saúde.

Turismo: Educação ambiental para um turismo sustentável, desenvolvimento de produtos turísticos, formação de pessoal, guias mirins, manifestações culturais locais, manutenção de instalações e serviços turísticos nos municípios;

Desenvolvimento Sustentável: Etno-desenvolvimento dos povos indígenas, Cidadania e Capacitação ambiental em Reservas Extrativas, Indústrias caseiras e comunitárias para a produção e comercialização a base da fruticultura, culinária regional, artefatos a base de produtos florestais e novos negócios envolvendo inovação tecnológica sem danos para o meio ambiente e para o homem.

Nesse sentido, deve-se reconhecer o grande significado da valorização do potencial da culinária local como negócio que cria mercado e pode movimentar uma grande quantidade de novos empregos, considerando que existe uma mão–de-obra disponível em todos os municípios e pode ser beneficiada com programas de financiamento de pequenos e médios negócios nesse setor.

Veja, por exemplo, a atual penetração nacional de produtos regionais como o açaí e o cupuaçu, que vêm ganhando, crescentemente, novos consumidores em todas as grandes cidades brasileiras, revelando seu potencial em termos de mercado.

Para o desenvolvimento de projetos nesse setor a participação do INPA, da UEA e UFAM será crucial, pois possuem condições para dar suporte técnico e científico a tais empreendimentos, realizando ao mesmo tempo

um de seus objetivos básico que é atuar nos processos de mudança e desenvolvimento da Região.

Um programa de Desenvolvimento e Dinamização das Cadeias Produtiva parte da idéia de que o Amazonas deverá experimentar nos próximos anos uma profunda e extensa reestruturação em sua base produtiva, com o surgimento de novos setores voltados à ampliação de seu mercado interno, de um lado, estimulado por ações integradas de interiorização do desenvolvimento e, de outro, pela necessidade de ampliação de sua participação no mercado extra-regional.

Entre os setores econômicos com capacidade de inclusão social já mencionados, os processos de fortalecimento de cadeias produtivas devem envolver a agricultura familiar, as formas de Organização Cooperativa de produção e comercialização, envolvendo também os setores de pesca, piscicultura, fruticultura e bioindústria.

Cabe aos programas de pesquisa e de educação importante papel para a realização de fatores essenciais às mudanças socioculturais desses processos.

A Zona Franca Verde, quanto à participação da mulher, e da população do interior, implica, por sua vez, na inclusão econômica estratégica de tais grupos na malha de atividades produtivas, atuais e novas, assim como na comercialização de produtos e serviços que tenham como efeito principal a efetiva criação e implementação de alternativas ao modelo da ZFM. A Zona Franca Verde deverá, assim, desenvolver no interior do Estado, novas atividades produtivas e de serviços que envolvam modernização, inovação tecnológica e integração real do complexo econômico-social do Amazonas, tendo como centro dinâmico a base dos investimentos e ações decorrentes no município.

Educação como estratégia de mudança

A Educação nos países e regiões em desenvolvimento apresenta-se como um fator estratégico e especial ao desenvolvimento. No caso do Brasil, constatou-se que o avanço do Índice de Desenvolvimento Humano nacional deveu-se, sobretudo, ao crescimento ocorrido no campo da educação, em especial no Ensino fundamental, Médio e na Educação de Jovens e Adultos. Dentre outros elementos, que certamente contribuiram para melhorar o perfil da educação brasileira, foi a melhoria da infra-estrutura, de desenvolvimento humano e profissional do setor.

No Amazonas, os dados sobre a educação, em especial no interior, indicam situação crítica quanto a crianças fora da escola e quanto à evasão escolar, situações que certamente são motivadas pelas condições socioeconômicas desfavoráveis em que se encontram as famílias da população em idade escolar.

De acordo com dados divulgados recentemente pela Secretaria de Educação através da imprensa local, há o reconhecimento da gravidade da situação da evasão escolar. Quanto ao Programa Tempo de Acelerar, **"**Só na Aldeia do Conhecimento Ruth Prestes, inaugurada no dia 8 de abril deste ano, nas Cidade Nova, Zona Norte, a evasão chegou a 59,4% dos alunos, de acordo com levantamento feito pela Seduc. O ano letivo naquela escola começou com 1.207 alunos matriculados. No dia 24 do mês passado, apenas 717 estavam freqüentando as aulas (*A Crítica*, 12 de agosto de 2003).

No Amazonas os dados sobre a educação no interior indicam que os programas de governo para essa área devem se concentrar nas seguintes ações:

Adequação da infra-estrutura escolar de cada município de modo a atender as necessidades mais urgentes e mais críticas, considerando a situação específica do transporte, merenda escolar e aparelhamento das bibliotecas que devem funcionar como equipamento cultural comunitário e não apenas escolar. Por infra-estrutura escolar, deve-se entender a base

física do conjunto de equipamentos existentes no município. Em muitos deles existem comunidades indígenas que devem, não apenas ter acesso aos equipamentos de educação, cultura e lazer do município, mas dispor de equipamentos próprios, de acordo com suas necessidades étnico-culturais. Esse aspecto plenamente considerado constitui um importante avanço na garantia do exercício de práticas de cidadania que consideram as particularidades de nossa sociodiversidade cultural e que de um modo geral não estão asseguradas no Estado brasileiro em cujo território existe a maior diversidade cultural e étnica do País

Educação e Cultura e a participação dos Jovens na formação da Cidadania

A partir da estrutura educacional e cultural existente em cada município, será possível dotá-los de todos os serviços que devem estar, democraticamente, disponíveis a todos os cidadãos, em especial aos jovens que devem dispor de oportunidade de se formarem como cidadãos plenos, dessa forma, superando a situação de subcidadania ainda fortemente presente no Amazonas, de um modo mais acentuado no interior do Estado.

É o que ocorre quando as populações dos municípios passam a contar com os benefícios que representam eficientes serviços de educação, cultura e informação, saúde, transporte e, sobretudo, oportunidades de emprego e renda. No caso dos jovens, é absolutamente necessário que tenham as condições socioeconômicas básicas para se manter na escola e prosseguir nela até à formação superior, sem necessitar sair de seus respectivos municípios. Da mesma forma, devem ter a sua disposição sistemas de Internet, TV a cabo ou sistemas equivalentes via satélite, bibliotecas atualizadas e informatizadas, auditórios e salas para apresentação de teatro, música, dança, cinema e vídeo, enfim, acesso aos meios de informação e formação cultural sem os quais sua cidadania estará comprometida.

Desenvolvimento Humano e profissional do pessoal atuando na educação

O primeiro aspecto a ser considerado é o desenvolvimento humano e profissional do pessoal envolvido com a Educação, dando oportunidade à sua formação contínua, que se tornar uma realidade com a implantação e interiorização do Ensino Superior, mediante a Universidade do Estado do Amazonas, envolvendo gradativamente todos os municípios do Estado e com a presença da Universidade Federal do Amazonas com seu programa de interiorização.

A Interiorização como estratégia do desenvolvimento humano

Um programa de governo deve ter como meta principal, não apenas recuperar a posição anterior (14ª posição) no ranking do IDH nacional, mas, efetivamente, conduzir um amplo processo de valorização e desenvolvimento humano, e deverá:

Orientar, prioritariamente, sua atenção ao desenvolvimento dos municípios do estado, em especial para os que se encontram nas situações mais desvantajosas, pois a realidade desses municípios responde de forma aguda pela posição do Amazonas no plano do desenvolvimento humano do País.

Os programas integrados de ações de governo resultam em efetiva reorientação no processo de urbanização, tendo como horizonte a desaceleração do impacto demográfico sobre Manaus, o que ocasionou um esvaziamento do interior e pela concentração, na Capital, das oportunidades de ocupação em todos os níveis, assim como das estruturas produtivas e de serviços das grandes e modernas cidades que tendem a exercer influências sobre populações. Ou seja, programas de urbanização e modernização das cidades e municípios do interior e programas de emprego e renda devem priorizar sua concentração nas cidades e localidades do Interior do Estado.

Novas perspectivas para o setor agrícola e extrativo

A agricultura, no Amazonas, se apresenta como uma das mais atrasadas e de mais baixa produtividade do País. A fragilidade das políticas agrícola do Estado tem sido historicamente responsável pelo constante êxodo rural e pelo empobrecimento das populações do interior. Portanto, urge um programa consistente de desenvolvimento no interior, o que nunca aconteceu no Amazonas, nem mesmo na época da borracha. Somente com a prosperidade das famílias do interior dedicadas à agricultura, ao extrativismo e a novas formas de produção que venham a incorporar novas tecnologias, conforme indicações contidas no presente documento, será possível transformar profundamente o perfil do desenvolvimento do Estado.

Tal mudança implica em estimular o aparecimento de um setor agrícola e extrativo próspero e fortemente articulado com o mercado, o qual resultará na melhoria real das condições de vida das populações rurais, rompendo, assim, com a situação de pobreza e crise estrutural que vem resultando no empobrecimento relativo e absoluto dessas populações.

No Amazonas, a agricultura, ao contrário do que tem sucedido em outros estados brasileiros, só tem contribuído para o esvaziamento do interior e para dependência crescente do Estado em termos de abastecimento.

Nesse sentido, há diversas perspectivas promissoras, como está indicado no **Diagnóstico Econômico** deste documento. Cabe destacar o potencial da Amazônia, dada sua biodiversidade, em possibilitar uma estrutura fármaco-agricultura, assim como o desenvolvimento de vocações até agora timidamente exploradas como a fruticultura tropical, que pode ser base para o desenvolvimento de uma agroindústria a partir de produtos tropicais.

Planejamento das cidades do interior, tendo como elementos norteadores a criação de infra-estrutura urbana e rural capazes de receber instalações, serviços modernos e com grande capacidade de geração de emprego e renda, entre os quais cabe mencionar:

- Serviços de educação em todos os níveis;
- Industrias de pequeno e médio porte que utilizem materiais locais, combinados ou não com materiais de origens diversas, para atendimento de mercados existentes e novos;
- Implantação de infra-estrutura comunitária como centros de educação física e desportos, bibliotecas, centros culturais, produção gráfica e editorial e de comunicações rádio e tv, serviços de Internet, tornando as cidades do interior capazes de produzir parte dos bens e serviços necessários a uma cidade moderna, ao mesmo tempo descentralizando de Manaus o mercado nessa área, contribuindo também para romper o subdesenvolvimento cultural e tecnológico do interior;
- Adotar e desenvolver tecnologias locais para a melhoria dos transportes e comunicações intermunicipais, de modo a encurtar as distâncias, com transporte seguro, rápido e barato. Uma das causas do atraso e do marasmo da vida no interior é a dificuldade e os altos custos dos deslocamentos, o que se torna mais grave se considerar a renda média

das famílias em nosso interior. Um sistema eficiente de transporte terá como conseqüências principais, o dinamismo da vida econômica, a melhoria da qualidade de vida das populações interioranas e maior circulação de riqueza e de bens essenciais ao exercício pleno da cidadania.

As dificuldades de transporte existente, atualmente, atentam contra os direitos de cidadania – insegurança, alto custos, demora - e contribuem para manter uma situação de subcidadania para os que vivem no interior.

A questão do transporte também está relacionada com o processo de integração nacional da Amazônia, na medida em que o desenvolvimento nacional passa fundamentalmente pelo desenvolvimento do Norte e do Nordeste e das áreas, em outras regiões, marcadas por processos de subdesenvolvimento.

Perspectivas Econômicas do Estado do Amazonas para o PPA 2004-2007

Introdução

Para alcançar os cenários pretendidos para o Amazonas, o Governo tem adotado uma postura ativa no tocante ao planejamento regional. Essa mudança de atitude visa aprimorar qualitativamente a intervenção governamental, otimizar a aplicação dos recursos públicos e ampliar a transparência de suas ações. O Governo buscará novas formas de inserção da economia amazonense no contexto nacional e internacional e fortalecer o mercado interno, considerando a necessidade de compatibilizar a política de desenvolvimento regional e a exigência dos acordos comerciais e econômicos internacionais que estão sendo negociados.

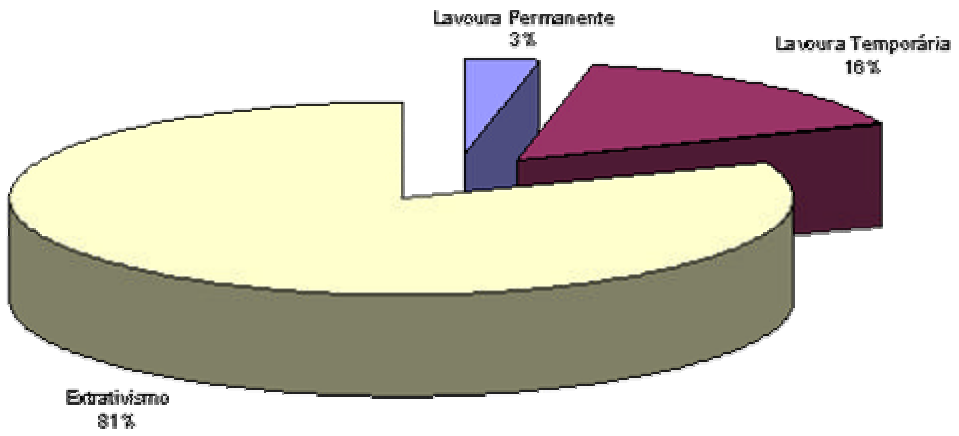
É necessário configurar uma nova geografia econômica do Amazonas, tornando a sua base econômica competitiva, descentralizada, diversificada e com maior grau de internalização da renda gerada dentro de suas fronteiras. Este projeto regional deve ser desenhado considerando: **i)** a crescente internacionalização da economia brasileira, incluindo as políticas de bloco econômico; **ii)** a capacidade de criação vantagens competitivas dinâmicas que permitam a inserção nas cadeias produtivas globais de segmentos produtivos estratégicos ao desenvolvimento local; **iii)** a criação de sinergias horizontais e sinergias verticais ao longo das cadeias setoriais; **iv)** estruturação de engenharias de capitalização e financiamento e novas

formas de fomento à pesquisa e desenvolvimento da natureza tropical. Deve essa arquitetura, priorizar a imensa riqueza natural do Amazonas, valorizada num ambiente em que a questão ecológica compõe a agenda geopolítica global, gera oportunidades para a mercantilização da natureza de forma ecologicamente sustentável.

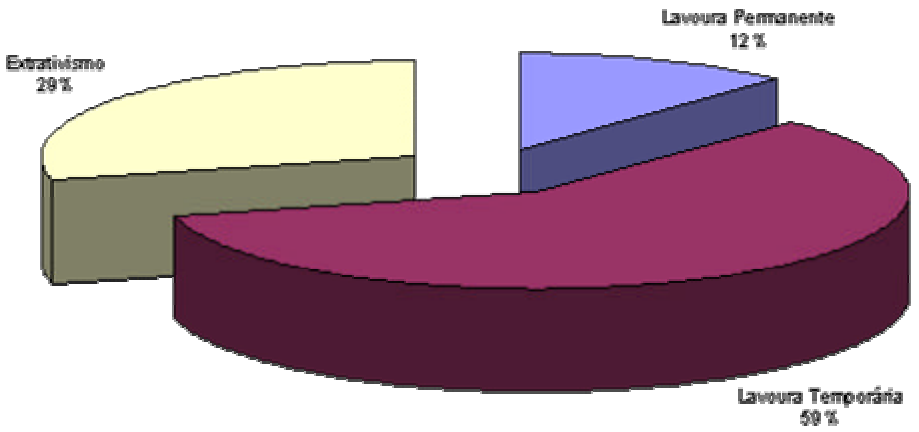
Agropecuária

O Setor Agropecuário tem perdido sua importância relativa na economia do Estado nos últimos anos o que pode ser avaliado por meio de alguns indicadores macroeconômicos. O Produto Interno Bruto, por exemplo, que mede a dinâmica dos setores na economia, mostra uma queda acentuada na participação do setor agropecuário no período 1985-2000, passando de 9,08% para 2,26%, respectivamente. Essa queda foi tanto em função da importância que os outros setores produtivos assumiram no contexto da economia amazonense devido ao novo modelo de desenvolvimento implantado no Estado (Zona Franca de Manaus) quanto a um declínio dos preços relativos e da produção de vários produtos, ou até mesmo o desaparecimento temporário de alguns como das fibras (juta e malva), e principalmente da queda acentuada da produção extrativa. De fato, os produtos extrativos que participavam com 81% do Valor Bruto da Produção em 1990 passaram a ter uma participação de 29% em 2000.

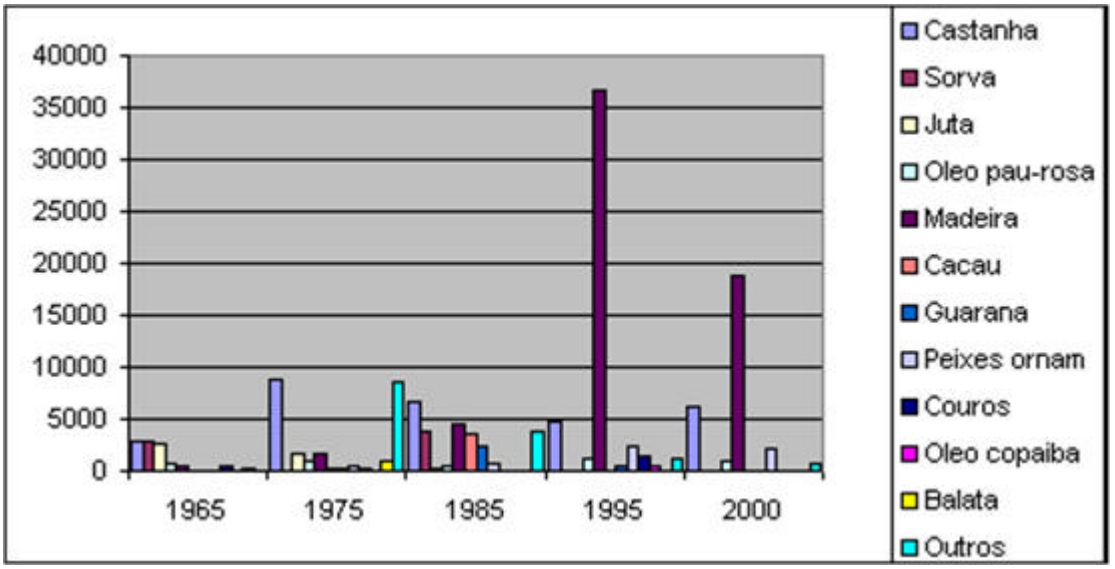
As culturas temporárias, embora tenham se destacado no período, com uma participação no VBP de 16% em 1990 para 59% em 2000, tal performance não trouxe reflexos no PIB, devido ter ocorrido uma queda relativa nos preços em função de se tratar de *comodities* e das oscilações dos preços agrícolas. É que os produtos temporários responsáveis por esse aumento expressivo foram os grãos como arroz, feijão e milho que tiveram um incremento de 1.046, 466 e 186%, respectivamente, no ano de 2000 em relação a 1990 (Tabela 1). Essa performance dos grãos foi decorrente da utilização de tecnologias modernas no cultivo, do aumento da área e do aumento da produtividade desses produtos, cultivados em áreas dos municípios situados ao sul do Estado como Humaitá e Apuí.



Participação das culturas temporárias e permanentes e do extrativismo no Valor Bruto da Produção da agricultura – 1990



Participação das culturas temporárias e permanentes e do extrativismo no Valor Bruto da Produção da agricultura – 2000 (%)



Amazonas: Principais produtos exportados do Setor Agropecuário
(US$ 1.000)

Amazonas: crescimento da produção de grãos nos anos de 1990 e 2000

Produtos	Produção (em tonelada)		Incremento (%)
	1990	2000	
Arroz	2.745	31.460	1.046
Feijão	738	4.179	466
Milho	4.983	14296	186

Fonte: IBGE

A balança comercial do Estado também é outro indicador que mostra a perda de relevância do setor primário na economia. Em 1965, esses produtos representavam 99,7% do valor das exportações, em 1995, já representavam 36,3% e, em 2000, o setor agropecuário participou com apenas 3,7% no total das exportações. Na pauta dos produtos tradicionais, diversificada até 1985, observa-se uma tendência à especialização com destaque para os produtos madeireiros, a castanha do Pará e peixes ornamentais.

O setor agropecuário amazonense se defronta com vários problemas que dificultam o seu bom desempenho como: baixa produtividade das culturas, altos índices de perdas dos produtos desde a colheita da produção no roçado até a comercialização, falta de armazenamento, dificuldades no escoamento da produção, falta de organização dos produtores, inexistência de uma política de crédito de fácil acesso, baixo uso das tecnologias disponíveis, além do baixo valor agregado aos produtos.

A produção agrícola amazonense, em grande parte, é feita por pequenos produtores rurais, dispersos ao longo dos rios e isolados, enfrentando dificuldades de toda a sorte, desde o plantio até a comercialização. Essas categorias de produtores serão analisadas a seguir.

Agricultura Familiar

Mesmo sendo importante no abastecimento interno dos centros urbanos, seja como produtor de produtos alimentícios, seja como fornecedor de matéria-prima para a indústria, a agricultura familiar tem sido relegada a um segundo plano. Além da importância no abastecimento, esse segmento é gerador de ocupação e renda para a população rural, pela contribuição no declínio da taxa inflacionária (com redução de preços pelo incremento da oferta ou pela diminuição dos custos de produção) e pela sua contribuição na balança comercial brasileira.

No Amazonas, a agricultura familiar, pesca e extrativismo são responsáveis por grande parte da produção de alimentos e matéria-prima, além de representar ocupação para 79% da população ativa no Estado.

Amazonas. População Ocupada (1960-1991)

Ano	População ocupada		
	Total	Agrícola	Não Agrícola
1960	180.030	167.091	12.939
1970	313.658	283.327	30.331
1980	567.056	460.702	99.736
1991	848.338	672.328	176.010
2000*	817.409	167.469	649.940

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

(*) Refere-se a uma pequena amostra da população pesquisada

A agricultura familiar amazonense tem características específicas que precisam ser avaliadas para melhor entender suas dificuldades, a saber:

- O pequeno produtor não está preparado para gerenciar a sua unidade produtiva no que se refere à composição de preços, mercado, despesas com a produção, etc;

- Como é uma produção voltada para a sobrevivência da família, o pequeno produtor não tem preocupação em contabilizar seus gastos com a produção e nem com o faturamento da venda, pois o relevante é obter recursos financeiros para adquirir mercadorias não produzidas em sua unidade produtiva e que são básicas para o consumo familiar. Contudo, é interessante ressaltar que para aqueles produtos voltados exclusivamente para o mercado, como é o caso das matérias-primas (malva e juta, por exemplo), existem estimativas bem realistas sobre as despesas efetivamente realizadas e sobre a receita obtida com a venda desses produtos;

- A ausência desse registro contribui para o produtor vender sua produção a preços inferiores ao custo de produção o que só é possível porque a força de trabalho empregada na atividade agrícola é constituída pela família, possibilitando a venda de seus produtos a

preços baixos, suficientes apenas para remunerar a mão-de-obra familiar empregada na produção;

- Os pequenos produtores se defrontam com uma cadeia de intermediação que os separa do consumidor final, seja por estarem mais dispersos e desorganizados, ou por não disporem de meios de transporte próprio ou a custo reduzido para comercializar sua produção nos centros urbanos. Essa característica beneficia o capital comercial que compra a preços módicos e vende a preços elevados;

- Existe também um agravante que reforça a posição vantajosa dos comerciantes: os pequenos produtores comercializam seus produtos sem nenhum beneficiamento e, por conseqüência, sem qualquer valor agregado;

- Relação adaptativa com a natureza, isto é, os pequenos produtores organizam toda sua estratégia de sobrevivência de acordo com o ambiente de várzea e terra-firme e o período de cheia/vazante dos rios. Assim, toda a sua atividade produtiva tem uma sintonia com o meio ambiente. Existem as atividades exploradas unicamente na época da cheia, caso dos produtos extrativos e das culturas permanentes localizados nas áreas de terra firme. E há os produtos de ciclo curto mais explorados nas áreas de várzea e durante a vazante dos rios. Só a pesca é uma atividade praticada nas áreas de várzea tanto na época da enchente como da vazante, seja para subsistência, seja para o mercado. Na época da enchente, mesmo as comunidades cuja atividade principal é agricultura, também se voltam para a atividade pesqueira por ser uma alternativa de produção e por coincidir com o período de maior incidência dos "peixes brancos" (jaraqui, pacu, sardinha e branquinha) que ocorre nos meses de maio e junho, o que lhe proporciona uma renda adicional;

✓ Outra característica é a pluriatividade que compreende a prática de atividades agrícolas e não-agrícolas na unidade produtiva. A produção familiar trabalha com um diversificado elenco de produtos,

cultivados/explorados nas unidades produtivas, seja para subsistência seja para o mercado, incluindo produtos alimentares, como frutas, olerícolas e pescado, matéria-prima para a indústria, produtos extrativos vegetais, criação de pequenos animais e, algumas vezes, pecuária familiar (um pequeno plantel de bovinos). Além dessas, outras atividades podem ser exercidas pelos membros da família como funções públicas (magistério, agentes de saúde), fabricação de pães, venda de cosméticos, artesanato, construção naval (de canoas e batelões), entre outras, e que são componentes importantes da renda familiar.

Principais Entraves

- Dificuldade de acesso ao mercado.
- Inexistência de infra-estrutura de apoio à produção – armazenamento e transporte.
- Dificuldades de acesso ao crédito rural.
- Baixa produtividade das atividades agrícolas.
- Falta de gerenciamento da unidade produtiva em consonância com os ditames do mercado.
- Nenhuma ou baixa agregação de valor aos produtos agroextrativistas.

A criação de perspectivas envolve os seguintes aspectos:

- Organização dos produtores e da produção, para viabilizar a infra-estrutura de apoio, bem como a interlocução entre os produtores e o mercado.
- Adequação de linhas de crédito que facilite o acesso aos pequenos produtores.
- Capacitação dos produtores sobre gerenciamento dos negócios e exigências do mercado e agregação de valor.
- Assistência Técnica e Extensão Rural com foco na melhoria das condições de vida na zona rural.

- Pesquisa Agropecuária direcionada à realidade da agricultura da região.
- Manejo e conservação dos Recursos Naturais envolvidos no processo de produção agrícola com especial destaque para as áreas de solos, recursos hídricos e extrativos.
- Incentivo a criação de pequenas agroindústrias comunitárias rurais, contemplando, inicialmente as atividades tradicionais já praticadas pelos comunitários e, posteriormente, inserindo novas atividades com base nas tendências do mercado e nos produtos potenciais existentes na comunidade.
- Melhor aproveitamento dos produtos beneficiados como é o caso da mandioca que é sub utilizada em seu potencial produtivo, assim como o caroço do cupuaçu que é desperdiçado quando poderia ser mais uma fonte de renda para o pequeno produtor.

Pesca Artesanal

O pescado constitui um dos mais importantes produtos do abastecimento do Estado. É uma atividade básica do ponto de vista social, principalmente para a população rural que tem na pesca um mercado de trabalho garantido, absorvendo cerca 20.000 trabalhadores registrados na Colônia de Pescadores.

A importância da pesca também pode ser comprovada pelo consumo *per capita* de Manaus, de 22 kg/ano, correspondendo a quatro vezes o consumo *per capita* do Brasil. No Estado, o consumo é bem maior, tendo em vista ser o pescado a principal fonte de proteína da população interiorana. Estimativas indicam que as populações

ribeirinhas consomem em torno de 370g/dia.

A importância, em termos econômicos, também é percebida quando se faz uma avaliação acerca do abastecimento do Estado e se verifica que o pescado de água doce é um dos produtos locais, se não o único, com oferta suficiente para atender a demanda interna e com excedente para exportação.

Na pauta de exportação, consta em anos mais recentes, a venda de pescado tanto de escama como de bagres para o mercado nacional e internacional. Um dos fatores responsáveis por essa mudança foi implantação, em Manaus e cidades circunvizinhas principalmente, de frigoríficos que têm como objetivo maior atender a demanda do mercado nacional e internacional. Vale ressaltar que a implantação desses frigoríficos vem aumentando gradativamente após a implantação da Zona Franca de Manaus devido, ao que parece, aos incentivos fiscais concedidos a investimentos realizados no Estado. De fato, em 1977 a capacidade de congelamento no Estado era de 14 t/dia e de armazenamento de 260 t; em 1994, a capacidade de congelamento era de 119 t/dia e de armazenamento de 3.600 t; e em 1997, a capacidade de congelamento passou para 230 t/dia e a de armazenamento para 5.650 t.

O pescado na Amazônia é basicamente proveniente de atividade extrativista, condicionada, portanto, pelo ciclo das águas dos rios, com superprodução na época da “seca”, e escassez durante a época da “cheia”, o que influi decisivamente no preço final do produto. Uma alternativa para minimizar os efeitos desta sazonalidade é a criação de peixes em cativeiro, que além de propiciar melhor equilíbrio entre oferta e demanda no mercado regional, estabilizando os preços ao longo do ano, também poderá contribuir para incrementar a exportação, não só para outras regiões do país, como também para o mercado internacional, além da geração de novos postos de trabalho.

Com relação ao beneficiamento de pescado, existem no Amazonas seis frigoríficos com registro no Ministério da Agricultura (SIF), funcionando normalmente. Em conjunto, estes empreendimentos produzem anualmente

cerca de 10.000t de pescado beneficiado, de diversas espécies, tanto de peixes com escama quanto sem escama (peixe liso).

A forte pressão de captura sobre os estoques naturais de pescado tem ocasionado rigidez na quantidade ofertada e significativa elevação dos preços para o consumidor, principalmente em relação às espécies mais nobres. Esta situação é praticamente generalizada em todos os Estados da Amazônia Ocidental, agravando-se sobremaneira na época da entressafra, quando ocorre acentuada escassez do produto.

A frota pesqueira no Estado é considerada obsoleta, possui um sistema de acondicionamento a bordo precário, a maioria adota práticas de captura predatórias tanto pela utilização de instrumentos de pesca não seletivos como pelo desperdício de peixe durante as viagens de pesca. Também no processo de comercialização, as perdas são elevadas, estimadas em torno de 30%, devido à má conservação durante as viagens e a exposição dos peixes para a venda durante várias noites nos portos de desembarque.

Principais Entraves

- Falta de linha de crédito especial para financiamento dos custos das viagens de pesca.
- Frota pesqueira inadequada para a realização das viagens de pesca.
- Altas perdas tanto no acondicionamento a bordo quanto no processo de comercialização.
- Deficiência nas condições higiênico-sanitárias o que dificulta o atendimento de uma exigência imposta pelo mercado.
- Necessidade de volumosos recursos financeiros por parte dos frigoríficos para que possam adquirir o pescado na época da safra para atender a demanda ao longo do ano;
- Falta de outras alternativas para o pequeno pescador para vender o pescado, além da forma *in natura* praticada atualmente.

Piscicultura

A piscicultura é uma atividade que vem crescendo na Amazônia Ocidental de forma significativa.

No Amazonas, estima-se que existam atualmente 487 piscicultores. As espécies mais cultivadas são o tambaqui, o matrinchã e o pirarucu, ocupando uma área de aproximadamente 530 ha. O Estado conta com 4 estações de piscicultura em atividade, destacando-se a de Balbina, no Município de Presidente Figueiredo, com capacidade instalada de 5.000.000 de alevinos/ano. Existem mais três estações no Estado produzindo, no conjunto, cerca de 260.000 alevinos/ano, localizadas em Manaus, Manacapuru e Itacoatiara.

Com relação à ração, que durante boa parte da década de 1990 foi um ponto de estrangulamento sério para a atividade, a situação hoje é mais favorável. Existem quatro unidades de produção no Estado que, em conjunto, produzem 2.100 kg/h, atendendo a demanda atual.

A piscicultura, produzindo uniformemente durante todo o ano, influi positivamente tanto na regularização da oferta de pescado, quanto na atenuação da variação de preços ao longo do ano.

Há que se considerar, ainda, as exigências dos consumidores, quanto à higiene e qualidade do produto, que se tornam mais rigorosas a cada dia. Estas exigências podem ser perfeitamente atendidas pelo pescado proveniente da piscicultura, dadas às características próprias e específicas desta atividade, que possibilita a oferta de um produto com alto grau de qualidade. Este nível qualitativo é praticamente impossível de ser conseguido pela pesca extrativa, dadas as condições em que a mesma geralmente opera, em termos de captura, conservação, transporte e distribuição.

A indústria de beneficiamento de pescado, com equipamentos e processos produtivos modernos, obedecendo aos padrões fixados pela legislação pertinente, pode oferecer ao mercado consumidor uma grande

variedade de produtos, elaborados de tal forma, que facilitam e tornam bem mais rápido o preparo de alimentos oriundos do pescado, o que vem atender as necessidades e preferências das classes média e alta da população.

É importante salientar a perspectiva representada pelo mercado internacional, que se apresenta muito promissor. As populações dos países desenvolvidos, particularmente, são mais esclarecidas e conscientes quanto a aspectos de saúde e sanidade dos alimentos que demandam crescentemente as chamadas carnes "brancas", com baixo teor de gordura, e também os produtos considerados ecologicamente corretos, ou seja, provenientes de processos de produção sustentáveis. Estas preferências, evidentemente, são na sua totalidade satisfeitas pelos produtos da piscicultura e por seus derivados.

Principais Entraves:

- Falta de linha de credito especial para investimento e capital de giro.
- Ausência de pesquisa relacionada à reprodução e alimentação para outras espécies de peixes com potencial para a piscicultura.

A criação de perspectivas para a Pesca Artesanal e a Piscicultura envolve os seguintes aspectos:

- Organização do setor para viabilizar a infra-estrutura de apoio a produção, bem como a interlocução entre os produtores e o mercado.
- Criação de linhas de crédito para financiamento das viagens de pesca com facilidade de acesso aos pescadores ribeirinhos.
- Capacitação sobre tecnologia alternativa de beneficiamento do pescado como peixe defumado, lingüiça, farinha de peixe, para maior agregação de valor.
- Modernização da frota pesqueira
- Estímulo à piscicultura para estabilizar a oferta durante o ano todo, minimizando os efeitos da sazonalidade da produção pesqueira.
- Incentivo à exportação de pescado para o mercado internacional

- Campanhas de conscientização junto aos pescadores para conservação dos estoques pesqueiros através de sistemas de manejo de lagos.

Setor Madeireiro

A indústria madeireira no Estado do Amazonas iniciou-se na década de 70, situando-se hoje como um segmento estratégico face ao potencial florestal disponível na região. Embora possua essa condição, carece de melhor gerenciamento quanto à questão matéria-prima e estrutura de produção.

A indústria madeireira em geral, por muito tempo obtém sua matéria-prima das áreas de várzea. As operações de seleção e corte são realizadas nos meses de agosto a novembro, época das vazantes. Nos meses de fevereiro a junho, época das cheias, é feita a retirada, arraste, agrupamento dos troncos para posterior transporte por via fluvial.

Assim sendo, é notória a relação entre o nível das enchentes e a quantidade de madeira explorada a ser transportada, sendo que em algumas oportunidades, dado o baixo nível das enchentes, a retirada dos troncos e posterior formação de jangadas torna-se impossibilitada, advindo da perda ou do não aproveitamento das árvores derrubadas.

A outra forma para obter matéria-prima é nas áreas de terra-firme, com a abertura de eixos viários nas proximidades de Manaus e outros municípios tidos como de excelente potencial florestal, sendo seu transporte feito por meio de jangadas e/ou balsas.

As espécies mais utilizadas pela indústria são comercializadas por um preço médio de R$ 36,60/m^3. Considerando os estoques médios anuais das empresas de tamanho médio ou grande, infere-se que o capital de giro representa um papel importante sobre o fluxo de produção, em virtude do investimento necessário ao estoque regulador.

De acordo com as estimativas do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas), o desmatamento na Amazônia no período que vai de agosto de

2001 a agosto de 2002 foi de aproximadamente 25.476 km². O IBAMA, órgão federal responsável pelo controle e monitoramento da extração e comercialização da madeira no Brasil, não possui recursos financeiros e humanos para uma implementação eficaz de seus programas de controle, fiscalização e educação ambiental. No Estado do Amazonas, há somente um fiscal para cada 40 mil km², uma área maior que Taiwan.

Para conter desmatamento o Governo Federal pretende adotar medidas que estimulem os proprietários rurais e empresários da Amazônia a desenvolver projetos ambientalmente sustentáveis. No âmbito do Ministério da Integração Nacional, os projetos que solicitem créditos e incentivos fiscais para atividades produtivas na região passarão pelo crivo da sustentabilidade ambiental. É preciso também realizar uma ação para regularizar a situação fundiária, onde o novo conceito de assentamento, passa pelo desenvolvimento econômico e ecológico, possibilitando aos assentados desenvolver atividades que contribuam para a preservação da floresta.

Pólo Industrial de Manaus (PIM)

No novo desenho da economia do Amazonas, o Pólo Industrial de Manaus continuará como a principal fonte de crescimento econômico, mas verá reduzida a sua participação na formação do produto estadual. Deverão ser criados fatores de competitividade sistêmica, com o surgimento de conjunto de externalidades à empresa que permitam alcance de eficiência de produção de padrão mundial. A concentração, em Manaus, de segmentos produtivos de alta tecnologia deve ser aprofundada, fomentando a instalação de empresas interconectadas, fornecedores especializados, centos de apoio tecnológico etc, de modo a formar *clusters*.

O aumento da escala de produção das empresas de bens finais, reflexo de maior crescimento da economia brasileira e das exportações, está gerando condições favoráveis ao adensamento da cadeia produtiva

regional, com o fortalecimento das indústrias de bens intermediários e a criação de economias de escopo e aglomeração que contribuirão para o surgimento de vários *clusters* industriais. Sendo os principais segmentos instalados em Manaus integrantes de cadeias produtivas mundiais, voltados para atendimento de mercado extra-regional, é imperioso articular projetos consistentes com essa inserção global do parque industrial, que também transformem Manaus em base exportadora dessas transnacionais.

Um cenário favorável requer:

- Inserção do Pólo industrial Incentivado na nova Política Industrial do Brasil
- Prorrogação dos Incentivos Fiscais disponíveis em Manaus.
- Fortalecimento da **Cadeia Produtiva Regional**, com a ampliação do parque de componentes.
- Estimulo à concentração em Manaus de segmentos produtivos que integrados aos pólos industriais existentes possam formar *clusters*;
- Estimulo ao aumento das exportações de produtos industriais, incluindo a eliminação do conceito de 3° país que possui a ZFM em suas vendas para o Mercosul.
- **Construção de novos fatores de competitividade:** formação de pessoal qualificado, fomento ao desenvolvimento tecnológico, com ênfase na inovação e modernização da infra-estrutura econômica.

Para a modernização e ampliação do Pólo Industrial Tradicional é necessário:

- Fortalecer os segmentos produtivos que utilizam **insumos regionais** e **aqueles que destinam a produção para o atendimento do mercado regional**, geralmente pequenas e médias empresas controladas por capitais locais – seriam estabelecidas políticas de apoio tecnológico, financeiro e gerencial.

- Fomentar o surgimento de **pequenas agroindústrias no interior** do Amazonas, de modo a permitir a colocação de produtos extrativos ou agrícolas em mercados mais distantes, evitando as perdas decorrentes da elevada perecibilidade do produto “in natura”.

- Realizar estudos que permitam conhecer o “desejado” pelo mercado, invertendo o processo de produzir e posteriormente tentar “vender” o produto. Assim, as empresas seriam incentivadas a atuar em linhas de produtos que atendam demanda existente, aproveitando **inclusive a força da marca Amazônia;**

Implantação e Consolidação do Pólo Incentivado da Bioindústria

O Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (PROBEM) foi criado pelo Decreto nº 4.284 de 26.06.2002 com os seguintes objetivos:

- incentivar a exploração econômica da biodiversidade da Amazônia brasileira de modo sustentável, observadas as diretrizes da Convenção da Diversidade Amazônica;
- promover a implantação de pólos de bioindústrias na região amazônica;
- estimular o aumento de competitividade das empresas regionais de biotecnologia e de bioprodutos para os mercados nacional e internacional;
- estimular a capacitação tecnológica das empresas regionais em biotecnologia e desenvolvimento de bioprodutos;
- estimular o avanço tecnológico dos centros de excelência em pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia instalados na região;
- implantar e assegurar o funcionamento de estruturas laboratoriais e a capacitação técnica e científica nas áreas de bioprospecção, biotecnologia e constituição de bioindústrias;
- promover a inserção das populações tradicionais da Amazônia Legal brasileira no processo produtivo e na bioprospecção;
- zelar pelo estabelecimento de mecanismos para a justa repartição de benefícios advindos do uso econômico da biodiversidade;

- promover a ampliação de canais de comercialização de bioprodutos; e
- articular canais de financiamento.

O objetivo brasileiro de conseguir fazer com que a biotecnologia venha a se tornar uma relevante fonte de geração de riquezas para o País ainda precisa ser mais trabalhada. Iniciativas como o PROBEM são necessárias, porém são imprescidivéis ações que visem entender melhor os mercados. Do ponto de vista tecnológico já existem significativos avanços. A criação do Centro de Biotecnologia da Amazônia é fundamental neste processo.

Não obstante, tais iniciativas, afirmam que o problema tecnológico não constitui a grande barreira para a viabilização do aproveitamento econômico da biodiversidade amazônica. O problema do mercado consumidor é talvez o principal gargalo existente. Neste sentido, estudos de perfil de demanda são fundamentais para a viabilização da economia da biodiversidade amazônica. Estes estudos devem partir de uma consolidação dos produtos existentes e potenciais. A partir destas informações, lista-se as principais dificuldades encontradas pelo setor produtivo. O próximo passo, então, seria identificar quais são os principais mercados nacionais e internacionais e o perfil de diferentes segmentos consumidores. Cruzando-se as informações seria possível elaborar uma estratégia profissional de abordar os diferentes mercados e adequar os produtos da Amazônia a aqueles.

É necessário se ter em mente que há produtos, oriundos da biodiversidade amazônica, que ainda não são conhecidos, os que são, mas que deverão entrar em mercados oligopolizados com estratégias especificas, e há produtos que podem entrar nos mercados através de pequenos negócios. Do ponto de vista social, este último precisa ser priorizado.

BIOTECNOLOGIA

CONTEXTUALIZAÇÃO

Por ser a biotecnologia um conjunto de atividades que utilizam seres vivos ou suas partes no desenvolvimento de processo e produtos de valor econômico e social, é um setor técnico/científico de grande potencialidade para a Amazônia que detém uma parcela significativa da biodiversidade do planeta.

Os métodos biotecnológicos permitem desenvolver processos e produtos como:

- Plantas e animais mais produtivos e adaptados ao ambiente.
- Medicamentos, soros e vacinas.
- Biomateriais como: álcool, óleo vegetal, plástico biodegradável, celulose (papel).
- Produtos alimentícios como: queijos, iogurtes, bebidas alcoólicas (ou não).
- Inseticidas, vermicidas, carrapaticidas para uso em humanos ou na área veterinária.
- Produtos/processos para biorremediação e para recuperação de áreas degradadas.
- Reparação de defeitos genéticos (área ainda incipiente no mundo).

É importante ressaltar que a biotecnologia para o Amazonas deve resultar ou em processos amistosos ao meio ambiente, ou melhor, ainda, em processos que colaborem com a conservação dos ecossistemas e seu uso sustentável. Desta forma, a biotecnologia deve ser um setor essencial para o desenvolvimento do Programa Zona Franca Verde do Governo do Estado do Amazonas.

DIAGNÓSTICO NO ESTADO DO AMAZONAS

Embora a biotecnologia seja uma área onde o Brasil se destaca, especialmente na área agroindustrial, este setor ainda é incipiente em nosso Estado apesar dos grandes esforços desenvolvidos pelos Governos Federal e Estadual nos últimos dez anos. Neste período criou-se a base para o desenvolvimento da biotecnologia no Amazonas:

- Aprofundando o estudo e compreensão da biodiversidade.
- Formando-se pessoal nos mais diversos níveis: técnicos, graduados, especialistas e pós-graduados.
- Criando-se o Centro de Biotecnologia da Amazônia, que entrará em funcionamento no final deste ano.

Diferentes atividades empresariais na área biotecnológica já delineiam o "Pólo de Bioindústrias do Amazonas (PBA)". Neste setor, no momento, preponderam as micro, pequenas e médias empresas, como:

- Setor de Produção de Extratos: Magama Industrial e CRODA;
- Setor de Fitoterápicos; Amazonervas, Pronatus, diferentes empresas incubadas (CIDE – Centro de Incubação e Desenvolvimento Industrial);
- Setor de Produtos Fermentativos: álcool (JAYORO) iogurtes (Yofrut e Fazendinha);
- Produção vegetal: Nesta área destacam-se empresas de produção de mudas de banana resistentes a pragas (CAMPO), mudas de pupunha sem espinho (Fazenda) e de plantas ornamentais;
- Produção animal: Nesta área destacam-se iniciativas relacionadas com a criação de peixes, bubalinos e animais domésticos como bovinos e aves.

Para a integração das atividades bioindústrias ao Programa da Zona Franca Verde é necessária a dinamização de setores modernos e alternativos conservação e uso da biodiversidade. Para tal, como apresentado no próximo tópico, propõe-se que as atividades biotecnológicas estejam ligadas a procedimentos como: manejo florestal, plantio de

Sistemas Agroflorestais (SAFs), biorremediação, controle biológico de pragas e vetores de doenças tropicais, entre outros.

LINHAS DE AÇÃO A SEREM DESENVOLVIDAS

Para a dinamização de setores biotecnológicos, o Governo seguirá três linhas de ação básicas:

- **Biorremediação:**

Como a Amazônia detém cerca de 20% da água doce do planeta, o uso comercial dessa riqueza depende da capacidade de se manter ecossistemas não poluídos. Para tanto, as atividades de biorremediação são essenciais para tratamento dos resíduos industriais e antrópicos. O objetivo é desenvolver e adaptar essas biotécnicas para as especificidades do Amazonas.

- **Produção em Sistemas Agroflorestais:**

As tecnologias de sistemas agroflorestais (SAFs) desenvolvidas por diversas instituições regionais são de extrema relevância para a região. A biotecnologia, nesse caso, contribuirá com espécies cujos produtos sejam de alto valor agregado, resistentes às pragas e mais produtivas; ou seja, com o aprimoramento das tecnologias de SAFs.

Nos SAFs poderão ser produzidas matérias-primas para diversos setores biotecnológicos, como os de: fitoterápicos e cosméticos, alimentar, humano, produção de ração animal, etc.

- **Criação de animais em regime de confinamento e semiconfinamento:**

O desenvolvimento dos processos de criação de animais domésticos e silvestres de confinamento é de extrema relevância para a Amazônia, pois diminuirá a necessidade de desmatamento (para formação de pastagens) e de caça ou pesca de animais silvestres.

Essa atividade dependente da produção de ração barata e o componente limitante na Amazônia que integra as rações são o componente protéico. Por meio do terminal graneleiro de Itacoatiara, chega no Estado do Amazonas em princípio a soja mais barata do mundo e com a construção da indústria de processamento de soja de Itacoatiara iniciou-se a produção do farelo de soja que é a fonte protéica da maioria das rações.

Como o material amiláceo das rações pode ser suprido por derivados da mandioca (matéria-prima que responde a demanda em nosso Estado), ou do milho, espera-se que empresas dessa área produzam no Estado do Amazonas rações para diferentes tipos de animais (aves, boi, peixes etc.) com alta qualidade e bom preço.

A biotecnologia pode entrar também nessa área desenvolvendo linhagens de animais domésticos adaptados ao nosso clima, resistentes e produtivos e também domesticando animais silvestres.

Prospecção de novos princípios ativos a partir da Biodiversidade

Novos princípios ativos com as mais diferentes ações podem ser descobertos a partir da biodiversidade do Amazonas.

Uma abordagem moderna, integrada e econômica foi proposta pelo Programa PROBEM/Amazônia e que será coordenada pelo CBA – Centro de Biotecnologia da Amazônia (vide documento 2.1 do PROBEM/Amazônia). Nesta abordagem considera-se a ação conjunta de três setores:

- o que atuará na área da biodiversidade e que portanto será responsável pela coleta das amostras a serem analisadas (SCA – Sistema de Coleta das Amostras);
- o que atuará na produção dos extratos a partir das amostras coletadas (SPE – Sistema de Produção de Extratos);
- o que atuará na determinação das prosperidades das amostras ou seja realizará os bioensaios a partir dos extratos produzidas (SPA – Sistema de Determinação das Propriedades das Amostras).

Este sistema de bioprospecção contará com diversas grupos e laboratórios da Amazônia e de outras regiões do País compondo a Rede de Laboratórios Associados (RLA).

É importante destacar que nesse modelo podem participar comunidades nativas organizadas, especialmente na atividade de coleta das amostras.

Torna-se de grande relevância, especialmente considerando-se o Programa Zona Franca Verde, o acoplamento deste processo de bioprospecção às atividades de manejo florestal. Neste caso, na área de manejo onde será feita a coleta seletiva de madeira, poderão ser extraídas amostras de diferentes tipos de seres vivos (vegetais, animais e microrganismos) para as atividades de bioprospecção. Essa ação sinérgica dos dois setores pode dinamizar a biotecnologia por um lado e contribuir para o balanço econômico das atividades de manejo florestal.

Ações diretamente relacionadas à saúde

Além dos resultados que podem advir dos itens anteriores para a área de saúde, são de grande importância o desenvolvimento de biotecnologias para:

- **Diagnóstico de Doenças**: desenvolvimento, adaptação de técnicas modernas de diagnóstico envolvendo amplificação gênica (PCR) e seqüenciamento de DNA, para patógenos de doenças tropicais tanto para área numa na como para a saúde animal;
- **Desenvolvimento de Soros e Vacinas**: esta é uma área extremamente carente em nosso Estado. Sabe-se que soros antiofídicos produzidos com venenos de cobras de outras regiões do País não protegem adequadamente contra as peçonhas dos animais daqui. Nosso estado não produz nenhum soro e nenhuma vacina industrial.Seria de grande importância que fossem desenvolvidas vacinas contra malária, leishmaniose e diferentes viroses que atacam os amazonenses;

- **Controle de Vetores de Doenças**: métodos de controle biológico (amistosos ao meio ambiente) necessitam ser desenvolvidos para o controle de diferentes vetores de doenças tropicais como: malária, dengue e leishmaniose;
- **Fitoterápicos e cosméticos**: este é um setor industrial que desponta no Pólo de Bioindústria de Manaus e que sendo apoiado poderá crescer significativamente em curto prazo. O setor carece de matérias-primas com qualidade, de apoio na área farmacológica e toxicológica e de controle de qualidade dos produtos. Pode ser grandemente estimulado caso o governo inicie também a distribuição de fitoterápicos na Rede de Saúde Pública.

Recomenda-se atenção ao documento elaborado pelo "Grupo de Trabalho de Biotecnologia" criado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas, composto por membros dos setores de pesquisa, empresarial e do governo, denominado: "Subsídios para Política Pública de Biotecnologia para o Estado do Amazonas", especialmente em seus itens 8 no item 7, procurou-se visualizar o cenário biotecnológico desejável para o ano 2012 e no item 8 apresentou-se as ações pró-ativas julgadas necessárias para transformação do cenário desejável em realidade.

Considerando-se o exposto no documento citado e no horizonte do PPA (2004-2007) recomenda-se o desenvolvimento de ações de base que garantam a sustentabilidade no futuro do Pólo de Bioindústrias do Amazonas (PBA), como por exemplo:

- Apoio às atividades da FAPEAM (Fundação de Amparo a Pesquisa do Amazonas), ao funcionamento do CBA e a formação/atração de recursos humanos na área;
- Apoio à conclusão dos estudos das cadeias produtivas do setor e às ações para resolver os principais "gargalos";
- Apoio a projetos que visem conhecer melhor nossa biodiversidade (BIOTA-Amazonas), domesticar e promover o melhoramento genético de espécies de interesse econômico/social/ambiental, realizar os processos de bioprospecção inclusive os de genes (Projetos Genoma);
- Promover os estudos dos aspectos legais e éticos relativos a bioprospecção para harmonizar as diferentes legislações e facilitar o desenvolvimento biotecnológico;

- Contribuir na organização dos produtores interioranos em forma de cooperativas e associações, visando, já no interior, a agregação de valor aos produtos da biodiversidade;
- Melhoria da infra-estrutura viária, energética e de educação e de no interior do Estado o que permitirá às comunidades uma melhor participação em cada uma das cadeias produtivas e conseqüentemente acarretará uma melhoria do nível econômico da população;
- Promover os produtos do Amazonas nos mercados local, nacional e internacional através de feiras e workshops e bem como na criação e divulgação do Selo de Qualidade do Amazonas para bioprodutos;
- Estimular as atividades de incubação de empresas na área biotecnológica, bem como a criação de um "Fundo de Capital de Risco" para o setor.

Redução do Custo de Produção no Pólo Industrial de Manaus com o funcionamento do Gasoduto Coari-Manaus

O petróleo e o gás natural do rio Juruá e Urucu criam condições para a implantação de Pólo de GNL e Petroquímico e para alteração nas fontes de energia utilizadas em usinas termoelétricas e no transporte urbano.

O óleo combustível, hoje empregado na geração de energia elétrica, será substituído por gás natural, com um investimento programado de um bilhão de dólares, somente nas adaptações das usinas termoelétricas e na construção de novas instalações com a geração de 930 megawatts de energia elétrica.

O aumento de consumo de gás natural substitui parcialmente o consumo de alguns derivados de petróleo e abre oportunidades de obtenção pelo Brasil de créditos de carbono nos termos no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kioto. Para o caso específico em análise, um benefício associado à utilização do gás natural em Manaus é a possibilidade do desenvolvimento de uma indústria petroquímica capaz de alavancar vários outros setores da economia estadual.

O custo de oportunidade associado a reinjeção do gás de Urucu é socialmente considerável. Custo de oportunidade é o custo da não utilização de um determinado recurso na melhor opção disponível. Atualmente, o gás que é produzido em Urucu é reconduzido por que não existe uma forma adequada de entregá-lo aos mercados consumidores. Uma vez que esse gás vem à superfície e se gasta um grande volume de energia para forçá-lo de volta às profundezas da terra e ele possui um valor de mercado e utilidade para a sociedade o seu custo de oportunidade pode ser muito alto. Nessa situação, os recursos sociais e econômicos utilizados neste processo podem estar em m nível abaixo do ótimo. Se estes mesmos recursos fossem utilizados em outros setores da economia talvez mais benefícios pudessem ser obtidos para a sociedade.

A construção do gasoduto Coari-Manaus reduzirá a dependência da matriz energética do Estado de apenas uma fonte. Do ponto de vista da dinamização da economia estadual, o aproveitamento do gás natural nos principais mercados do Estado disponibilizará energia barata, abundante e segura, beneficiando os setores industriais, comerciais e residenciais.

Um cenário de desenvolvimento nessa área implica:

- Implantação de Pólo Gás-Químico**,** em Coari, por já ser disponível e abundante o gás natural na cidade.
- Implantação de city-gates, a mudança do termocombustível levará ao desenvolvimento de pólos pesqueiros, indústrias de beneficiamentos de atividades de extração vegetal, indústrias vitais para a construção civil – cerâmicas e derivados, beneficiamento de frutas e outras vocações regionais. Os municípios beneficiados serão: **Coari, Codajás, Anori,**

Anamã, Beruri, Caapiranga, Manacapuru e Iranduba, com população de 228.325 habitantes, 16,2% do interior do Estado.

- Em **Manaus**, com população de 49,98 % do Estado e atividade econômica por volta de 90%, os benefícios serão as mudanças da matriz energética para o gás natural, reduzindo em 30% o custo da energia. Em curto prazo, será ofertado ao Pólo Industrial de Manaus o novo combustível por gasoduto da distribuidora CIGÁS, além do gás natural veicular em postos de serviços.

Nos demais municípios do estado o desenvolvimento se dará com:

- Oferta de energia gerada a gás natural por linhas de transmissão.
- Estudo de viabilidade de transporte fluvial.

Com a expansão e implementação, no Estado, de diversos setores econômicos, notadamente daqueles localizados no Interior, o fluxo comercial interno e externo demandará melhor aparelhamento dos serviços de infra-estrutura básica, abrindo espaço para investimentos de monta, sobretudo nos segmentos de geração de energia elétrica e transportes.

A partir da disponibilização do gás natural de Urucu, com a concretização do gasoduto Coari – Manaus, projetada para 2006, estará criada a demanda para implantação de **Pólo Gás – Químico**, que poderá atender vários municípios do Interior, além de Manaus.

Participação na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)

O esforço para unir as economias do Hemisfério Ocidental em uma única área de livre comércio iniciou-se com a Cúpula das Américas, realizada em Miami em dezembro de 1994. Os Chefes de Estado e de Governo das 34 democracias da região decidiram então criar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), na qual serão eliminadas progressivamente

as barreiras ao comércio e ao investimento, e as respectivas negociações serão concluídas até o ano 2005.

No Encontro de Chefes de Estado do MERCOSUL, realizado em Assunção de 17 a 18 de junho de 2003, o Presidente do Brasil, defendeu um novo conceito geoeconômico com o estabelecimento de uma área de livre comércio entre os países do Mercosul (Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai) e os países do Pacto Andino (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela). Em seguida, no dia 20 de Junho, em encontro com o Presidente norte-americano George W. Bush, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Brasil assumiu o compromisso de estabelecer uma agenda positiva em relação a ALCA, envolvendo os seguintes temas:

- **Acesso a mercados, incluindo Normas e Standard.**
- **Agricultura, incluindo medidas Sanitárias e Fitosanitárias.**
- **Comércio Eletrônico.**
- **Compras Governamentais.**
- **Direitos de Propriedade Intelectual.**
- **Investimento.**
- **Políticas de Concorrência.**
- **Serviços.**
- **Solução de Controvérsias – Mercosul e Organização Mundial do Comércio.**
- **Subsídios, Antidumping e Medidas Compensatórias.**

A Declaração Ministerial de Quito, de 01 de Novembro de 2002, ao lançar o Programa de Cooperação Hemisférica, tem como premissa que um dos objetivos gerais é procurar que as políticas ambientais e de liberalização comercial se apóiem mutuamente, considerando os esforços da OMC e de outras organizações internacionais que visam promover o desenvolvimento sustentável no hemisfério.

Temos uma vantagem comparativa importante dentro da ALCA, que é exatamente a Biodiversidade e toda a sua aplicabilidade através da Bioindústria, além disso, todos os temas citados acima, devem ser debatidos pelo Governo do Estado do Amazonas em Câmaras Setoriais

específicas, buscando avaliar os impactos e repercussões dos itens na economia amazonense no contexto de ALCA em 2005.

A efetivação da ALCA em 2005 ainda é motivo de controvérsias em face de extensa agenda a ser cumprida, por todos os países membros, conforme os temas acima elencados. Sugere-se que o **Governo do Estado instale Câmaras Setoriais** envolvendo estes temas, para subsidiar e acompanhar este processo, que cuja sua efetivação ou não irá trazer mudanças de cenários para a economia do estado.

Turismo de Natureza

O setor de serviços, do ponto de vista de oportunidades de trabalho, é o que mais se amplia e se ampliará no mundo. É no conjunto das atividades de turismo e hospitalidade que se visualiza o maior potencial de crescimento. Dentro destas atividades, o Turismo de Natureza no Amazonas possui um apelo significativo para turistas nacionais e internacionais.

De acordo com dados da OMT (Organização Mundial do Turismo), o turismo cresce 20% ao ano no mundo e, nos últimos 15 anos, recebeu 90% a mais de investimentos. O turismo em geral emprega 204 milhões de pessoas (10% dos trabalhadores do planeta), ou seja, para cada 9 empregados 1 trabalha na atividade turística, e sua taxa de crescimento supera a do PIB mundial, além de contribuir com 6% dos impostos pagos. O setor deve crescer 7,5% ao ano, nos próximos 10 anos, movimentando cerca de U$ 3,4 trilhões (10,9% do PIB mundial). De acordo com a ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis), um emprego é gerado para cada U$ 7 mil deixados no

Brasil. Na indústria automobilística, por exemplo, este valor é de U$ 170 mil.

O Turismo de Natureza, que engloba ecoturismo, turismo de aventura, turismo educacional, turismo contemplativo e uma variedade de outros tipos de experiências proporcionadas pelo turismo ao ar livre e alternativo é o segmento de mais rápido crescimento na indústria turística em diversos países.

É importante que o desenvolvimento do turismo sustentável no Estado do Amazonas satisfaça as necessidades dos turistas e das regiões receptoras, enquanto protege, conserva e aumenta oportunidades para o futuro. Para tal, faz-se necessário investimentos e um gerenciamento de todos os recursos, de uma maneira que necessidades econômicas, ambientais, sociais e estéticas possam ser satisfeitas, considerando enquanto a integridade cultural, processos biológicos essenciais, diversidade biológica e sistemas de suporte da vida para que sejam mantidos intactos.

Ao adotar formas sustentáveis de turismo de natureza, o Amazonas poderá incrementar a conservação da diversidade biológica dentro e fora de áreas protegidas, assim como promover melhorias na qualidade de vida das comunidades do interior envolvidas nas atividades turísticas. E desta forma, o turismo, visto sob uma nova concepção estratégica, deve ser um conjunto de bens e serviços que promova o desenvolvimento das comunidades locais. Não deve ser considerado somente como a implantação de meios de hospedagem, alimentação e locais de recreação e lazer, mas sim, como conceito que integra o desenvolvimento sustentável urbano e rural, criando um novo pólo de crescimento, com investimentos em infra-estrutura, nas vias de acesso e melhores qualidades nos serviços de educação, saúde e segurança.

No ano de 2001, 18,65% dos turistas que visitaram o Estado hospedaram-se em hotéis de selva, 4,0% a mais do que no ano de 2000. Estes turistas possuem o perfil de consumidores do turismo de natureza e procuram em suas viagens, atividades relacionadas com o natural e o sustentável. Um grande número de turistas que utiliza apenas os hotéis urbanos da capital procura também atividades relacionadas com o turismo de natureza.

Mediante estudos, verificou-se a importância de investimentos emergenciais na área de turismo de natureza em 34 municípios do Estado. Destes, 14 fazem parte do Pólo do Amazonas e já estão sendo beneficiados, em parte, pelo PROECOTUR (Programa Nacional de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal), 9 formam o Subpólo Saterê e 9 o Subpólo Alto Solimões, também vinculados ao PROECOTUR além de 3 exclusivamente direcionados à pesca esportiva.

É de extrema importância que o Estado do Amazonas possa investir na promoção de sua MARCA, em âmbito nacional e internacional, para que assim, haja um incremento da procura pelos produtos do Turismo de Natureza, os quais têm como insumos os recursos naturais e culturais do Estado. É necessário também, investir para oferecer a esta crescente demanda uma infra-estrutura de qualidade, aliada à mão-de-obra qualificada, segurança pública e excelência em sustentabilidade.

Recursos Hídricos

A Amazônia é uma grande planície a 55 metros do nível do mar. Representa 5% do total da superfície terrestre sólida. Ocupa áreas em oito diferentes países da América do Sul: Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Suriname, Peru, Venezuela e Brasil, e se estende por nove Estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.

Representando 4/10 do espaço territorial da América do Sul, possui a maior bacia hidrográfica do Mundo, com 6.112.000 km 2 - dos quais 3.900.000, em território brasileiro. Concentra 1/5 de toda a água doce do Planeta. Somente a bacia do rio Amazonas, com área de 6.217.220

km2 (1.556.988 km2 no estado do Amazonas), e vazão média de 209.000 m3/s (120.000 m3/s em território brasileiro), detém 17% deste total.

O potencial hídrico do Amazonas compõe forte diferencial econômico, especialmente no que se refere à marca Amazônia. Implementar ações estratégicas de marketing que promovam o produto amazonense água (classificado como bem econômico pela Lei Federal nº 9.433/97), constitui-se mecanismo capaz de levar o Estado a conquistar posição de destaque no cenário econômico internacional, haja vista o mercado promissor que vem se consolidando em torno da comercialização da água mineral, tanto quanto da água bruta (em grandes volumes), dada a escassez hídrica por que passam diversos países, especialmente os do Oriente Médio.

Vale ressaltar que as possibilidades mercadológicas não se restringem apenas ao Exterior, que, em relação ao restante do Brasil, o Estado do Amazonas também se encontra em posição privilegiada, não só pela disponibilidade, como pela qualidade de seus recursos hídricos superficiais e subterrâneos, que possuem elevado índice de conservação ambiental.

Além da potencialidade para o abastecimento, os recursos hídricos do Estado representam forte atrativo ao turismo local e importante insumo para o desenvolvimento de atividades produtivas, como piscicultura e agricultura de várzea.

O gerenciamento recomendado no presente Plano Plurianual de Governo pretende destacar o Amazonas como a mais importante fonte mundial de água doce superficial. As atividades a serem desenvolvidas contemplam desde aspectos relacionados à gestão ambiental dos recursos hídricos do Estado, até o monitoramento dos usos múltiplos da água, sejam eles consuntivos ou não, passando pela expansão e melhoria do sistema público de abastecimento de água e tratamento de esgoto.

Assim, o Governo do Estado do Amazonas atuará tendo em vista os seguintes pontos:

- desenvolvimento de estudos de mercado, visando a exportação de água doce para países com alta escassez e poder aquisitivo;
- desenvolvimento de estratégia de divulgação mercadológica do bem econômico água;
- desenvolvimento de atividades associadas à gestão econômica – ambiental dos recursos hídricos, com destaque para a regulação do uso e melhoria e/ou manutenção dos aspectos de qualidade e quantidade.

Setor Comercial / Serviços

Apesar da macrocefalia do processo de crescimento da economia concentrado em Manaus, ocorreram profundas transformações na estrutura produtiva estadual. A indústria passou a ser o motor do crescimento, tanto que, no período 1970 a 1990, sua participação no PIB cresceu de 11,9% para 48% e no emprego formal de 38% para 55%. Entre 1970-1985, o produto industrial aumentou 16,4 vezes e o PIB cresceu numa média anual de 11,9%. Ademais, propiciou o surgimento de um mercado de trabalho moderno, realmente capitalista, com a ampliação da oferta de emprego industrial - entre 1970-1989 aumentou em 707%.

A indústria tradicional voltada para o atendimento do mercado local também atravessou fase de forte crescimento, aproveitando a ampliação do mercado consumidor - caso da indústria de produtos alimentares, metalúrgica, gráfica, vestuário, moveleiro, oleiro-cerâmico, serraria, dentre outros. Por outro lado, em vários segmentos industriais, com a redução relativa do custo de transporte dos centros produtores para Manaus e da isenção ou suspensão de determinados impostos na venda para Manaus, a produção regional teve bastante diminuída a sua capacidade de competir com os similares fabricados nos principais centros industriais do país.

O comércio foi dinamizado por dois fatores: aumento da demanda local e o surgimento do turismo de compras. A primeira decorrência da absorção pelo mercado de trabalho de elevado contingente de pessoas que

dele estavam alijadas, pois geralmente atuavam no extrativismo ou na agricultura de subsistência. O outro vetor de expansão foi a venda de mercadorias importadas, que atraiu compradores do resto do país, ampliando, ainda mais, a demanda por serviços turísticos - incluindo a hotelaria.

O turismo, alavancado pelo turismo de compras e pelo ecoturismo, teve célere expansão durante os anos 1980. Como resultado, surgiu ampla infra-estrutura de restaurantes, hotéis, agências de viagem etc. Apesar do aumento do fluxo turístico internacional para o Amazonas, a maioria dos turistas era oriunda do resto do país - atraídos pela possibilidade de compras de produtos estrangeiros. O movimento do Aeroporto de Manaus permite vislumbrar esse crescimento, mesmo considerando a participação dos residentes no Amazonas: em 1980, desembarcaram 317.095 pessoas; em 1990, 600.995.

A dinamização da economia amazonense resultou num "círculo virtuoso" com o aumento do emprego, da acumulação do capital regional e da evolução da receita tributária aquecendo fortemente a demanda agregada regional. Ocorreu expansão das atividades produtivas voltadas ao atendimento do mercado local, principalmente das comerciais e de serviços. Contudo a economia manteve excessiva dependência em relação às atividades ligadas à Zona Franca de Manaus, principalmente ao setor industrial moderno. Em suma, o surto de expansão da atividade produtiva, nas duas últimas décadas, não foi suficiente para a criação de novas fontes de crescimento, com as vocações econômicas relativas ao aproveitamento dos recursos naturais ocupando posição marginal na estrutura produtiva do Amazonas.

O setor comercial é reflexo do comportamento da renda estadual e atualmente depende sobremaneira das remunerações da indústria e dos investimentos e despesas de custeio do setor público.

Nesse contexto, deve ser salientada a fase de modernização que atravessa o varejo local, com a implantação de hipermercados, ampliação do principal *shopping center* de Manaus (380 lojas), ampliação dos *shoppings* de vizinhança, implantação do Studio 5 Festival Mall e do Tvlândia Mall, a construção do Millennium Center, bem como de dezenas de

pequenos centros comerciais etc. O aumento do nível de exigência do consumidor e o efeito de demonstração das novas lojas (na apresentação e atendimento) têm gerado impacto positivo na totalidade da atividade comercial.

Finalmente, analisando os dados referentes ao emprego e a renda, verifica-se que, como resultado do avanço das tecnologias de processo e produto, as empresas aumentaram a produtividade, com reflexos positivos na capacidade de competitividade do parque industrial. *Apesar da quantidade de mão-de-obra empregada que alcançou 90.000, em 1990, ter reduzido, em 2001, para 46.000 pessoas, numa queda de 49%, a massa salarial anual das empresas incentivadas caiu apenas em 12,9% o que demonstra aumento do salário real médio da indústria, em função do maior nível de qualificação do pessoal empregado.*

Em suma, durante a década de 90 ocorreu uma queda no nível geral de empregos na Zona Franca devido *às mudanças ocorridas no campo tecnológico, no aumento das importações devido às políticas de abertura econômica adotada pelo governo e à reestruturação organizacional das empresas no sentido de redução dos níveis hierárquicos.* O quadro a seguir, apresenta a distribuição do emprego formal na cidade de Manaus, demonstrando existir forte participação do emprego público.

Quadro n.º 02 - Empregos formais na cidade de Manaus - Ano 2000

Setor	N.º de Empregos	% do Total
Privado		
Industrial	50.000	24,51
Comercial	54.000	26,47
Serviços	23.000	11,27
Sub - Total	**127.000**	**62,25**
Público		
Estadual	52.000	25,49
Municipal	20.000	9,80
Federal	5.000	2,45
Sub - Total	**77.000**	**37,75**
Total Geral	**204.000**	**100,00**

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda
Obs.: Os dados apresentados aqui estão estimados no documento "ZFM: Aspectos Institucionais, Integração na Economia Brasileira e Perspectivas.

Outro fator que merece destaque pelo seu impacto no desenvolvimento estadual e no próprio grau de exigência do consumidor é a evolução do ensino, particularmente a do ensino superior. No Amazonas, a quantidade de pessoas matriculadas em curso superior tem aumentado consideravelmente, tanto que em 1981 eram apenas 1.352 universitários; em 1994, 7.580; atualmente, em torno de 52.000 alunos. Até a década de 1990, a oferta de cursos do nível superior era dependente da Universidade do Amazonas (Federal), gerando elevada demanda reprimida, com milhares de pessoas impossibilitadas de prosseguir os estudos por falta de vagas nos cursos de graduação. Atualmente, são duas universidades públicas e doze entidades privadas. Parte dessa demanda por ensino pós-secundário foi atendida com a expansão do ensino superior ofertado pelas instituições particulares, atualmente responsáveis por 63% das matrículas realizadas no Amazonas.

Infra-estrutura Econômica

O desenvolvimento sustentável pressupõe a universalização do acesso, pela população, aos serviços de infra-estrutura econômica e social, sem os quais não ocorrerá crescimento econômico, com distribuição de renda e de riqueza. Neste contexto, estão incluídos segmentos relevantes como transportes, fornecimento de energia elétrica e saneamento básico, fundamentais à integração territorial e ao desenvolvimento humano.

Transportes

No que se refere ao transporte, vias de acesso e escoamento, o Estado do Amazonas apresenta grande potencialidade para uso de sistema hidroviário. Os portos já existentes, com destaque para o Porto Internacional de Manaus, operando no nível máximo de saturação, constituem malha portuária deficitária, que não atendem à atual demanda no que se refere ao transporte de passageiros e de cargas para o Interior.

Tal fato sugere modelo de transporte intermodal, que passa pela ampliação e fortalecimento da infra-estrutura portuária do Interior, e

recuperação da malha viária já existente, possibilitando o fluxo comercial entre municípios produtores e centros consumidores.

É fundamental que os investimentos na melhoria e ampliação da malha viária sejam acompanhados por ações complementares de gestão ambiental para evitar a repetição dos processos de uso desordenado do solo e desmatamento que marcaram a história dos últimos 20 anos no chamado "arco do desmatamento".

Também o sistema aeroviário do Estado precisa ser fortalecido, haja vista que, no Amazonas, quando o fator principal é tempo, as distâncias hierarquizam esta forma de transporte sobre as demais.

Energia

A geração de energia, no Amazonas, é altamente dependente de fontes térmicas, haja vista que a oferta de hidroeletricidade, a partir da Usina Hidrelétrica de Balbina, com capacidade instalada para 250 MW, atende apenas parte da Capital (sobretudo o Parque Industrial de Manaus) e área urbana do município de Presidente Figueiredo.

O fornecimento de energia elétrica na capital (potência efetiva: 828MW) está a cargo da Manaus Energia, subsidiária da ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil -, que opera, além da UHE de Balbina, as usinas termoelétricas de Aparecida e do Mauazinho, e de Produtores Independentes de Energia.

No Interior, a Companhia Energética do Amazonas – CEAM -, fornece

energia elétrica a 78 localidades, o que corresponde à quase totalidade dos municípios (61). Entretanto, o fornecimento não é contínuo, e os custos para os cofres públicos são elevados.

Segundo dados da ELETRONORTE, /Manaus Energia, /EPEM (Gerência de Estudos e Projeções de Mercado), em 2001, apenas 73,2% da população do Estado (2.011.621 hab.) tiveram acesso à energia elétrica, respondendo a CEAM por 23% do total (excetuando-se os municípios de Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo, abastecidos pela Manaus Energia).

O desafio maior, diante desse quadro, reside na ampliação da oferta energética - de preferência a menor custo – para acompanhar as perspectivas de crescimento econômico do Estado, o que subentende a viabilização de uso do gás natural de Urucu, com a implantação do Gasoduto COARI – MANAUS.

Como ações prioritárias, serão empreendidos projetos de extensão de linhas de transmissão e distribuição de sistemas de eletrificação rural, notadamente dos núcleos embrionários de pequenas indústrias e agroindústrias; aquisição de grupos geradores para atender a demanda de energia elétrica no interior do Estado até que se viabilizem meios alternativos menos poluidores; substituição, em médio prazo, do parque gerador termo-diesel, por alternativas duais termo-gás-diesel e, complementarmente, execução de estudos sobre o aproveitamento racional das baixas quedas, para instalação de minicentrais hidrelétricas.

Saneamento Básico

Abastecimento de água

O Censo de 2000 (IBGE) mostra que o Amazonas, no que se refere ao abastecimento de água, está na média Regional, com atendimento a 71% dos domicílios urbanos interligados à rede pública de água.

Em Manaus, o abastecimento é mantido pela concessionária Águas do Amazonas, que capta água do rio de Negro e opera a Estação de Bombeamento e Tratamento Ponta do Ismael.

No Interior do Estado, o abastecimento das sedes de 47 municípios é de responsabilidade das Prefeituras, que vêm enfrentando dificuldades para o atendimento das metas, estando os 14 municípios restantes sob responsabilidade da Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA. Os sistemas de abastecimento se distribuem entre superficiais e subterrâneos, e o fornecimento, na quase totalidade, é descontínuo.

O Governo do Estado, pelo presente Plano, implementará ações estruturantes no sentido de ampliar e/ou aumentar o potencial de abastecimento, tanto na Capital quanto no Interior, visando a ampliação da capacidade das redes urbanas e implantação de poços profundos em comunidades isoladas.

Esgotamento Sanitário

O Censo Demográfico-(2000), registrou 106.394 domicílios conectados a redes de esgoto, ou de águas pluviais, de um total de 324.704 domicílios identificados. Cerca de 164.550 domicílios dispunham de fossas sépticas ou rudimentares.

Com base nestes dados, é possível inferir que, no ano de 2000, apenas 3% dos domicílios estavam ligados às redes de esgoto e cerca de 50% lançavam os dejetos em fossas.

O Distrito Industrial dispõe de sistema de esgotamento próprio, constituído por rede coletora, 03 elevatórias, linha de recalque e coletor – tronco. Os dejetos deveriam ser tratados e lançados no rio Negro, porém, em razão das condições atuais do sistema, muitas indústrias estão lançando seus esgotos nas redes de drenagem e nos cursos d'água, principalmente no igarapé do 40.

Em 2001, parte significativa das estações de tratamento e algumas elevatórias encontravam-se em operação precária ou paralisadas.

Para reverter o cenário na Capital, o Governo do Estado do Amazonas já obteve aprovação da COFIEX, para contratação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID –, no total de US$ 140.000,000, para viabilização do Projeto Sócio – Ambiental dos Igarapés de Manaus, que prevê ações conjuntas com a empresa Águas do Amazonas, dentre outras, para saneamento dos corpos hídricos da Capital. A primeira fase está direcionada para as bacias dos igarapés de Educandos e 40, que apresentam maior complexidade sobre as demais, em função da elevada densidade demográfica e da localização do Pólo Industrial de Manaus em suas áreas de abrangência.

A situação do Interior não difere da Capital. Dos 61 municípios, apenas 06 (seis) possuem sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário (Boca do Acre, Carauari, Coari, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo). O Governo do Estado, numa ação de complementaridade, planeja implantar rede coletora e unidade de tratamento de esgoto sanitário, em 31 municípios interioranos, com população projetada acima de 15.000 habitantes até o ano 2015.

A implantação e expansão dos setores econômicos, com ênfase nos instalados e nos que operam no interior do Estado do Amazonas, demandarão, a curto e médio prazo, a estruturação da infra-estrutura básica para otimizar as trocas comerciais regionais, nacionais e internacionais, o que irá gerar espaços consideráveis para investimentos sustentáveis, sobretudo, nos Setores de Energia e Transporte. Sendo assim, espera-se com este Plano reverter as dificuldades existentes no Estado no tocante à infra-estrutura econômica, priorizando ações nas áreas:

Setor Energético

O Estado é o único da União a ter a matriz energética baseada na termogeração pela queima de combustíveis líquidos, onerando o Erário

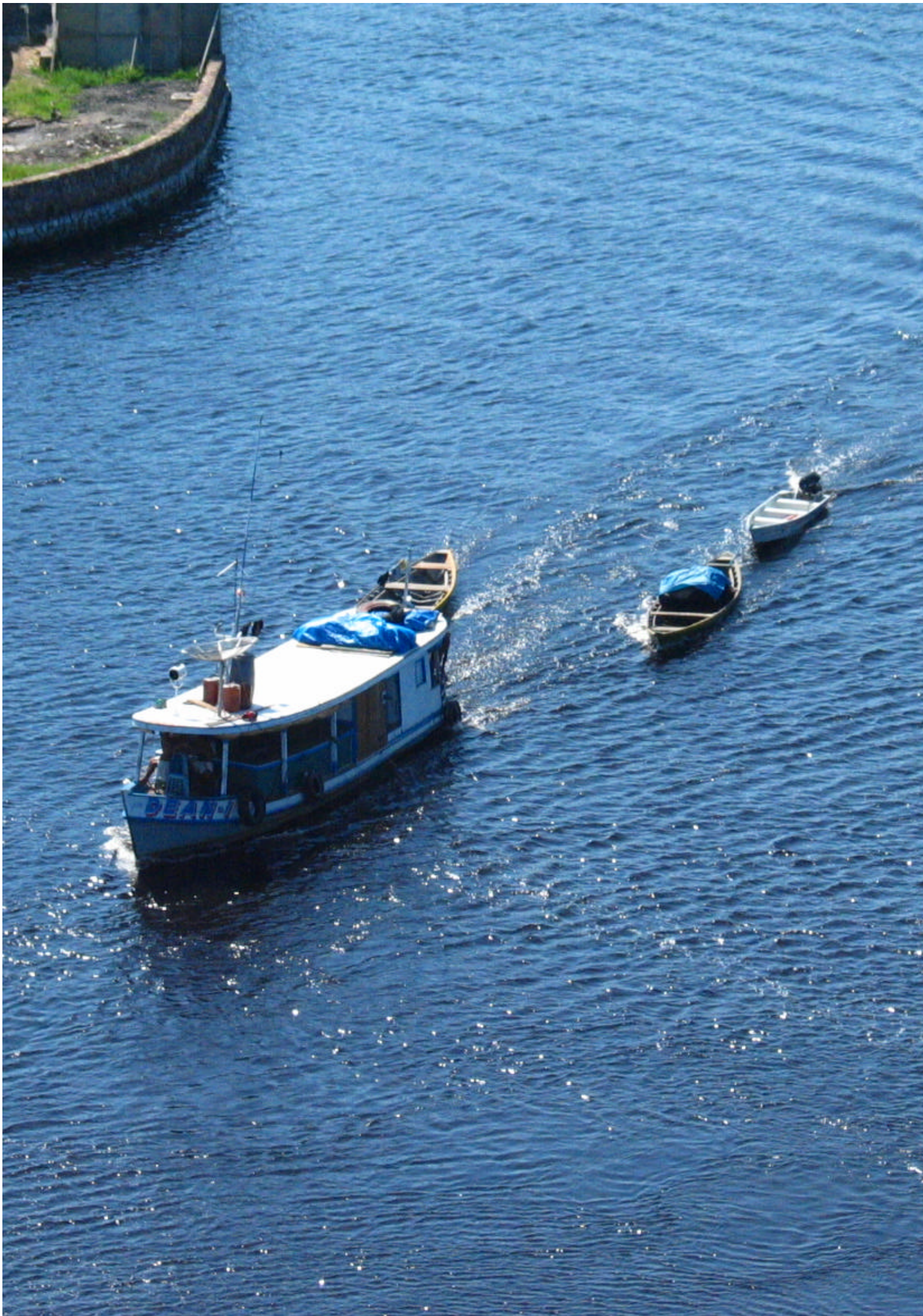
através de contas compensatórias que sobrecarregam os brasileiros como um todo.

A descoberta de **gás natural** nas províncias de Urucu e Juruá redirecionam para uma radical mudança na matriz de geração de energia elétrica, no Amazonas, com visíveis benefícios, pois sua queima, além de gerar grande quantidade de energia, reduz sensivelmente a emissão de poluentes. Os produtos resultantes da combustão são inodoros, isentos de óxidos que ocasionam a chuva ácida, o que evita sistemas de tratamento de antipoluentes e de efluentes. É mais econômico porque elimina despesas de transporte e os custos associados à área física de armazenagem e à manutenção desse sistema na indústria, aumentando a produtividade. Necessita-se de um primeiro impulso do Setor Público, disponibilizando à **iniciativa privada a implantação de negócios com geração de emprego e renda.**

Como oportunidades potenciais de curto e médio prazo:

Ao longo do Gasoduto Coari – Manaus:

- Implantação de Pólo Gás-Químico, em Coari, por já ser disponível e abundante o gás natural na cidade;
- Através de city-gates, a mudança do termo-combustível levará ao desenvolvimento de pólos pesqueiros, indústrias de beneficiamentos de atividades de extração vegetal, indústrias vitais para a construção civil – cerâmicas e derivados, beneficiamento de frutas e outras vocações regionais. Os municípios beneficiados serão: **Coari, Codajás, Anori, Anamã, Beruri, Caapiranga, Manacapuru e Iranduba,** com população de 228.325 habitantes, 16,2% do interior do Estado;
- Em **Manaus**, com população de 49,98 % do Estado e atividade econômica por volta de 90%, os benefícios serão as mudanças da matriz energéticas para gás natural. De imediato será ofertado ao Pólo Industrial de Manaus o novo combustível por gasoduto da



distribuidora CIGÁS, e oferta de GNV – gás natural veicular em postos de serviços. Vale ressaltar que as empresas do Pólo Industrial de Manaus, com a utilização da matriz energética termo-gás, poderão obter uma economia da ordem de 30% em relação ao custo de consumo de energia existente hoje.

Com a expansão e implementação, no Estado, de diversos setores econômicos, notadamente daqueles localizados no Interior, o fluxo comercial interno e externo demandará melhor aparelhamento dos serviços de infra – estrutura básica, abrindo espaço para investimentos de monta, sobretudo nos segmentos de geração de energia elétrica e transportes.

A partir da disponibilização do gás natural de Urucu, com a concretização do gasoduto Coari – Manaus, projetada para 2006, estará criada a demanda para implantação de **Pólo Gás – Químico**, que poderá atender vários municípios do Interior, além de Manaus.

Setor de transporte hidroviário

O reaparelhamento e administração de novos portos constituem sólida oportunidade de investimentos para a iniciativa privada. O atual sistema portuário da Capital, apesar da recente revitalização do **Porto Internacional de Manaus**, administrado pela Sociedade de Navegação, Portos e Hidrovias do Estado do Amazonas – SNPH/AMAZÔNIA –, demanda o deslocamento de alguns serviços para **novos portos**, em função de estrangulamento pelo Centro Urbano de Manaus.

Os Portos de**: Tefé**, que movimenta cargas de toda a região do **Alto Solimões**; **Humaitá**, que dá saída a toda produção de grãos da região sudoeste do Estado (soja, arroz, milho); **Itacoatiara**, que movimenta passageiros e cargas, com destaque para as do setor madeireiro; **Manacapuru**, que movimenta cargas e passageiros da região do **Médio Solimões**, estabelecendo o intermodal com a rodovia Manacapuru – Manaus; e **Parintins**, que movimenta cargas e passageiros (porto turístico), necessitam de investimentos, para atender satisfatoriamente a atual demanda do interior do Estado.

Setor de transporte rodoviário

A recuperação das rodovias federais - **BR-319** (trecho Manaus/AM – Porto Velho/RO), **BR-317** (trecho Boca do Acre/AM – estado do Acre), **BR-230** (trecho Lábrea - Humaitá/AM – Apuí/AM – Rio Sucundurí/AM), e **BR-307** (Benjamim Constant/AM – Atalaia do Norte/AM), representa condição *sine qua non* para aumentar a vantagem competitiva dos segmentos produtivos, pela facilitação do escoamento de produtos, acesso a novos mercados, bem como oportunizar a interligação do fluxo de passageiros do Amazonas aos demais Estados do Centro – Sul do Brasil e da América Latina.

O Amazonas possui 08 estradas federais, sendo 534Km² pavimentados e 2.068 Km² não pavimentados, onde a rodovia mais estratégica é a BR-319 que liga Manaus a Porto Velho, e interliga ao centro-sul do país. Faz-se necessário a conclusão desta obra que facilita o escoamento dos produtos do PIM.

SISTEMA RODOVIÁRIO / AMAZONAS			
RODOVIAS	PAVIMENTADAS (KM)	SEM PAVIMENTO (KM)	TOTAL (KM)
FEDERAIS	534	2.068	2.602
ESTADUAIS	442	599	1.041
MUNICIPAIS	728	1.828	2.556
TOTAL	**1.704**	**4.495**	**6.199**
FONTE: GEIPOT - Anuário Estatístico - 1996 / 2000			

As hidrovias dos rios Acres, Amazonas, Içá, Japurá, Juruá, Madeira, Negro, Purus, Solimões, Tefé, Uatumã e Urucu representam os meios de transporte naturais da região, sem, contudo desprezar o papel das rodovias federais, estaduais e municipais, principalmente as vicinais, que são de fundamental importância no escoamento da produção principalmente do agricultor familiar. As hidrovias carecem de melhor balizamento, que facilitarão sua navegabilidade e reduzindo as chances de algum sinistro, com perdas irreparáveis. O porto de Manaus, bem como os terminais de

Itacoatiara e Boca do Acre, são importantes na logística de transporte e sua eficiência reduz o custo amazonas.

Os aeroportos de Borba, Carauari, Eirunepé, Lábrea, Manicoré, Maués, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé, com o funcionamento efetivo do Projeto SIVAM, irão operar com maior nível de segurança para o tráfego aéreo, com maior manutenção e menor risco.

Término do asfaltamento da BR-319

Funcionamento efetivo do **Projeto SIVAM**, possibilitando maior nível de informação nos níveis do transporte terrestre, aéreo e fluvial;

Fortalecimento de **rotas fluviais e aéreas com países do Pacto Andino**, considerando o fortalecimento comercial desses países, bem como, buscar conexão via Peru, com vistas ao Oceano Pacífico, reduzindo o custo de transporte de nossos produtos para o Japão e Costa Oeste norte-americana;

Aporte de **recursos do BNDES para a renovação da frota** de barcos de passageiros e cargas, para substituição do casco de madeira pelo casco de aço naval, que propicia mais condição de segurança;

Conclusão

Em suma, o Amazonas deverá atravessar nos próximos anos profundo processo de reestruturação em sua base produtiva, com o surgimento de novos eixos de desenvolvimento fortemente orientados para o mercado extra-regional, com ênfase no mercado internacional, em decorrência do reduzido tamanho de seu mercado interno. Essa diversificação da estrutura produtiva potencializará efeitos sinérgicos das inter-relações entre indústria-agricultura-mineração-turismo. É um processo de médio prazo, que dependerá fortemente do alcance de níveis de crescimento mais elevado da economia brasileira, pois os produtos locais serão voltados ainda de forma preponderante para o mercado nacional.

A transformações ocorridas na economia brasileira na década de 1990 permitiram que outras temáticas fizessem parte da agenda econômica amazonense ampliada, tendo o turismo, o gás natural e o estudo da biodiversidade, como peças importantes do debate econômico, sem esquecer a ZFM que tem em seu parque industrial 395 indústrias que empregam 43.000 pessoas. Esses números demonstram que novas iniciativas de diversificação da ZFM, só terão efeitos multiplicadores, se estiverem conectadas ao setor industrial da ZFM, o setor mais dinâmico da economia amazonense. Só o fato de novas potencialidades econômicas estarem colocadas em discussão, exprime por si só, a relevância das questões. A Amazônia representa uma das maiores grifes no mundo e o Estado do Amazonas detém 18% da área territorial, com uma população de 2.500.000 habitantes distribuídos 74% na área urbana e 26% na área rural.

Por outro lado, a instabilidade institucional que gera incertezas no processo decisório das grandes empresas que trabalham com planejamento estratégico de longo prazo, apresenta-se como um obstáculo à vinda de

mais Investimentos para a ZFM. As mudanças de política econômica, como a desvalorização cambial, bem como a recessão econômica em 1999, reverteram as expectativas de crescimento da produção na ZFM, com redução de 27,5% no nível de faturamento e de 43% na massa salarial, entre 1998 e 1999.

Apesar das muitas questões de conjuntura econômica, uma questão que nos parece fundamental para discutir o futuro da indústria regional da ZFM, diz respeito à ampliação das oportunidades no setor industrial, com a criação de um pólo tecnológico, considerando a fruição dos incentivos até 2013, mas também diversificando incorporando outros pólos, como o biotecnológico, envolvendo fármacos e cosméticos, com indústrias que mantenham o equilíbrio ecológico, não agridam a natureza, busquem o desenvolvimento sustentável e possibilite um maior grau de autonomização da Zona Franca de Manaus.

O Modelo de Planejamento

O modelo de planejamento

O modelo de planejamento adotado para o Amazonas segue os princípios da gestão orientada a resultados. Ao construir o modelo de planejamento, nossa administração considerou as características do nosso Estado e as diversas experiências praticadas na administração pública contemporânea.

Como resultado, a estrutura proposta para o Plano Plurianual do Estado do Amazonas aproxima-se daquela utilizada pelo Governo Federal guardando características próprias que permitirão a melhor gestão dos programas e o efetivo acompanhamento dos resultados pretendidos.

Gestão orientada a resultados

Na administração orientada a resultados, o foco de toda ação está voltado para a concretização dos resultados pretendidos. Para definir os resultados pretendidos, empreendemos, durante os meses passados, árduo trabalho no sentido de diagnosticar os problemas e demandas existentes em nossa sociedade somando-se a eles as oportunidades identificadas nos ambientes interno e externo. Dessa forma chegamos às potenciais áreas de atuação do governo.

Seminários e discussões com a presença de todos os órgãos da administração direta e indireta e fóruns de participação da sociedade foram

promovidos para ampliar a qualidade do trabalho inicial e orientar as prioridades a serem atendidas em nossa sociedade.

Definidos os problemas, demandas e oportunidades que seriam matéria do nosso Plano Plurianual, passamos a desenhar os programas que comporiam o Projeto de Lei do PPA 2004-2007.

Planejamento por Programas

Programa é um conjunto articulado de ações (projetos, atividades e operações especiais), entidades e pessoas motivadas para o alcance de um objetivo comum. Esse objetivo é concretizado num resultado e medido pela evolução de indicadores que possibilitam a avaliação da atuação governamental.

Cada programa instituído pelo Plano Plurianual visa à solução de um problema, o atendimento a uma demanda da sociedade ou o aproveitamento de uma oportunidade de investimento, sempre alinhado à Orientação Estratégica de Governo.

O modo tradicional da administração por funções (saúde, transporte, defesa, etc) não dá conta da gestão orientada para o alcance de resultados. A gestão por programas consiste em trabalhar de forma cooperativa, cruzando as fronteiras organizacionais, estimulando a formação de equipes e de redes com um fim comum, sem esquecer que ela acontece num ambiente organizacional em que as estruturas verticais conservam sua validade.

A Manutenção da Atualidade do Plano

O dinamismo imposto à administração devido à grande velocidade com que evoluem os cenários nacional e internacional é capaz de tornar

obsoleto em curto espaço de tempo um plano que se propõe ao cumprimento de metas para um período de quatro anos.

Para garantir a atualidade do plano e a eficácia desse instrumento de gestão pública, serão apresentadas, à Assembléia Legislativa, revisões anuais com o intuito de realinhar as ações de governo, adequando-as à evolução dos cenários interno e externo.

Tais revisões não têm o objetivo de promover intensas mudanças de rumo, mas assegurar o alinhamento dos programas e ações da administração pública aos desafios e megaobjetivos do Plano Plurianual.

Outra inovação na proposta atual do Plano Plurianual 2004-2007 é a construção de uma base de planejamento permanente de médio prazo, com a inclusão de um exercício financeiro de programação a cada revisão do plano.

Nos planos vigentes até então, o Plano cobria o horizonte de um exercício além do mandato que o formulava. Com o passar do tempo, esse horizonte ia se reduzindo, com o plano cobrindo cada vez menor período. Dessa forma, a ação planejada de médio prazo ia deixando de existir. No último ano de vigência de um PPA, quando já não se possui qualquer informação que possa orientar o planejamento, inicia-se a elaboração do novo PPA, configurando séria ameaça à continuidade e à integração que, em muitos programas e ações, é necessária.

Com a adoção da programação plurianual físico-financeira estaremos dando caráter de permanência ao plano plurianual mediante a inclusão de exercícios em substituição aos executados. Outro mérito do planejamento deslizante é a possibilidade de se efetivar a integração dos PPA's dos diversos entes da federação mesmo com vigências e prazos distintos.

Consulta à Sociedade

O plano e a sociedade

O planejamento participativo

Construindo o princípio da co-responsabilidade

O estabelecimento de um canal de comunicação com a sociedade, contemplando seus anseios e expectativas quanto ao projeto de desenvolvimento para o Amazonas no próximo quadriênio, foi uma das novidades na elaboração da proposta do Plano Plurianual 2004-2007. Isto significou um avanço histórico no processo de planejamento governamental do Estado. Numa iniciativa inédita no Estado, um elenco qualificado de atores sociais, representando conselhos, associações, lideranças empresariais, organizações não governamentais e sindicatos foram convidados a participar ativamente na discussão das propostas de ações governamentais voltadas ao atendimento das necessidades da sociedade amazonense. O objetivo era o de adequar da melhor forma possível o Plano Plurianual às demandas da sociedade, fortalecendo a interação entre setor público e sociedade, uma das marcas do atual governo.

A proposta de consulta à sociedade estabeleceu sintonia com as novas tendências da gestão pública em nível nacional e mundial,

afirmando, igualmente, o papel renovador atribuído ao Estado nesse novo estágio da sociedade global. Nesta, o poder público passa a desempenhar papel relevante como indutor do desenvolvimento, distanciando-se tanto da tradicional função intervencionista quanto da concepção recentemente hegemônica do Estado mínimo.

Na condição de corpo transitório e dirigente do Estado, o governo, ao decidir ouvir a sociedade, manifestou o reconhecimento da necessidade de completar sua função institucional, conhecendo melhor o seu campo de ação, mediante a contribuição efetiva de cidadãos e cidadãs no processo de planejamento.

A consulta propriamente dita teve caráter propositivo. As propostas apresentadas dela decorrente foram, em seguida, objeto de estudo e análise, procedendo-se a sua incorporação, utilizando para tanto dois critérios: o da pertinência e o da factibilidade, em função dos escassos recursos oficiais.

Assim, entre 08 e 20 de agosto foram realizadas 12 reuniões de consulta em todo o território amazonense, nas quais participaram 40 municípios, correspondendo a 64% do total de municípios do Estado, perfazendo 840 pessoas. Conduziram estas reuniões dezenove técnicos, previamente formados, colhendo 1.465 sugestões, sendo 1.395 pertinentes e factíveis.

A qualidade das intervenções e a evidente motivação dos participantes em contribuir com a formulação das políticas públicas atestam que o chamamento oficial correspondeu a um anseio da sociedade, que dispôs, assim, de uma real oportunidade para melhor conhecer e influir na definição das estratégias e do conjunto de ações do poder público.

Além de conferir maior visibilidade ao planejamento governamental junto ao seu público alvo e de revitalizar o processo de planejamento no Estado, a consulta veio referendar os objetivos estabelecidos pelo governo na estratégia de modernização e democratização da Gestão Pública, que se

propõe a imprimir maior eficiência, transferência, participação e legitimidade à ação governamental.

A metodologia da consulta demandou, inicialmente, a apresentação da proposta aos Secretários de Estado e, posteriormente, a mobilização de técnicos das diversas secretarias, com o objetivo de socializar os métodos de trabalho, assim como a viabilizar os recursos logísticos indispensáveis ao bom andamento dos trabalhos, realizados nos diversos municípios pólos previamente definidos, num total de 12.

Destacaram-se como pontos fortes do processo, inicialmente, a adesão dos Secretários e dos corpos técnicos das secretarias à proposta, com a assimilação do requisito essencial a procedimentos dessa natureza, o 'saber escutar'; a definição de critérios na seleção dos atores convidados, em função da sua representatividade e da capacidade de agir e influenciar sobre o contexto onde atuam; e, finalmente, o comprometimento dos participantes, atestado pela quantidade e qualidade das intervenções.

O saldo final indica que a iniciativa inaugurou uma nova e promissora fase para o planejamento estadual, para a gestão governamental e para a sociedade amazonense. Compreende-se que os resultados concretos da

inovação introduzida somente se farão sentir num horizonte de médio e longo prazo, com a continuidade e o aprimoramento do processo iniciado neste ano de 2003. Desde já, entretanto, é possível contabilizar o início de uma mudança no padrão de relacionamento entre governo e sociedade: a consulta torna-os co-responsáveis pelo encaminhamento dos problemas coletivos e pela conquista de uma maior qualidade de vida para todos.

Programas transversais: Construindo a eficácia

Uma das mais desafiadoras questões hoje enfrentadas pelo poder público diz respeito à contradição entre a natureza dos problemas da sociedade e a forma de organização do Estado. Enquanto os problemas reais são invariavelmente complexos e multidimensionais, a organização do Estado é sempre setorial e unidimensional. Como resultado, a ação governamental vê-se limitada na sua capacidade de resolução das demandas que constituem a própria razão de existir do Estado.

A persistência de muitos dos grandes problemas sociais e econômicos com que o Amazonas convive, a despeito de estratégias e programas governamentais para combatê-los, levou à compreensão de que as intervenções setoriais que normalmente caracterizam a ação de governo não são suficientes para alcançar as soluções pretendidas. Muitos desses problemas, por sua natureza, exigem uma abordagem múltipla, capaz de romper o enclausuramento setorial em que se encontra a organização do Estado.

A complexidade dos problemas da coletividade evidencia-se com eloqüência nos campos mais diversos. É senso comum, por isso, a necessidade de soluções multifacetadas, capazes de englobar os diferentes aspectos envolvidos em cada questão. Como exemplo, seria ineficaz a tentativa de enfrentar o problema da fome com a mera decisão de

aumentar a produção agrícola, concentrando, assim, a responsabilidade no setor estatal especializado na agricultura. É necessário que se façam presentes outros agentes e outros tipos de intervenção, em áreas como transporte, saúde, emprego e crédito, entre outras, para a obtenção de resultados consistentes.

De forma idêntica, o desenvolvimento regional não pode ser uma ação exclusiva da área de indústria e comércio, ou de agricultura, ou de turismo. O desafio da interiorização do desenvolvimento, por exemplo, exige ações articuladas, que potencializem, no seu conjunto, o objetivo comum de introduzir alterações capazes de impactar positivamente toda a comunidade do território.

Assim, a natureza complexa dos problemas da sociedade exige que os programas governamentais incorporem o conceito de transversalidade, que consiste na capacidade de perpassar diversas realidades, segmentos, dimensões ou setores, de forma a abranger a complexidade dos problemas. A transversalidade nos programas de governo apresenta-se, portanto, como condição indispensável para conferir sinergia à ação governamental e fator determinante para a sua eficácia na resolução dos problemas.

Nesse contexto, a construção do PPA 2004-2007 deparou-se com o desafio de elaborar programas transversais para um espaço organizacional - o Estado - que é estruturado de forma nitidamente compartimentado. E a resposta encontrada remeteu ao processo mesmo de gestação do plano. Construir coletivamente o PPA apresentou-se como o recurso mais apropriado para inserir a transversalidade na ação governamental.

O processo de construção coletiva se efetivou mediante a deflagração de uma discussão conjunta, reunindo todas as Secretarias finalísticas, com a tarefa de produzir programas que não fossem prisioneiros de setores estatais, ou seja, capazes de romperem o enquadramento setorial da organização do Estado.

Nesse processo, os programas deixam de pertencer a um determinado setor, para se afirmarem como ações de governo. Ainda assim, as diversas secretarias puderam se reconhecer no plano participando da montagem do PPA 2204-2007.

Foi dessa forma que se chegou ao saldo esperado: a criação de 93 programas, cujos resultados estão condicionados à articulação de diversas secretarias ou órgãos governamentais, muito mais do que ao cumprimento de formalidades ou à criação de produtos. Revela-se aí o poder da transversalidade: ao propiciar a interação e a articulação multisetorial, ela reforça necessariamente o compromisso comum em torno dos resultados da ação governamental e do seu objetivo maior - o impacto sobre o bem-estar da população.

Sistema de avaliação e monitoramento: Construindo resultados

A ação do poder público tem como fim promover o atendimento e solução dos problemas diversos da sociedade, que não constituem um elenco fixo e imutável de demandas, antes pelo contrário, compõem um quadro em permanente transformação, com uma dinâmica própria, sob influência de fatores diversos. Os programas e políticas públicas, portanto, têm que ser capazes de acompanhar e adequar-se a essas mudanças, de modo a assegurar a eficácia das suas ações.

Dessa forma, no processo de construção desta proposta do Plano Plurianual, levou-se em conta que, na gestão pública moderna, nada pode ser feito sem o uso da informação – dela não pode prescindir nenhum dos setores de atuação do Estado. A informação é a mais importante ferramenta para que o planejamento, as decisões e as ações dos gestores não sejam baseados em dados subjetivos, em conhecimentos ultrapassados ou em preconceitos. É o uso adequado da informação que permite facilitar a formulação e avaliação das políticas, planos e programas de governo, subsidiando o processo de tomada de decisões.

A execução do Plano Plurianual 2004-2007, portanto, estará sujeita a um sistema de monitoramento, gestão e avaliação, que compreende um conjunto de atividades voltadas para atestar a efetividade dos programas e ações de governo, com foco nos resultados.

Esse sistema visa estabelecer uma forte associação entre a avaliação e os instrumentos de gestão, de modo a possibilitar o aperfeiçoamento contínuo dos programas em um novo patamar de gestão, contemplando o

monitoramento das ações de governo, sob os aspectos estratégico, tático e operacional.

A avaliação das estratégias de governo estará fundamentada em indicadores específicos, que permitirão mensurar o resultado dos programas e ações executados, do ponto de vista dos resultados, identificando os impactos das políticas públicas na realidade sobre a qual elas atuam.

Essa é a função do indicador: conferir legitimidade e transparência ao processo de planejamento, fornecendo as informações necessárias à gestão eficaz dos interesses e bens públicos.

A gestão estratégica demanda um processo de avaliação sistemática, com a discussão dos resultados concretos dos programas ao final de cada exercício, incluindo a realização física e financeira das metas.

Do ponto de vista operacional, essa sistemática de avaliação e monitoramento de resultados contemplará uma série de procedimentos voltados para manter canais permanentes de intercâmbio de informações e dados entre os diversos setores de governo, de modo a formar uma efetiva rede de suporte às atividades de acompanhamento.

O Estado do Amazonas pretende, desse modo, consolidar na administração pública uma cultura de avaliação e gestão, através da disseminação de informações, da integração das equipes, da padronização de conceitos e procedimentos, da definição de parcerias intersetoriais e da introdução de indicadores de desempenho para as estratégias e programas constantes do Plano Plurianual.

Orientações Estratégicas de Governo

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DE GOVERNO

A Orientação Estratégica de Governo tem por finalidade nortear a formulação e a seleção dos programas que integram o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2004-2007, bem como a avaliação da execução dos desafios do Plano, responsáveis pela sua consistência estratégica. A Orientação Estratégica de Governo destina-se, portanto, a partir dos desafios do Governo, a orientar cada Secretaria de Estado na definição do seu conjunto de programas. Ela possui como fundamentos: (i) as marcas; (ii) a dimensão territorial; e (iii) os Megaobjetivos.

As marcas do governo expressam uma visão de futuro e dizem como o governo quer ser conhecido ao final do período do Plano.

As marcas são as seguintes:

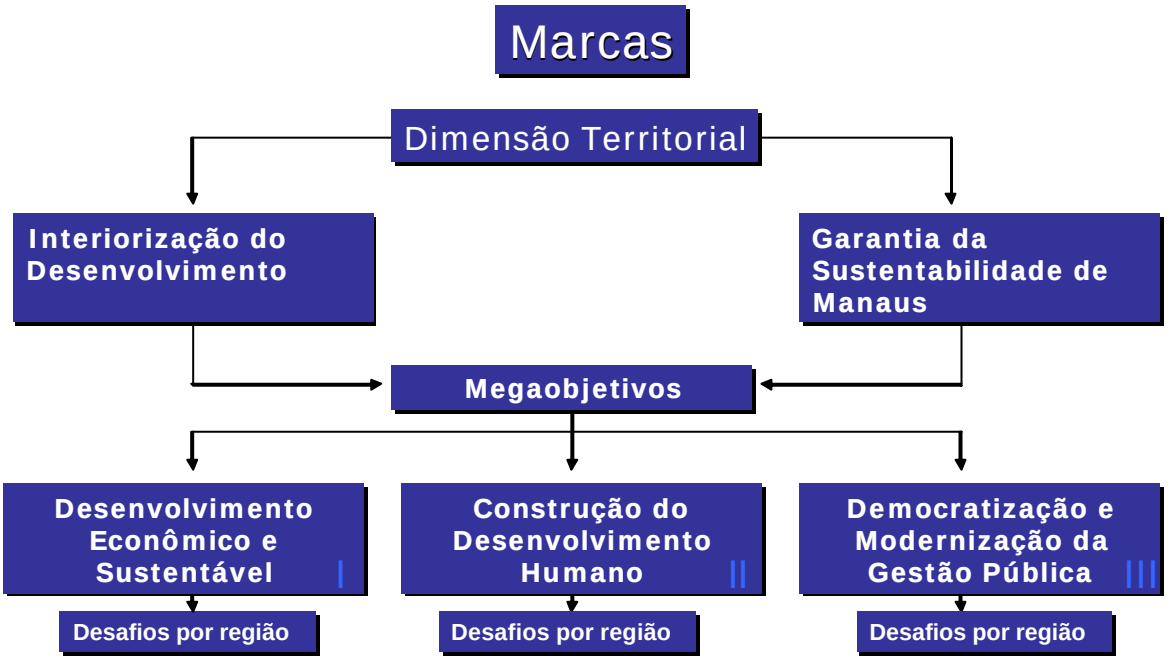
O Governo que :

- *Criou a alternativa de sustentabilidade de Manaus;*
- *Levou o desenvolvimento ao interior do Estado;*
- *Resgatou a auto-estima do povo amazonense;*
- *Trouxe justiça, desenvolvimento e oportunidades para todos;*
- *Melhorou a qualidade de vida dos mais pobres.*

A dimensão territorial expressa a necessidade de se observar demandas locais e ter políticas que orientam a atuação do governo levando-se em conta diferenças, necessidades e oportunidades existentes entre os diversos pontos do território do Estado. A dimensão territorial é marcada

pela (i) Interiorização do Desenvolvimento e (ii) pela Garantia da Sustentabilidade de Manaus.

Os Megaobjetivos servem como grandes orientadores da elaboração e seleção de programas governamentais. Eles se desdobram em desafios, alvos que traduzem o enfrentamento de obstáculos á implementação das ações de governo.



AMAZONAS
EMPRESA MUNICIPAL DE TRANSPORTES URBANOS

Megaobjetivo I - *Desenvolvimento Econômico e Sustentável*

Desafio 1

Prover infra-estrutura (transporte, energia, comunicações) adequada às necessidades da produção e do consumo, considerando as características de cada região.

A retomada dos investimentos em infra-estrutura é um dos pilares do projeto de desenvolvimento do Estado do Amazonas. A realização de investimentos em transportes, telecomunicações e energia são fundamentais não apenas para o fortalecimento do sistema produtivo, mas também um passo decisivo rumo a universalização dos serviços públicos básicos, buscando garantir o acesso às comunidades do interior. A base de financiamento para superar esse desafio será ampliada com uma maior participação da iniciativa privada e a intensificação das parcerias com Governo Federal e Prefeituras Municipais.

Diretrizes:

- Implantar o Programa da Inspeção e Manutenção dos Veículos em Uso – I/M, através da instalação de Centros de Inspeção, inicialmente, no município de Manaus, onde se encontra a maior parte da frota de veículos automotores do Estado;
- Levantar junto às comunidades as necessidades de infra-estrutura adequada de transporte, com integração de estradas vicinais aos rios,

através de portos de atracamento, especialmente nas áreas com maior potencial de produção agropecuária;

- Garantir o acesso a energia, principalmente nas sedes municipais e comunidades do interior, de forma a permitir o aproveitamento de matérias primas regionais, via agroindustrialização;

- Prover os meios de comunicação nas sedes municipais e interior dos municípios, de forma a possibilitar a participação e o acesso de seus habitantes à informação;
- Viabilizar a substituição da atual matriz energética pelo gás natural de Urucú;
- Viabilizar, em parceria com o Governo Federal, a ligação terrestre do Estado do Amazonas ao Brasil.

Desafio 2

Incentivar a formação de arranjos produtivos para o manejo sustentável da biodiversidade do Amazonas com vistas à geração de emprego e renda para as populações do interior do Estado.

O uso adequado dos recursos naturais constitui parte essencial do processo de geração de riqueza e da conservação do patrimônio natural do Amazonas. Nesse sentido, o Governo adotará uma política de desenvolvimento do interior do Estado baseada no incentivo ao manejo sustentável da biodiversidade da região amazônica. Esse é o caminho para a melhoria da qualidade do cidadão do interior. Serão criadas as condições necessárias para que

cada comunidade possa desenvolver atividades produtivas, tendo como referência as potencialidades locais. O incentivo à criação de cooperativas e associações, à capacitação, à assistência técnica e o acesso ao crédito aos produtores, bem como o apoio à comercialização dos produtos agropecuários, pesqueiros e florestais, serão implementados de forma intergrada, visando garantir a sutentabilidade dos arranjos produtivos implantados.

Diretrizes:

- Sistematizar e implementar uma política voltada para a cadeia produtiva do Estado do Amazonas, visando o desenvolvimento econômico através do manejo sustentável da biodiversidade da região amazônica.
- Implantar e fortalecer a infra-estrutura de apoio à produção;
- Organizar e dinamizar as cadeias produtivas dos produtos de origem vegetal e animal;
- Apoiar os produtores rurais do setor agropecuário e pesqueiro para a certificação de seus produtos;
- Fortalecer o desenvolvimento de atividades pesqueiras na região;
- Promover o desenvolvimento de atividades sustentáveis de manejo florestal e de recursos pesqueiros nas comunidades ribeirinhas;
- Apoiar a comercialização de produtos agropecuários, pesqueiros e florestais;
- Fortalecer a agricultura familiar por meio da capacitação e do acesso ao crédito aos produtores rurais;
- Incentivar a criação de cooperativas e associações;
- Reestruturar e fortalecer o Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, em todo o Estado, aos criadores, agricultores familiares, pescadores, extrativistas, aqüicultores e assentados dos projetos de reforma agrária, de modo a permitir que estes possam ter assessorias em todas as fases das cadeias produtivas e nas questões ligadas ao associativismo;
- Criar e operacionalizar linhas de crédito rural, condizentes com a realidade local e custear os serviços de elaboração e

acompanhamento de projetos aos agricultores, nas áreas de produção animal e vegetal, agroindústrias, aqüicultura, pesca e extrativismo;

- Executar ações de defesa, vigilância, inspeção e classificação dos produtos de origem animal e vegetal;
- Interiorizar ações da metrologia legal e da verificação da conformidade de Produtos certificados;
- Prover assessoramento técnico às atividades de pós-colheita, beneficiamento, embalagens, armazenamento, transporte e comercialização da produção;
- Executar em parceria com o Governo Federal e Organismos de Cooperação Técnica Internacional ações de desenvolvimento rural integrado;
- Valorizar e agregar valores aos produtos da floresta com base no potencial local;
- Capacitar a mão-de-obra local para o aproveitamento racional e sustentável da biodiversidade;
- Implementar políticas de extrativismo no Estado do Amazonas, visando valorizar e valorar os produtivos extrativistas para a melhoria das populações locais;
- Garantir à população o direito ao trabalho e sua inserção competitiva no mercado promovendo sua capacitação profissional e organizacional;
- Identificar e desenvolver as potencialidades locais e regionais: econômicas, culturais, ambientais e o capital social das comunidades, tendo como foco as famílias inseridas nos Programas Sociais.

Desafio 3

Promover a integração das ações desenvolvidas pelos órgãos de governo, com vistas à implementação sinérgica e bem sucedida do Programa Zona Franca Verde em todas as suas dimensões: social, econômica e ambiental.

A busca pela integração das ações implementadas no âmbito do Governo do Estado, bem como pela intensificação das parcerias com órgãos federais e municipais é condição essencial para o aumento da base de financiamento, da eficiência e da eficácia dos programas governamentais. Os recursos são escassos e as demandas, cada vez maiores. A sociedade amazonense não aceita mais conviver com desperdícios causados pela falta de articulação entre instituições que prestam serviços públicos, sejam elas: federais, estaduais ou municipais. Portanto, os gestores públicos devem considerar no planejamento de suas ações a possibilidade de implementá-las em parceria com outros órgãos de governo, de forma mais ampla e sinérgica, visando contribuir para o atendimento das demandas sociais em todas as suas dimensões: social, econômica e ambiental.

Diretrizes:

- Desenvolver e executar o Projeto Farmácias da Floresta em parcerias com instituições não-governamentais, nacionais e internacionais, objetivando a utilização das plantas medicinais da floresta;

- Organizar eventos que estejam vinculados à conscientização sobre a importância preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável;
- Promover ações de massificação da prática desportiva, tendo como parâmetro principal, atividades voltadas para a preservação do meio ambiente;
- Criar pólos de desenvolvimento da prática desportiva em locais estrategicamente escolhidos, obedecendo a critérios que possam facilitar a busca de benefícios para a saúde da população;
- Transformação dos barcos LUZ DO SABER em Pronto Atendimento Itinerante – PAI, visando ofertar serviços às comunidades do interior do Estado, como a emissão de documentos pessoais, pagamento do vale gás, bolsa escola e outros serviços;
- Estabelecer convênios com prefeituras e INSS para viabilizar o acesso do homem do interior do Amazonas aos benefícios previdenciários;
- Promover a inclusão econômica - trabalho e renda, auto-sustentação pessoal e coletiva;
- Garantir o acesso ao Programa Saúde da Família e às oportunidades de alfabetização e qualificação profissional aos grupos sociais mais vulneráveis à exclusão.
- Reordenar as ações de assistência social, ora desenvolvidas nos Centros de Referência da família, voltando-as ao atendimento integral dessas famílias nas áreas de: informação, orientação, capacitação organizacional e profissional, atendimento sócio-psicosocial, jornada ampliada, incentivo à geração de renda, atendimento às necessidades básicas emergenciais;
- Implementar e fortalecer programas de inclusão e proteção social das populações mais vulnerabilizadas pela pobreza, a exemplo da população adulta, de gestantes e nutrizes, de crianças e adolescentes, idosos, portadores de necessidades especiais em situação de risco social e pessoal;

Desafio 4

Incentivar a criação e o fortalecimento de micro e pequenas empresas, com vistas à substituição da importação de produtos de baixa complexidade tecnológica, bem como à redução da informalidade das empresas e seus trabalhadores.

As micro e pequenas empresas possuem importante papel na geração de empregos em qualquer economia. No modelo de desenvolvimento do Estado do Amazonas elas terão importância não apenas na geração de postos de trabalho, mas também na redução da dependência do Estado em relação a importação de produtos vindos de outros estados. O desafio será fazê-lo através do aumento da competitividade baseado na melhoria da qualidade, da produtividade e capacidade de inovação, buscando, ainda, reduzir o nível de informalidade que prejudica tanto ao trabalhador que não tem seus direitos trabalhistas assegurados, quanto à empresa que não tem acesso ao crédito e nem às oportunidades de vir a contratar com a Administração.

Diretrizes:

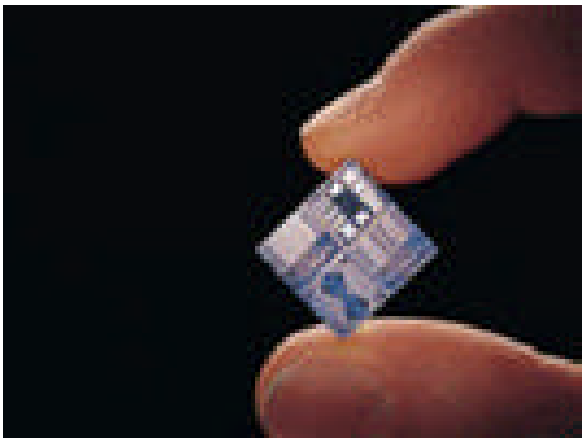
- Criar na área do Distrito Industrial de Micro e Pequenas Empresas uma Oficina-Escola para a capacitação de trabalhadores e empreendedores na produção de bens definidos pelo mercado,

inicialmente, para atender o próprio Governo do Estado: segmento de movelaria - carteira escolar padronizadas, de costura - fardamento escola;

- Criar uma Agência de Negócios para definição de demandas e oportunidades;
- Instalar e manter incubadoras de Micro e Pequenas Empresas;
- Promover ações de esclarecimentos e conscientização sobre a importância da filiação perante a Previdência Social, junto a formadores de opinião e à população em geral sediadas nos municípios e comunidades adjacentes, do estado do amazonas;
- Oferecer tratamento tributário e administrativo diferenciado, e de simplificação de procedimentos com vistas a incentivar a criação e o fortalecimento de micro e pequenas empresas;
- Favorecer o acesso ao crédito/capitalização, em condições especiais;
- Fortalecer ações de capacitação para a gestão empresarial;
- Incentivar a inovação e o apoio tecnológico;
- Apoiar ações de promoção comercial.

Desafio 5

Fortalecer o Pólo Industrial de Manaus com foco na produção de componentes eletrônicos, e o desenvolvimento de logística de exportação, visando o aumento da competitividade, a melhoria da balança comercial, a geração de empregos e a sutentabilidade de Manaus.



O fortalecimento do Pólo Industrial de Manaus será feito mediante a incentivo a reestruturação do sistema de produtivo. O Governo realizará esforços no sentido de atrair e

promover investimentos para o adensamento da cadeia produtiva, estimulando a implantação e a expansão de plantas industriais que permitam o aumento do valor agregado dos produtos. Paralelamente, é fundamental o aumento em investimentos em inovação por partes das empresas, de forma articulada com os investimentos públicos em informação conhecimento, com foco no desenvolvimento e na produção de componentes eletrônicos.

Diretrizes:

- Reformulação da Lei de Incentivos Fiscais, unificando a legislação visando torná-la operacional e objetiva, com regras claras para reestabelecer a confiança do investidor privado;
- Criar na nova Lei de Incentivos Fiscais, dispositivos diferenciados com o objetivo de atrair empresas de componentes;
- Criar mecanismos para desonerar as exportações, dando como contrapartida o aumento da escala de produção, adensamento da cadeia produtiva e conseqüentemente o aumento do emprego e renda;
- Estabelecer parcerias no sentido de aportar apoios técnicos, financeiros e logísticos com o objetivo de reduzir e/ou eliminar o déficit de nossa balança comercial, incrementando as exportações do Estado do Amazonas e consolidando nosso Parque Industrial;
- Desburocratizar os procedimentos para implantação de micro e pequenas empresas e principalmente as empresas de base tecnológica voltadas ao interior do Estado;
- Criar novas opções nos sistemas de escoamento da produção, objetivando reduzir os custos de transferência bem como atingir novos mercados consumidores.

400
300
200
100

Desafio 6

Recuperar a capacidade científica e tecnológica no Estado visando atender às demandas tanto da indústria de tecnologia de ponta, quanto das potenciais atividades produtivas relacionadas ao manejo da biodiversidade pelas comunidades locais do interior do Amazonas.

A recuperação da capacidade cientifica no Estado do Amazonas é condição para a inovação de processos, produtos e serviços, com vistas ao aumento da competitividade das empresas e das exportações. É fundamental, também, para resolução de questões nas áreas de saúde, educação, energia, agricultura e meio ambiente. Assim sendo, a política de investimentos nesta área será implementada de forma a dispor o capital científico e tecnológico a serviço do aumento competitividade da economia do Estado e da solução de problemas sociais (fome, doenças e desemprego), com ênfase no desenvolvimento de tecnologias orientadas para uso sustentável da biodiversidade do Amazonas e para melhoria da qualidade de vida do cidadão.

Diretrizes:

- Apoiar pesquisas que viabilizem o uso sustentável de recursos pesqueiros, dos ambientes aquáticos e das várzeas assim como o controle dessa produção em parceria com Prefeituras, instituições não-governamentais e sociedade civil;

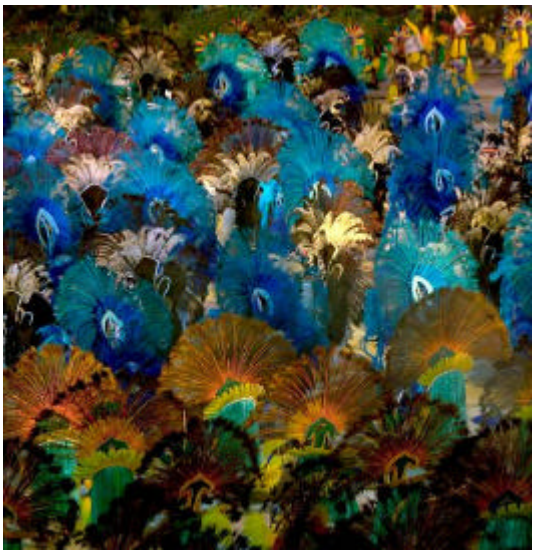
- Resgatar os programas de pós-graduação, adequando-o às demandas e características regionais, com o envolvimento das universidades e institutos de pesquisas locais;
- Reconstruir e reestruturar o Centro de Treinamento – CENTRER, para sediar os eventos regionais e estaduais de capacitação ;
- Levantar demandas de pesquisas em tecnologias inovadoras de produtos e processos;
- Apoiar o desenvolvimento de tecnologias de uso de produtos florestais de forma sustentável, permitindo reduzir custos de produção de casas com madeira regional e de manutenção das mesmas, aumentando os benefícios sociais;
- Apoiar o desenvolvimento de tecnologias sociais em políticas públicas que permitam o fácil e eficiente acesso de toda a população à soluções para os principais problemas de saneamento, que geram degradação do ambiente, de moradia e da saúde do amazonense nos meios urbano e rural;
- Apoiar o desenvolvimento da base científica e tecnológica do manejo de recursos pesqueiros de forma sustentável, permitindo o aumento da produção de alimento e a minoração do risco de colapso dos estoques;
- Viabilizar o cultivo de espécies de interesse econômico, como o Pirarucu, com espécies de interesse social, como os jaraquis, em aproveitamento secundários dos recursos hídricos;
- Apoiar a pesquisas em Agronegócio sustentável dos recursos florestais e pesqueiros do Amazonas;
- Capacitação de Recursos Humanos seja no seu início científico ou em sua formação mais avançada;
- Fomento a pesquisa científica e inovação tecnológica integrada;
- Estimular a integração dos grupos de pesquisa da capital Manaus com comunidades rurais caboclas e indígenas;
- Desenvolver e implementar Sistema Estadual de Informações de Ciência e Tecnologia;
- Fortalecer a atração de investimentos p/ o Pólo Industrial de Manaus;
- Fortalecer as Cadeias Produtivas Setoriais;

- Incentivar a pesquisa científica/ tecnológica aplicada, voltada ao atendimento de necessidades econômicas do Estado;
- Desenvolver e implementar Sistema Estadual de Informações Culturais.

Desafio 7

Criar condições para o aproveitamento do potencial turístico-ecológico e cultural amazonense, com vistas à geração de oportunidades de trabalho e renda.

O setor de turismo é reconhecido pela sua grande capacidade de geração de empregos e divisas, envolvendo diferentes setores da economia, tais como transporte, hotelaria, diversões e alimentação. A riqueza da cultura e a diversidade do exuberante patrimônio natural do Amazonas são a garantia do potencial de negócios e postos de trabalho que deverão ser gerados nos próximos anos. Por meio de parcerias com o setor privado e prefeituras municipais, o Governo vai estimular o ecoturismo e o turismo cultural como formas de fomento ao desenvolvimento econômico sustentável do Estado, hoje muito dependente da Zona Franca de Manaus. Para vencer o desafio, será necessário investir em projetos de infra-estrutura básica e turística e no treinamento dos profissionais que trabalham nesses setores.



Diretrizes:

- Apoiar os municípios para que através de suas comunidades rurais, possam explorar potencialidades turísticas e/ou atividades não agrícolas existentes, com vistas à melhoria das rendas familiares;
- Promover ações de capacitação das famílias rurais que vivem em comunidades onde estão localizados empreendimentos turístico-ecológicos, com vistas a produzirem bens de consumo em escala e com qualidade, para que possam ser inseridos em novos mercados surgidos com este ramo de atividade;
- Promover a qualificação pofissional no setor de turismo;
- Financiamento para implantação a hotéis de selva e atividades relacionadas à pesca esportiva e ao turismo rural;
- Promover, em parceria com o Governo Federal, a divulgação do Amazonas no Brasil no Exterior para mostrar as belezas naturais do Estado.

Megaobjetivo II - *Construção do Desenvolvimento Humano*

Desafio 8

Melhorar a qualidade e a humanização do atendimento em saúde, com ênfase na recuperação e construção da infra-estrutura hospitalar de média e alta complexidade em pólos regionais e na municipalização da atenção básica.

Zelar pelo bem-estar da sociedade é fundamental para um País que deseja alcançar o desenvolvimento pleno, com justiça social e melhor qualidade de vida. Por isso, uma das prioridades do Governo será assegurar o acesso de todos os cidadãos aos serviços de saúde, com a qualidade e a dignidade que o povo amazonense merece. A estratégia para o setor será baseada na valorização da medicina preventiva e na descentralização dos serviços de saúde. Paralelamente, serão feitos investimentos na recuperação e construção da infra-estrutura hospitalar de média e alta complexidade em pólos regionais.

Diretrizes:

- Implementar o Processo de Municipalização da Saúde, no Estado do Amazonas, em consonância com a NOAS / SUS - 2002, Plano Diretor de Regionalização - PDR e Plano Diretor de Investimento – PDI;
- Qualificação e requalificação de profissionais de saúde;
- Assegurar assistência técnica às prefeituras;
- Implementar a política de Recursos Humanos para o Sistema Único de Saúde-SUS;
- Contratar profissionais de saúde para as localidades com deficiência de pessoal.
- Implementar ações na área de saúde que atendam às especificidades dos povos indígenas;
- Implementar programa de Prevenção do Câncer e Assistência Oncológica;
- Viabilizar Programa de Educação Popular em Saúde considerando as características sociais de cada público-alvo.

Desafio 9

Implementar, em parceria com governo federal, municípios e poderes judiciário e legislativo, políticas integradas para solução das questões fundiária, indígena e ambiental no Amazonas.

O caminho para o desenvolvimento do interior do amazonas passa pela solução do problema fundiário. Nesse sentido, o Governo implementará um conjunto de ações integradas para a solução de conflitos envolvendo a posse e uso da terra, criando condições para que os trabalhadores rurais possam produzir e para o desenvolvimento das sociedades indígenas, evitando a invasão de suas terras e a perda de suas tradições culturais. É preciso dar aos trabalhadores alternativas de obtenção de terras e financiar

infra-estrutura social e produtiva e facilitar o acesso aos mercados consumidores. É necessário também promover a regularização fundiária, a construção de estradas vicinais, a demarcação de terras e lotes, a assistência técnica e fornecimento de crédito. Incentivar a produção na zona rural, com o manejo sustentável dos recursos naturais, evita não apenas a migração para a cidade, mas proporciona, sobretudo, a melhoria das condições de vida do homem do interior, prioridade do projeto de construção do novo modelo de desenvolvimento para o Amazonas.

Diretrizes:

- Articular junto ao governo federal a estadualização das terras públicas hoje de domínio da União, além de municipalizar terras públicas de domínio do Estado;
- Compartilhar o planejamento, as decisões e a implementação da política fundiária com os Municípios, consideradas as suas múltiplas interfaces – ambiental, indígena, de reforma agrária e regularização fundiária, de utilização e manejo das várzeas;
- Implementar a regularização fundiária de áreas públicas ocupadas;
- Apoiar a implantação dos planos diretores dos municípios;
- Identificar, comprovar e aperfeiçoar informações de terras públicas, privadas, unidades de conservação e terras indígenas através de georeferenciamento de seus limites;
- Articular com as instituições estaduais e federais de política fundiária, ambiental e indígena, a formalização de acordo de mútuo apoio, para resgate, sistematização e georeferenciamento dos imóveis rurais, unidades de conservação e terras indígenas por município;
- Implementar projetos de Desenvolvimento Sustentável nas Unidades de Conservação;

- Fortalecer as práticas sócio-culturais das comunidades indígenas e formar pessoal especializado para atuar na educação escolar das comunidades indígenas;
- Articular e formalizar acordo com o Poder Judiciário para acesso sistemático às informações fundiárias de cartórios municipais;
- Implementar um programa de regularização fundiária a partir de elaboração de diagnóstico fundiário de forma a estabelecer demandas para regularização;
- Realizar o zoneamento ecológico-econômico.
- Implantar um programa de reforma agrária visando à criação de projetos de assentamentos produtivos.

Desafio 10

Melhorar as condições de moradia e saneamento básico e assegurar o uso sustentável dos recursos hídricos.

As condições de habitabilidade da população amazonense ainda são bastante precárias, sobretudo, na população de baixa renda e nos assentamentos informais.Tal situação é agravada pela insuficiência de ações dirigidas à regularização administrativa, urbanística e jurídica e pela insegurança da posse da terra. No âmbito institucional, observa-se, ainda, a inadequação de políticas e instrumentos de planejamento e gestão urbana. Para reverter esse quadro, o Governo implementará, em parceria com as demais esferas públicas, ações visando o aumento da oferta de moradias, a universalização dos serviços de saneamento, com abastecimento de água e esgotamento sanitário, e a conservação e o uso adequado dos recursos hídricos destinados ao consumo e à produção.

Diretrizes:

- Recuperar os igarapés das áreas urbanas;
- Fomentar a produção e ampliar o financiamento de unidades habitacionais e lotes urbanizados, bem como de sua infra-estrutura básica e equipamentos comunitários;
- Construir casas populares;
- Regularização fundiária e urbanística, urbanização de favelas e melhoria das habitações nos assentamentos ocupados por população de baixa renda;
- Facilitar o acesso ao financiamento para aquisição de terrenos e materiais de construção para a população de baixa renda;
- Ampliar a infra-estrutura para melhoria das condições sanitárias - água potável, esgotamento sanitário e coleta de lixo;
- Implantar programas de educação ambiental voltados para as comunidades residentes nas áreas afetadas;
- Implantar o sistema de licenciamento e monitoramento do uso de águas subterrâneas;
- Fiscalizar, Monitorar e Licenciar as atividades potencialmente poluidoras e/ou degradadoras do meio ambiente no Estado do Amazonas, adotando as medidas necessárias à utilização racional dos recursos naturais, à redução, ao mínimo possível, da poluição resultante das atividades humanas e a prevenção de ações lesivas ao patrimônio ambiental;
- Implantar serviços de tratamento e coleta de lixo;
- Prover infra-estrutura para assegurar o tratamento prévio dos resíduos de unidades de saúde, assegurando a salubridade da população e do ambiente.

Desafio 11

Implementar estratégia de segurança alimentar na entre-safra do pescado para atender as populações mais carentes.

Assegurar o acesso a alimentos, em quantidade e qualidade, aos grupos sociais em situação de insegurança alimentar é um dos principais desafios enfrentado pelo Governo do Estado, visto que a existência da fome não está vinculada apenas à falta de alimentos, mas também à insuficiência de renda para adquiri-los. Neste contexto, o direito à alimentação passa pelo acesso aos recursos e aos meios para produzir ou adquirir alimentos seguros e saudáveis, que possibilitem uma alimentação de acordo com os hábitos e as práticas alimentares, culturalmente e regionalmente apropriados. A estratégia para superação desse desafio será baseada na regulação da oferta de alimentos, mediante a formação e o manejo adequado de estoques governamentais; no estímulo ao cooperativismo e ao associativismo; e no combate ao desperdício na produção, armazenamento, transporte, comercialização e consumo de alimentos.

Diretrizes:

- Incentivar as ações organizativas associativistas e cooperativistas, como forma de assegurar trabalho e renda, não só na entressafra, mas como uma alternativa permanente de subsistência;
- Apoiar os municípios e comunidades rurais, na elaboração de planos que contemplem alternativas de produção de alimentos, com vistas a suprir a deficiência na oferta de pescado na entressafra;
- Implantar um terminal pesqueiro em Manaus e criar entrepostos pesqueiros e indústrias de fabricação de gelo com câmaras frigoríficas nas sedes municipais do interior, com vistas à formação de um

estoque regulador de pescado para suprir a demanda, por ocasião da entressafra do pescado;

- Capacitar extensionistas, nas áreas de associativismo, legislação ambiental, sanidade animal e sistemas de produção para piscicultura para tornar mais eficientes os processos de captura e criação de peixes em cativeiro.

Desafio 12

Implantar um novo modelo de escola, tendo como foco a qualidade do ensino, o aluno como ator principal e valorizar o professor promovendo sua capacitação contínua e também dos gestores educacionais.

Uma sociedade democrática e avançada não pode consolidar-se sem um ensino de qualidade como vetor fundamental da redução das desigualdades sociais e da melhoria do perfil educacional da mão-de-obra com vistas à melhoria da competitividade da economia. De fato, os países mais avançados adotaram a educação como eixo do desenvolvimento social e econômico. O Amazonas perseguirá a mesma estratégia, inovando e implantando um novo modelo educacional, onde a qualidade do ensino é de responsabilidade de todos os atores envolvidos. Nesse modelo, o aluno terá voz ativa, o exercício do magistério será valorizado e a participação da comunidade na gestão escolar será assegurada.

Diretrizes:

- Ampliar a autonomia financeira das escolas através do estabelecimento de metas individuais, repasse de recursos e controle orçamentário;
- Tornar cada escola uma Unidade Gerencial Básica através de processos padronizados, planos de ação e monitoração de resultados com foco no aluno e na qualidade do ensino;

GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS
ESCOLA
PROFº LEONI

- Incentivar a regionalização da merenda escolar, por meio da celebração de convênios com prefeituras municipais, visando oferecer ao estudante cardápio típico e enriquecido de produtos regionais e que contribuam para o fomento da economia local;
- Implementar uma rede eletrônica de dados da Educação no Estado do Amazonas, possibilitando a infra-estrutura de comunicação entre as Unidades Escolares da Capital e do Interior do Estado;
- Propiciar a participação de alunos em Conselhos de Classe;
- Incentivar a formação de grêmios estudantis;
- Introduzir sistema de avaliação profissional que permita premiar o bom desempenho dos professores e gestores escolares;
- Aprimorar a competência administrativa dos gestores escolares
- Manter programa para formação superior de professores, em Curso de Licenciatura e de Graduação Plena;
- Desenvolver e implementar um sistema de monitoração de desempenho visando à melhoria da qualidade do ensino público através do permanente aperfeiçoamento do profissional da educação;
- Implementar e aperfeiçoar o Prêmio Estadual de Excelência na Educação.

Desafio 13

Melhorar a segurança da população com implementação de políticas públicas integradas de prevenção à violência.

A violência ocupa lugar central entre as preocupações do Governo do Estado do Amazonas. O crescimento do crime organizado, a expansão do narcotráfico e o aumento da delinqüência juvenil, especialmente na capital, causam na população um sentimento de inoperância das instituições policiais e de frustração quanto ao desempenho do Judiciário, que estariam falhando na missão de proteger a sociedade amazonense. Para reverter essa situação e a segurança pública possa cumprir com a finalidade de

garantir a defesa do cidadão, é indispensável promover a modernização, a qualificação e integração das forças policiais e a participação da comunidade. O enfrentamento da violência exige, ainda, a articulação das três esferas de governo e a valorização das ações de cunho social como forma de prevenção.

Diretrizes:

- Construir de novas unidades prisionais na capital e no interior do estado;
- Adoção do policiamento comunitário;
- Ocupar os internos do sistema penitenciário com atividades laborias, culturais, de lazer e cursos profissionalizantes;
- Prestar apoio e assistência aos familiares dos internos do sistema penitenciário;
- Implementar parcerias com prefeituras e instituições empresariais privadas objetivando implementar atividades produtivas nas penitenciárias, onde os recursos pagos aos presidiários sejam convertidos para pagamento de suas contribuições previdenciárias e para compor poupança em favor de cada um dos detentos;
- Promover o resgate da credibilidade junto à sociedade e o profissionalização e o reaparelhamento das polícias Militar e Civil.
- Articulação dos três entes da Federação no desenvolvimento de ações de segurança pública, inclusive ampliando o sistema de inteligência.
- Reestruturação dos sistemas penal e prisional, inclusive sob o ponto de vista da reinserção social do egresso.

Desafio 14

Reduzir a vulnerabilidade de crianças, adolescentes e jovens em relação ao crime, à marginalização e à prostituição.

Crianças, adolescentes e jovens são parcelas da população amazonense mais exposta à violação dos seus direitos. Exploração sexual; trabalho infantil; fome, marginalidade e o crime atingem com maior freqüência essa população. Para enfrentar esse problema é necessário canalizar esforços para a concretização dos princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do adolescente, fortalecendo o Sistema de Defesa dos Direitos de Crianças por meio da integração dos órgãos do poder público (órgãos de segurança pública, poder judiciário e defensorias públicas) e da sociedade civil (Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos e Centros de Defesa). Além disso, é fundamental garantir à essa população educação de qualidade e acesso a atividades complementares de esporte, lazer e cultura, como forma de assegurar uma formação digna ao cidadão amazonense do futuro.

Diretrizes:

- Elaborar e executar em parceria com instituições governamentais e organizações não-governamentais, projetos de natureza educativa e cultural direcionados à crianças, adolescentes e adultos jovens, objetivando a redução da violência;
- Criar e aproveitar os espaços públicos, tais como escolas, quadras, campos de futebol, praças, ruas para a promoção de eventos e atividades esportivas, culturais, de saúde e de lazer;
- Promover a inclusão e construção de plena cidadania de adolescentes e jovens em situação de risco (galeras) incentivando a participação em atividades desportivas, artísticas, culturais e sócio-educativas;

- Priorização da oferta de qualificação e ocupação aos jovens que estejam entrando no mercado de trabalho.
- Promover ações integradas e complementares para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e serviços assistenciais destinados àqueles que encontram-se em situação de vulnerabilidade social;
- Promover a efetivação do Sistema de Garantia de Direitos da Infância e da Juventude, fortalecendo o Protagonismo Juvenil.
- Democratização do acesso das crianças e dos adolescentes ao conhecimento e às novas tecnologias

Megaobjetivo III – *Democratização e Modernização da Gestão Pública*

Desafio 15

Implementar um novo modelo de gestão pública para o Estado do Amazonas orientado para o cidadão e pautado pela transparência, participação e controle da sociedade.

A superação desse desafio exige mudanças profundas na forma de funcionamento do Governo do Estado. A sociedade não aceita mais uma administração lenta e ineficiente. O velho modelo burocrático deve dar lugar ao Estado moderno e mais próximo ao cidadão, capaz de resolver seu problemas de forma eficiente e eficaz. Enfim, a sociedade amazonense quer uma administração pública transparente, competente na aplicação dos recursos que ela coloca a sua disposição e orientada para resultados que se traduzam em emprego, segurança, alimentos, escolas, hospitais, saneamento e moradia.

Diretrizes:

- Implementar a Modernização da Gestão Pública no Governo Estadual, mediante o aproveitamento dos recursos disponíveis e a utilização de

Agora o time
está completo!
OUVIDOR
PAC

tecnologias modernas, buscando a eficiência e eficácia no atendimento a sociedade;

- Buscar formas de planejamento participativo onde estejam contempladas ações conjuntas entre entidades governamentais e não-governamentais;
- Implantar o Pregão Eletrônico garantindo, dessa forma, agilidade e eficiência de determinadas compras à serem efetuadas através desta nova modalidade, autorizadas pelas leis de licitações;
- Criar Portal na internet contendo todas as informações dos processos licitatórios;
- Implantar Banco de Preços do Governo do Estado do Amazonas, para garantir um controle efetivo dos preços praticados pelos fornecedores;
- Promover a participação popular na implementação das Políticas de Assistência Social e o controle destas no âmbito do Estado.
- Considerar, na elaboração de propostas de planos, programas e projetos, as peculiaridades regionais, levando em conta, principalmente, a cultura e as vocações das populações que habitam na região;
- Formalizar parcerias entre Estado e Organizações da Sociedade Civil, para prestação de serviços à população;
- Fortalecer as instâncias gestoras do SUS, através da capacitação de conselheiros, assessoramento técnico aos Gestores Municipais de Saúde, bem como socializar as informações referentes ao planejamento participativo, execução das ações de saúde e resultados facilitando o acesso às discussões em plenárias dos Conselhos Estadual e Municipais de Saúde e da Comissão Intergestores Bipartite;
- Promover a interssetorialidade com outras políticas sociais e econômicas visando o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender a contingências sociais e a universalização dos direitos sociais;
- Propiciar mudança de enfoque da avaliação, hoje centrada no processo burocrático, para avaliação de resultados, efeitos e impactos da Política Estadual de Assistência Social;

- Promover a desburocratização da Administração Estadual, bem como das exigências para o estabelecimento de atividades empresariais, visando agilizar a operacionalidade do Governo e dinamizar a economia.
- Promover a desconcentração e descentralização dos serviços públicos ofertados à sociedade, visando conferir maior eficiência e eficácia na sua execução.
- Aperfeiçoar a comunicação do Governo com a Sociedade, visando manter informada a população e estabelecer uma relação de parceria e comprometimento com o projeto de desenvolvimento do Estado.

Desafio 16

Recuperar a capacidade de planejamento e gestão do Estado com foco na incorporação de técnicas modernas de gestão e na qualificação dos servidores.

O processo de elaboração do Plano Plurianual 2004-2007 inaugurou uma nova fase no planejamento governamental do Amazonas, provocando um amplo debate entre o Estado e a sociedade marcado pela transparência e pela corresponsabilidade. A orientação e as ações do Governo do Estado devem estimular o uso de ferramentas de planejamento e gestão pelos órgãos de governo como forma de melhorar a alocação dos recursos e qualidade do gasto público. O novo modelo de planejamento e gestão faz parte de um amplo esforço, visando equilibrar as contas públicas e ampliar os resultados dos programas e projetos do Governo.

Diretrizes:

- Promover a estruturação dos Recursos Humanos, com ênfase nas consideradas estratégicas pelo governo, por meio da formação, perspectivas de carreira e criação de incentivos;
- Capacitar e motivar os recursos humanos para melhor conceber, implementar e coordenar as políticas necessárias para a reforma administrativa;
- Dotar o Governo do Estado de uma política de planejamento e gestão pública, compatível com as diretrizes nacionais, sempre tendo em vista as demandas da sociedade relacionadas ao Governo, pautada pela eficiência, eficácia dos serviços e pela otimização dos recursos públicos.

Desafio 17

Ampliar capacidade de financiamento das ações governamentais, mediante estabelecimento de parcerias com Governo Federal, Iniciativa Privada e Organizações Não-Governamentais.

Para que o projeto de desenvolvimento do Amazonas comece a gerar resultados rapidamente, o Governo deverá atuar, também, junto ao Governo Federal, no sentido de fortalecer a importância do Estado no cenário nacional e internacional, bem como o papel do Amazonas para o desenvolvimento do País. Contudo é preciso reduzir as disparidades econômicas e sociais em relação às demais regiões. Essas diferenças tendem a se agravar com a globalização, pois o movimento geral de abertura de mercados tende a favorecer os estados que são mais competitivos. Para inverter essa tendência, o Governo do Estado

investirá na promoção de arranjos institucionais que permitam integração das ações setoriais e a articulação entre as esferas de governo, visando a inserção competitiva do Estado do Amazonas na economia nacional.

Para superar esse desafio o Governo do Estado do Amazonas buscará recursos com agências especializadas em fomento (BNDES, Banco do Nordeste, Basa, Finep), e com grandes bancos estatais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal) para financiar investimentos auto-sustentáveis, bem como intensificará as ações em parceria com órgãos federais, iniciativa privada e prefeituras municipais.

Diretrizes:

- Atuar junto ao Governo Federal para a expansão do Teto Financeiro do Estado adequado a cobertura financeira das ações, serviços e procedimentos de assistência a saúde;
- Acompanhar, articular e incentivar a expansão dos orçamentos municipais destinados ao setor saúde, cumprindo a EC nº 29;
- Identificar fontes de financiamento não-governamentais para execução de programas e projetos especiais;
- Estabelecer parcerias com as Organizações Não-Governamentais - ONG's para realização de ações complementares àquelas desenvolvidas pelo Governo do Estado;
- Ampliar e implementar parcerias, fortalecendo as relações inter e intra-governos, garantindo o financiamento das ações do plano;
- Estabeler protocolos de cooperação técnica e financeira com o Governo Federal.
- Aumentar a interação entre órgãos estaduais federais afins, com vistas ao estabelecimento de propostas para que as prioridades da Região, sejam incorporadas na agenda nacional;
- Articular com os diversos atores políticos da Região Amazônica, visando a identificação de prioridades junto ao governo federal;

- Redimensionar a atuação da Representação do Governo do Amazonas em São Paulo, no sentido de que a mesma se transforme num Bureau de captação de negócios para o Estado do Amazonas;
- Promover políticas públicas de ocupação do Interior do Estado;
- Participar e/ou patrocinar feiras nacionais e internacionais, divulgando o Estado do Amazonas.